UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

JOSEILMA DE ASSIS COSTA SOARES

O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITAL: atribuições e competências ao Serviço Social na Região Metropolitana do Recife

Recife
2015

JOSEILMA DE ASSIS COSTA SOARES

O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITAL: atribuições e competências ao Serviço Social na Região Metropolitana do Recife

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, como exigência à obtenção do título de mestre em Serviço Social.
Área de Concentração: Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais.

Orientadora: Profª Drª Maria das Graças e Silva

Recife
2015

Catalogação na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

S676e Soares, Joseilma de Assis Costa

O exercício profissional do assistente social em tempos de crise do capital: atribuições e competências ao Serviço Social na Região Metropolitana do Recife / Joseilma de Assis Costa Soares. - Recife: O Autor, 2015.

150 folhas : il. 30 cm.

Orientadora: Profª. Dra. Maria das Graças e Silva.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2011.

Inclui referências e anexos.

1. Assistentes Sociais. 2. Qualificações profissionais. 3. Serviço Social. I. Silva, Maria das Graças e (Orientadora). II. Título.

361 CDD (22.ed.) UFPE (CSA 2016 – 001)

JOSEILMA DE ASSIS COSTA SOARES

O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITAL: atribuições e competências ao Serviço Social na Região Metropolitana do Recife

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, como exigência à obtenção do título de mestre em Serviço Social.
Área de Concentração: Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais.

Aprovada pela Comissão Examinadora em 03/07/2015

COMISSÃO EXAMINADORA

_____
Profª Drª Maria das Graças e Silva (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

_____
Profª Drª Josiane Soares Santos (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Sergipe

_____
Profª Drª Juliane Feix Peruzzo (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Aos meus amores, Amanda e Elifrancis, pelo amor e pela compreensão em cada momento por nós vivido e pelos que ainda teremos pela frente juntos.

Ao conjunto CFESS-CRESS por permanecer na luta firme e forte.

E aos aguerridos assistentes sociais que continuam presentes na luta por uma nova ordem societária.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Tudo se constrói coletivamente e no interior das relações sociais em que nos movimentamos cotidianamente, por isso não estamos sós e nem construímos nada sozinhas. No isolamento da escrita, pessoas foram essenciais, portanto, quero registrar meus agradecimentos:

Inicialmente a Deus, por todo conforto dado nos momentos em que o planejado não foi possível, por me proteger e impulsionar interiormente para a construção do meu ser e para a esperança que me mantém firme na contribuição por um mundo melhor que este, contraditório e cheio de injustiças e preconceitos.

Ao meu amado esposo Elifrancis, por todo incentivo, paciência e presença nos momentos de fraquezas, desânimos e ausência, que em alguns momentos uniu as atribuições de pai e mãe de Amanda.

Ao meu amor maior, Amanda, meu grande incentivo na luta por uma nova ordem societária, sem preconceitos e injustiças sociais.

Agradeço aos meus familiares: mamãe, pelo seu amor incondicional e suas constantes orações; minha irmã Josenilma, meus irmãos Josedilson e Joseilson e seus filhos (meus sobrinhos amados), pelo impulso em seguir em frente e pela amizade e pelo amor que nos unem sempre e nos tornam mais fortes e firmes naquilo que acreditamos e defendemos. Vocês me oportunizaram com muito amor a minha formação pessoal e profissional.

À minha sogra Eliete e à minha cunhada Franciete, pelas orações e pelo apoio nos momentos de minha ausência, ficando muitas vezes com Amanda para eu poder me isolar nos estudos e na construção desse trabalho.

Agradeço à minha querida orientadora, Profª Graça, por tantos motivos que seriam difíceis aqui enumerá-los. No entanto, quero evidenciar as suas contribuições sempre valiosas e sua competência marcante. Foram ensinamentos que contribuíram para superar algumas lacunas deixadas pela minha graduação, as quais foram sendo superadas com muita afetividade e paciência no decorrer deste mestrado. O produto deste estudo tem muito de você, dos seus apontamentos e críticas, uma orientação valiosa.

Agradeço à Profª Rosa Prédes, pelas contribuições na qualificação do projeto de dissertação e pelos conhecimentos adquiridos nas leituras de seus trabalhos e publicações e nas conversas que tivemos nos eventos e mesas coordenadas por você em que tive a rica oportunidade de participar. Foram momentos ricos e de valiosas provocações e inquietações, as quais me fizeram estar aqui para estudar e entender os questionamentos iniciais.

Agradeço à Profª Juliane Peruzzo, pelas suas contribuições acadêmicas desde a seleção do mestrado, continuando na disciplina Trabalho na Contemporaneidade, seguindo nas suas observações na qualificação do projeto da dissertação e no momento da defesa.

À Profª Josiane Santos, pelas suas contribuições no início, ainda na construção do projeto com indicações bibliográficas e no momento da defesa.

Ao CRESS e todas as pessoas que fazem parte dele, colegas de trabalho e conselheiras/os (gestões 2011-2014 e 2014-2017), por terem me permitido estudar e me afastar em alguns momentos das minhas atividades da fiscalização. Um espaço que contribui e continua contribuindo para o meu crescimento e amadurecimento profissional.

Aos colegas de mestrado, pela troca de conhecimentos, dúvidas, anseios e sonhos. Em especial às amigas Kelly, Bruna, Joselya e Luciana, pelos momentos de discussões, de desabafos e principalmente pelos incentivos.

As amigas Sâmia e Teresa, pelas dicas e pela amizade divertida e acolhedora, sem elas este momento final teria sido mais difícil.

As amigas Luciana, Samantha e Jamecy, pelas orações e torcidas para a conclusão desse trabalho.

Agradeço a todas as pessoas que, no momento, me fogem à lembrança, mas que, com um olhar, um sorriso, uma palavra, de alguma forma contribuíram para fortalecer e estimular a construção deste estudo.

Procurar o quê?

O que a gente procura muito e sempre não é isto nem aquilo. É outra coisa. Se me perguntam que coisa é essa, não respondo, porque não é da conta de ninguém o que estou procurando. Mesmo que quisesse responder, eu não podia. Não sei o que procuro. Deve ser por isso mesmo que procuro.

Me chamam de bobo porque vivo olhando aqui e ali, nos ninhos, nos caramujos, nas panelas, nas folhas de bananeiras, nas gretas do muro, nos espaços vazios. Até agora não encontrei nada. Ou encontrei coisas que não eram a coisa procurada sem saber, e desejada. Meu irmão diz que não tenho mesmo jeito, porque não sinto o prazer dos outros na água do açude, na comida, na manja, e procuro inventar um prazer que ninguém sentiu ainda.

Ele tem experiência de mato e de cidade, sabe explorar os mundos, as horas. Eu tropeço no possível, e não desisto de fazer a descoberta do que tem dentro da casca do impossível. Um dia descubro. Vai ser fácil, existente, de pegar na mão e sentir. Não sei o que é. Não imagino forma, cor, tamanho. Nesse dia vou rir de todos. Ou não. A coisa que me espera, não poderei mostrar a ninguém. Há de ser invisível para todo mundo, menos para mim, que de tanto procurar fiquei com merecimento de achar e direito de esconder.

(Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

Esta dissertação constitui um estudo sobre o exercício profissional do assistente social em tempos de crise do capital. O estudo parte do pressuposto que o Racionalismo Tecnológico, como ideologia utilizada para controle e eliminação das ameaças ao desenvolvimento do capitalismo tardio (MANDEL, 1985) está influenciando o Serviço Social, o que tem resultado em pragmatismo e imediatismo, já apontados em estudos anteriores (GUERRA, 2013; IAMAMOTO, 2012). O racionalismo tecnológico supõe que a estrutura social é dominada por normas de "racionalidade funcional" ao sistema capitalista, cujo objetivo é esconder a realidade social e as suas contradições, com o fim de "racionalizar a irracionalidade do capitalismo", conforme expressão de Harvey (2011). A pesquisa teve como objetivo analisar como os mecanismos propostos pelo racionalismo tecnológico para enfrentamento da crise capitalista impactam as atribuições e as competências do Serviço Social nas instituições públicas da Região Metropolitana do Recife. Para empreender o estudo foi realizada uma pesquisa documental em torno dos relatórios oriundos das visitas de fiscalização do CRESS, buscando extrair dos documentos as informações que permitam analisar as incidências da dinâmica societária no exercício profissional, a partir das contradições que os assistentes sociais vêm enfrentando nas instituições públicas da Região Metropolitana do Recife. A análise do material demonstrou que o racionalismo tecnológico, presente na função controladora do Estado, através do processo de racionalização das políticas sociais, tem incidência direta sobre o Serviço Social, na medida em que busca modelar as atribuições e as competências profissionais, tentando eliminar a consciência e qualquer pensamento crítico no exercício destas. Entre outras considerações, elencamos o tensionamento entre o discurso ideológico marcado pelo conformismo e o Projeto Ético-Político Profissional.

Palavras-chaves: Exercício Profissional. Racionalismo Tecnológico. Projeto Ético-Político Profissional.

ABSTRACT

This dissertation is a study of the professional practice of social worker in the capital times of crisis. The study assumes that the Technological Rationalism, as an ideology used to control and elimination of threats to the development of late capitalism (MANDEL, 1985) is influencing social work, which has resulted in pragmatism and immediacy, already mentioned in previous studies (WAR, 2013; Iamamoto, 2012). The technological rationalism assumes that the social structure is dominated by rules of "functional rationality" of the capitalist system, whose purpose is to hide the social reality and its contradictions, in order to "rationalize the irrationality of capitalism," as Harvey expression (2011). The research aimed to analyze the mechanisms proposed by technological rationalism to face the capitalist crisis impacting the roles and skills of social work in public institutions in the Metropolitan Region of Recife. To undertake the study was conducted documentary research on the reports coming from the CRESS inspection visits, trying to extract the documents the information needed for analyzing the effect of the corporate dynamics in professional practice, as of contradictions that social workers have faced in public institutions in the Metropolitan Region of Recife. Analysis of the material showed that technological rationalism, present in the parent function of the State, through the rationalization of social policy making, has a direct impact on social work, in that it seeks to model the attributes and professional skills, trying to eliminate conscience and any critical thinking in the exercise of these. Among other considerations, we list the tension between the ideological discourse marked by conformity and the Ethical-Political Professional Project.

Keywords: Professional Practice. Technological rationalism. Ethical Political Professional Project.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 - UNIDADES DE FORMAÇÃO.....89
GRÁFICO 2 - TEMPO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS FISCALIZADOS.....91
GRÁFICO 3 - PÓS-GRADUAÇÃO REALIZADAPELAS ASSISTENTES SOCIAIS...92
GRÁFICO 4 - EXISTÊNCIA DO PLANO DE ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL ...109
GRÁFICO 5 - TIPO DE ABORDAGEM 110
GRÁFICO 6 - EDIÇÃO ATUALIZADA DO CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL ..118
GRÁFICO 7 - CONHECIMENTO SOBRE O PROCEDIMENTO DE LACRAÇÃO DO MATERIAL TÉCNICO SIGILOSO DO SERVIÇO SOCIAL 121

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - TIPO DE ESPECIALIZAÇÃO 93
TABELA 2 - ÚLTIMAS LEITURAS SOBRE A ÁREA DE TRABALHO.....98
TABELA 3 - ÚLTIMAS LEITURAS ESPECÍFICAS DO SERVIÇO SOCIAL 99
TABELA 4 - PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS 103
TABELA 5 - PERIODICIDADE DO RELATÓRIO DE ATIVIDADE 113

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - DEMANDAS ATENDIDAS PELO SERVIÇO SOCIAL NÃO COMPATÍVEIS COM A PROFISSÃO.....104
QUADRO 2 - INSTRUMENTOS UTILIZADOS PARA AVALIAÇÃO DA PRÁTICAE REGULARIDADE DESSA AVALIAÇÃO 111
QUADRO 3 - REGISTRO DE ATENDIMENTO E TIPO DE INSTRUMENTO TÉCNICO OPERATIVO UTILIZADO 114
QUADRO 4 - ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS ASSISTENTES SOCIAIS FISCALIZADOS.....123
QUADRO 5 - DISCUSSÃO SOBRE POLÍTICA PÚBLICA 124

LISTA DE ABREVIATURAS

Art.	Artigo
ISVF	Instrumento de Sistematização de Visita de Fiscalização
NJ	Não justificou
NR	Não respondeu
Qnt.	Quantitativo
SR	Sem resposta

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
BPA	Boletim de Produção Ambulatorial
CAPS	Centro de Atendimento Psicossocial
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
COFI	Comissão de Orientação e Fiscalização
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRESS/PE	Conselho Regional de Serviço Social de Pernambuco
CRESS4ª Região	Conselho Regional de Serviço Social de Pernambuco
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
G7	Grupo dos sete
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBT	Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDF	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação e Cultura
NASF	Núcleo de Apoio à Saúde da Família
PEA	População Economicamente Ativa
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNF	Política Nacional de Fiscalização
PT	Partido dos Trabalhadores
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SOFI	Serviço de Orientação e Fiscalização
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 15
CAPÍTULO 1 CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E IDEOLOGIA 30
1.1 O processo de crise do capital: as determinações mundiais e os impactos para o Brasil 33
1.2 O Processo de Crise no Brasil 41
1.3 Crise capitalista: o Processo de Decadência Ideológica e a emergência do Racionalismo Tecnológico como ideologia 48
CAPÍTULO 2 RACIONALISMO TECNOLÓGICO E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL 61
2.1 O Serviço Social e a Divisão Social e Técnica do Trabalho 62
2.2 A Ideologia do Racionalismo Tecnológico 67
2.3 A Arena de Tensão: o Universo das Políticas Sociais como Espaço de Reprodução da Ideologia Dominante ede Intervenção do Serviço Social 75
2.3.1 As condições e as relações de trabalho presentes neste contexto 79
2.3.2 Tendências na Cultura Profissional 81
CAPÍTULO 3 O EXERCÍCIO PROFISSIONAL EM TEMPOS DE RACIONALIDADE TECNOLÓGICA: LIMITES E POSSIBILIDADES 86
3.1 Perfildos Assistentes Sociais Fiscalizados 89
3.2 A Dimensão Teórico-Metodológica: Tensão entre o Projeto Ético-Político Profissional e a Tendência Pragmatista e Normativa 98
3.3 A Dimensão Técnico-Operativa: As Possibilidades de Materialidade do Projeto Ético-Político Profissional numa Arena de Limites Impostos pela Racionalidade Tecnológica 108
3.4 A Dimensão Ético-Política: o Exercício Profissional no Marco das Relações de Poder e de Forças Sociais da Sociedade Capitalista 117
CONSIDERAÇÕES FINAIS 126
REFERÊNCIAS 131
ANEXOS 139

INTRODUÇÃO

A elaboração desta dissertação configura a materialização de anseios, ideias e hipóteses emergidos a partir exercício profissional, no qual encontramos razões e objetivos para investigar as tendências e mediações que a conjuntura de crise do capital vem acarretando ao Serviço Social na atualidade.

O tema de estudo, O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITAL: atribuições e competências ao serviço social na Região Metropolitana do Recife é fruto de inquietações vivenciadas na prática, como Agente Fiscal do Conselho Regional de Serviço Social de Pernambuco – CRESS 4ª Região. Tal experiência tem possibilitado uma aproximação com o exercício profissional sob uma ótica diferenciada, a ótica da fiscalização, a qual constitui uma atribuição privativa do[1] Assistente Social[2]. Configura um exercício diferenciado da profissão, porque requer clareza acerca de vários campos de atuação do Serviço Social, tanto para orientar os profissionais e as instituições e a sociedade em geral, como para analisar as atribuições e competências desenvolvidas pelos Assistentes Sociais fiscalizados, incitando a recorrência constante à teoria e à análise de conjuntura, o que supõe um contínuo esforço analítico no sentido de apreender as particularidades constitutivas de cada espaço sócio-ocupacional, como síntese de suas determinações estruturais e das múltiplas expressões que assumem conjunturalmente.

Antes de apresentar o estudo proposto, gostaríamos de discutir brevemente o processo de fiscalização desenvolvido pelo CRESS/PE para melhor situar este estudo. A fiscalização enfrentou processos de modificações e renovações para adequar-se, criticamente, às transformações que a profissão tem vivenciado ao longo de sua trajetória histórica. Acompanhando o processo de profissionalização do Serviço Social, nos anos 50, quando o Estado brasileiro regulamenta as profissões consideradas liberais, são criados os Conselhos de Fiscalização das profissões no

[1] Com a Resolução CFESS Nº 594, de 21 de janeiro de 2011, o Código de Ética do/a Assistente Social foi alterado no que se refere aos aperfeiçoamentos formais, gramaticais e conceituais em seu texto e também garantindo a linguagem de gênero. Concordo perfeitamente com as alterações, fruto dos avanços das lutas por direito da população LGBT e do movimento feminista, no entanto, na feitura dessa dissertação optei por desconsiderar a linguagem de gênero, por entender que este espaço não seja a melhor forma de lutar contra a linguagem cultural sexista de dominância masculina.

[2] Segundo está definido no artigo 5°, inciso XI da Lei n° 8662/1993.

Brasil, de caráter corporativo, burocrático e disciplinador. O Serviço Social não fugiu à regra, pois segundo produções teóricas e estudos históricos do CFESS, os Conselhos:

> São entidades sem autonomia, criadas para exercer o controle político do Estado sobre os profissionais, num contexto de forte regulação estatal sobre o exercício do trabalho [...]. Os Conselhos profissionais nos seus primórdios se constituíram como entidades autoritárias, que não primavam pela aproximação com os profissionais da categoria respectiva, nem tampouco se constituíam num espaço coletivo de interlocução. A fiscalização se restringia à exigência da inscrição do profissional e pagamento do tributo devido. Tais características também marcaram a origem dos Conselhos no âmbito do Serviço Social. (CFESS, 2008, p. 162).

Essa concepção conservadora, fundada em pressupostos acríticos e despolitizados, era compatível com a perspectiva teórico-metodológica que orientava a categoria na época e que também estava no corpo dos antigos Códigos de Ética de 1965 e 1975. A profissão vem romper com essa concepção a partir do novo Código de Ética do Assistente Social aprovado em 1993[3]. Para o CFESS,

> A nova legislação assegurou à fiscalização profissional possibilidades mais concretas de intervenção, pois define com maior precisão as competências e atribuições privativas do assistente social. Inova também ao reconhecer formalmente os encontros nacionais CFESS/CRESS como fórum máximo de deliberações da profissão (2008, p. 164).

Neste contexto é criado todo um arcabouço normativo, o qual dará suporte às ações do conjunto CFESS/CRESS para realizar a fiscalização profissional, orientando variados aspectos de sua atuação. Os principais instrumentos jurídicos

[3] O Serviço Social foi uma das primeiras profissões da área social a ter aprovada sua lei de regulamentação profissional, a Lei 3.252 de 27 de agosto de 1957, posteriormente regulamentada pelo Decreto 994 de 15 de maio de 1962 (data que passou a ser instituída como o Dia do Assistente Social). Foi esse decreto que determinou, em seu artigo 6°, que a disciplina e fiscalização do exercício profissional caberiam ao Conselho Federal de Assistente Social (CFAS) e aos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS). Esse instrumento legal marca a criação dos Conselhos, hoje denominados de Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) após a aprovação da lei n°8.662/93, que revogou a 3.252/57. Antes do atual Código de Ética da profissão e da Lei que regulamenta a profissão, foram quatro códigos, o primeiro de 1947, depois 1965, 1975 e 1986. O Código de Ética tem como objetivo fundamental estabelecer os princípios que norteiam a profissão e estabelecer normas, deveres e proibições. Disponível em: http://www.cfess.org.br/cfess_historico.php . Acesso em 27 jan. 2014 às 08:37.

são: Lei de Regulamentação, Código de Ética, Estatuto do Conjunto CFESS/CRESS, Regimentos Internos, Código de Ética Processual, Código Eleitoral e Resoluções do CFESS. Concordo com Torres (2007), ao afirmar que a legislação vem contribuir para clarificar as competências para o próprio profissional e esclarecer o papel do assistente social para os empregadores e profissionais de outras áreas. Para esta autora, "a regulamentação das competências e das atribuições privativas e a clarificação do papel do conjunto CFESS/CRESS são os principais ganhos para a profissão" (2007, p. 51).

Com a atualização do conjunto de instrumentos legais que constitui a base estruturante da fiscalização do exercício profissional, a Política Nacional de Fiscalização (PNF) [4], aprovada em 2007, tem como objetivo orientar o exercício da fiscalização de todos os CRESS a partir dos pressupostos e princípios defendidos pelo conjunto normativo da profissão, que se convencionou chamar de Projeto Ético-Político Profissional.

Segundo o CFESS (2008, p. 166), a Política Nacional de Fiscalização vem se constituindo num instrumento relevante para impulsionar e organizar estratégias políticas e jurídicas conjuntas e unificadas para a efetivação da fiscalização profissional em todo o território nacional, levando-se em consideração, no entanto, as particularidades e necessidades regionais. Além disso, é um instrumento fundamental para se avançar na defesa e valorização da profissão, posto que as ações desenvolvidas pelo conjunto CFESS/CRESS são planejadas, articulando e referendando as três dimensões[5] da PNF:

> - Dimensão afirmativa de princípios expressa a concretização de estratégias para o fortalecimento do Projeto Ético-Político profissional e da organização política da categoria em defesa dos direitos, das políticas públicas e da democracia e, consequentemente, a luta por condições de trabalho condignas e qualidade dos serviços profissionais prestados. Portanto, representa a afirmação dos compromissos, prerrogativas e princípios profissionais;

[4] A PNF é resultado do IV Seminário Nacional de Capacitação das Comissões de Orientação e Fiscalização e da Plenária Ampliada CFESS/CRESS realizados entre os dias 19 a 22 de abril de 2007. Neste momento foi deliberado o aprimoramento da PNF e a construção do Plano Nacional de Fiscalização.

[5] Ver CFESS. Política Nacional de Fiscalização. In: Instrumentos para a fiscalização do exercício profissional do/a assistente social. Brasília, 2007.

Essa dimensão possibilita uma aproximação com as particularidades de cada política pública e com os princípios norteadores da profissão, instigando uma análise crítica da realidade com a qual nos defrontamos nas instituições fiscalizadas, com o objetivo de refletir e orientar o Assistente Social, a Instituição, o usuário e a Sociedade, no geral, à luz do Código de Ética e demais arcabouço normativo. Possibilitou também o interesse em estudar o exercício profissional, para entender quais fatores podem estar influenciando o Serviço Social numa conjuntura que caminha em sentido oposto aos princípios que norteiam a profissão.

> - Dimensão normativa e disciplinadora abrange ações que possibilitem, a partir da aproximação das particularidades sócio institucionais, instituírem bases e parâmetros normativo-jurídicos reguladores do exercício, coibindo, apurando e aplicando penalidades previstas no Código de Ética Profissional. É a dimensão que explica o sentido regulatório e de regulamentação da profissão com conteúdo ético-político, bem como a recomposição de direitos violados à luz do Código de Ética da Profissão;

Uma das questões que mais apaixona e conduz o exercício da fiscalização para lutar politicamente é fazer com que o arcabouço da profissão seja de fato implementado e respeitado por todos. É uma luta árdua e ao mesmo tempo apaixonante, principalmente quando se mira o caminho já percorrido pela profissão, verifica-se todas as conquistas e o que ainda temos a conquistar. O desafio de entender a conjuntura é crucial para que se delineiem os desafios que precisamos superar.

> - Dimensão político-pedagógica compreende a adoção de procedimentos técnico-políticos de orientação e politização dos assistentes sociais, usuários dos serviços relativos às políticas sociais, instituições e sociedade em geral, acerca dos princípios e compromissos ético-políticos do Serviço Social, na perspectiva da prevenção de violações da legislação profissional.

A dimensão político-pedagógica impulsiona a apropriação de uma postura proativa e propositiva, fazendo com que o exercício da fiscalização transcenda o trabalho de averiguação das ações e condutas e se desdobre em ações articuladas com a categoria na consolidação do objetivo maior da fiscalização, que é a defesa da qualidade dos serviços prestados à população e a concretização dos princípios fundamentais do Projeto Ético-Político profissional. Foi a partir dessa dimensão que o nosso interesse em analisar o exercício profissional hoje foi se materializando,

visto que, sistematizando os relatórios de visitas de fiscalização para elaborar as ações pedagógicas da fiscalização, pudemos identificar alguns entraves ao exercício profissional, os quais exigem uma aproximação teórica aos fundamentos da vida social, a fim de desvelar os condicionantes da realidade, permitindo descortinar tais entraves. Todas essas dimensões contribuem para uma revisitação ao conceito da fiscalização e principalmente para a construção do nosso objeto de estudo.

É em consonância com essas dimensões supracitadas que as[6] Agentes Fiscais do CRESS 4ª Região realizam visitas de rotinas[7] e de averiguação de denúncias[8] nos locais de trabalho do assistente social na Região Metropolitana do Recife e no interior pernambucano. Os principais campos de intervenção fiscalizados se concentram em Instituições Públicas, principalmente aquelas que são campos de estágio e/ou aquelas que o CRESS recebe, seja em conversas formais e/ou contatos por telefones e e-mails, algumas denúncias não qualificadas[9], ou ainda, nos casos em que somos procurados para orientar em situações de dúvidas sobre o exercício profissional, sobre legislações e condições éticas e técnicas do exercício profissional.

Após essas visitas, são elaborados relatórios da fiscalização e apresentados de forma sucinta em reuniões com a Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI)[10], com o objetivo de discutir questões encontradas nas fiscalizações, bem como planejar ações a serem realizadas posteriormente – a exemplo das Ações Pedagógicas, que constituem um momento devolutivo da fiscalização - cujo objetivo é garantir a qualidade dos serviços prestados à população, contribuir para

---

[6] Utilizo o artigo no feminino, porque no CRESS/PE existem apenas duas agentes fiscais, não havendo nenhum agente fiscal, sexo masculino.

[7] Visitas de rotinas são visitas previamente planejadas através de reuniões e agendadas com as Instituições a serem fiscalizadas, através do contato com os profissionais ou coordenações de Serviço Social. Estas visitas são planejadas, na grande maioria, a partir de demandas da categoria e da existência de campo de estágios.

[8] As visitas de averiguação de denúncia não são agendadas com a Instituição e passam a fazer parte do planejamento com caráter de urgência.

[9] Consideramos denúncias não qualificadas aquelas em que o denunciante não se identifica e não apresenta todos os fatores que compõem a denúncia, como nome, fato na sua totalidade. Para ser considerada uma denúncia qualificada é preciso um documento que materialize a denúncia formalmente junto ao CRESS e que tenha nomes do denunciante e denunciado, endereços e contatos de ambos, Instituição onde ocorreu ou não o fato e o relato de todo o fato com possíveis testemunhas.

[10] A COFI é formada por membros conselheiros do CRESS, Agentes Fiscais e Assistentes Sociais de base, que são profissionais inscritos no CRESS e convidados pelo Conselho, conforme estabelecido na Resolução do CFESS n° 512/2007, artigo 6°.

implementação e fortalecimento do Projeto Ético-Político e para prevenção de violações da legislação profissional, tendo como norte as dimensões da Política Nacional de Fiscalização.

Nestas reuniões devolutivas, a dificuldade de materialização e de clareza dos profissionais visitados sobre as atribuições e competências do Assistente Social tem sido recorrente nas discussões e orientações realizadas na fiscalização, seja durante a visita ou no decorrer das ações pedagógicas.

Neste período de atuação na fiscalização, temos identificado no exercício profissional dos assistentes sociais fiscalizados algumas evidências que sinalizam para as dificuldades de superação da trajetória conservadora do Serviço Social, manifestas através de ações extremamente burocráticas e rotineiras já amplamente problematizadas pela intelectualidade do Serviço Social. São atividades que sinalizam elementos de conservadorismo e que contrastam com o universo de atribuições e competências da Profissão, em contrapartida aos princípios que hoje norteiam o exercício profissional.

Avançando nos questionamentos e nas leituras nos deparamos com um conjunto de requisições institucionais – as quais vêm se intensificando no bojo da crise do capital – a exemplo do produtivismo, do imediatismo e da tendência à racionalização/normatização da ação profissional. Para Guerra, o Serviço Social,

> Como profissão interventiva no âmbito das chamadas “expressões da questão social” o reconhecimento profissional advém da resolutividade desta intervenção, o que exige respostas em nível imediato, emergencial, já que atende questões que, pelo nível de tensão que provoca, põem em risco a ordem vigente. Nestas respostas impera a exigência do atendimento às demandas que chegam à profissão de modo que aspira-se ao alcance dos fins, mas não se impõem, na mesma medida, em nível imediato, uma reflexão ético-política sobre os meios utilizados para isso. [...] Resulta numa prática focal, pontual, imediatista, instrumental. Neste nível de resposta (a que tem possibilidade de resolutividade imediata) a única alternativa possível é a que torna como objeto o sujeito, visando operar mudanças comportamentais, culturais, ideológicas na vida do usuário via práticas disciplinadoras e de mudança comportamental, [...] de agir independentemente dos fundamentos teórico-metodológicos e dos princípios ético-políticos (GUERRA, 2009, p. 4 e 5).

Os dilemas contemporâneos tem simplificado o nível de complexidade que marca o Serviço Social e a exigência de competência dos Assistentes Sociais. Segundo Forti e Guerra,

> Faz-se necessária uma teoria que nos permita perceber como os principais dilemas contemporâneos se traduzem nas peculiaridades do Serviço Social e se expressam nas requisições e competências socioprofissionais e na cultura profissional. Aqui subjaz a premissa de que a complexidade da realidade exige profissionais do Serviço Social que não pretendam apenas responder de modo tradicional e imediatista às demandas que lhe são dirigidas, mas que entendam que respostas profissionais pressupõem compreensão dos significados sociais de tais demandas e intervenções que lhes possam atribuir outros (2011, p. 3 e 4).

No exercício da fiscalização, encontramos assistentes sociais com discurso crítico da realidade, coerente com os princípios que norteiam a profissão, mas com bastante dificuldade de romper com a cultura conservadora no seu fazer cotidiano. O contato com esta realidade instigou-nos ao estudo e à investigação de suas causas essenciais. O que explicaria a dificuldade em exercer com segurança e clareza as competências e atribuições profissionais? Quais as contradições que integram o exercício profissional na atual conjuntura? Que mediações as vinculam ao movimento das classes e do Estado em tempos de crise do capital? Suponho que o exercício profissional esteja sob a influência do "racionalismo tecnológico"[11], apontado por Mandel (1985), resultando na minimização da técnica, dos projetos de ação e das leituras relacionadas pelo profissional. O racionalismo tecnológico supõe que a estrutura social é dominada por normas de "racionalidade funcional" ao sistema capitalista, cujo objetivo é esconder a realidade social e as suas contradições, com o fim de "racionalizar a irracionalidade do capitalismo", conforme expressão de Harvey (2011).

Essa racionalidade comparece em ações acríticas e conformadoras, manifestando-se através de expressões bem características de sua lógica[12]: "não há saída", a "ordem é essa, não tem como mudar", "mandaram fazer assim", "mas está no sistema", "é orientação que vem de cima", "manda quem pode e obedece quem tem juízo", dentre outras. Como resposta às requisições institucionais, as referidas

[11] O Serviço Social como exercício profissional, inserido na divisão social e técnica do trabalho que atua através da intervenção profissional do assistente social, está sob a influência de diversas racionalidades, conforme nos coloca Guerra (2011, p. 33), "o Serviço Social não porta um único padrão de racionalidade". Optamos por nos debruçar sobre a categoria da racionalidade conceituada por Mandel de "Racionalismo Tecnológico", por entender ser uma racionalidade que penetra nas relações econômicas e políticas, com o objetivo de afastar, camuflar o significado real destas relações.

[12] Falas de alguns Assistentes Sociais fiscalizados em Instituições Públicas no Estado de Pernambuco e que estão sistematizadas em Relatórios da Fiscalização.

expressões, em muitos casos, são reveladoras de certo conformismo o que está aquém de um Serviço Social crítico e propositivo.

Não há a pretensão de negar os avanços que essa profissão já conquistou, apenas sinalizamos uma possível dificuldade que os profissionais possam estar enfrentando no exercício de suas atribuições e competências para romper com o pragmatismo e o imediatismo que a conjuntura impõe ao seu cotidiano profissional. Pois conforme aponta Iamamoto (2012), a categoria defronta-se hoje com o desafio de avançar na consolidação e implementação do projeto profissional, inscrevendo os seus princípios no cotidiano do seu trabalho, e de manter viva a capacidade de luta na arena social e profissional, apesar de todo contexto adverso. O Serviço Social avançou muito, tanto no conjunto de suas dimensões, como no seu arcabouço normativo, mas em contrapartida há um movimento resultante da conjuntura de crise e que nos faz refletir sobre as contradições que enfrenta, sobre os elementos da contra tendência e sobre os novos desafios do presente.

O Serviço Social é uma profissão indissociável das particularidades assumidas pela formação e pelo desenvolvimento da sociedade brasileira no âmbito da divisão internacional do trabalho, quanto resultante dos sujeitos que constroem sua trajetória e redirecionam seus rumos, configurando-se e recriando-se no âmbito das relações entre Estado e Sociedade (IAMAMOTO, 2012). É nesta tensão que se estabelecem limites e possibilidades ao exercício profissional, levando-nos a supor que a conjuntura de crise do capital pode trazer novas questões e novas temáticas ao Serviço Social do ponto de vista interventivo, da pesquisa e da produção do conhecimento. Para pensar sobre as competências e atribuições, Iamamoto (2012) nos diz que é preciso olhar o momento particular de mudanças no padrão de acumulação e regulação social, ou seja, a conjuntura atual de crise do capital e assim refletir sobre as maneiras que os profissionais se articulam no interior das Instituições.

> Pensar o projeto profissional supõe articular essa dupla dimensão: de um lado as condições macrossocietárias que estabelecem o terreno sócio-histórico que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades; e, de outro lado, as respostas técnico-profissionais e ético-políticas dos agentes profissionais nesse contexto, que traduzem como esses limites e possibilidades são analisados, apropriados e projetados pelos assistentes sociais (2012, p. 40).

Sendo assim, buscaremos responder no decorrer da dissertação às seguintes questões: como os mecanismos utilizados pelo racionalismo tecnológico para enfrentamento da crise capitalista incidem sobre as atribuições e competências que vêm sendo assumidas pelos assistentes sociais nas Instituições Públicas da Região Metropolitana do Recife? Nesta perspectiva, ao nos propor analisar os impactos da crise capitalista na profissão, investigamos como as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa da profissão estão sendo requisitadas.

O universo da investigação foram os Assistentes Sociais fiscalizados em Instituições Públicas da Região Metropolitana do Recife no período de 2011-2013 pelo Conselho Regional de Serviço Social – CRESS/PE, a partir dos documentos e instrumentais utilizados pelas agentes fiscais nas fiscalizações. Nesta perspectiva, objetivamos analisar como os mecanismos propostos pelo racionalismo tecnológico para enfrentamento da crise capitalista impactam as atribuições e competências do Serviço Social nas Instituições Públicas da Região Metropolitana do Recife. E como objetivos específicos, buscamos identificar e analisar as competências e habilidades que vêm sendo solicitadas e exercitadas pelos assistentes sociais nas Instituições Públicas da Região Metropolitana do Recife; refletimos sobre as contradições presentes no exercício profissional, que se evidenciam no processo de ruptura e continuidade com a trajetória conservadora do Serviço Social; e investigarmos o processo de materialização das dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e prático-operativas, manifestas no exercício profissional nesta conjuntura.

Ao elegermos tais objetivos, observamos que, conforme discute Tonet ao analisar elementos da obra de Marx, “A Ideologia Alemã”,

> Para se ter uma compreensão adequada da realidade, não se pode nem partir nem permanecer no mundo das ideias. É preciso buscar a conexão do que elas têm com a realidade objetiva. Só essa conexão permitirá entender o que os homens pensam, por que pensam desse modo e também as ideias errôneas que eles criam a seu respeito (2009, p. 12).

A hipótese é de que o exercício profissional, em instituições públicas na Região Metropolitana do Recife, no que se refere às atribuições e competências, está sendo influenciado pelo racionalismo e imediatismo impulsionados por uma lógica instrumental, cujo sentido é a supervalorização das técnicas, das normas e do

quantum de procedimentos, em detrimento da qualidade e das dimensões teórico-metodológica e ético-política do agir profissional.

A relevância social desse estudo encontra-se nas possíveis contribuições à profissão de Serviço Social ao buscar descortinar as tendências do exercício profissional na conjuntura de crise do capital. Conforme afirma Soriano (2004, p. 53), "o que se pretende ao propor um problema de pesquisa é, com a ajuda dos elementos teóricos, históricos e empíricos, recuperar, criticamente, aspectos e relações essenciais do fenômeno em estudo". No caso deste estudo, trata-se dos elementos que vêm tensionando e influenciando as atribuições e competências do Serviço Social na contemporaneidade. É forte no Serviço Social hoje a discussão sobre a profissão, parto desse movimento, no entanto dando ênfase a discussão ideológica, tentando identificar os elementos ideológicos que participam da construção da profissão.

Então, para entender os impactos que a conjuntura de crise provoca no exercício profissional do assistente social na Região Metropolitana do Recife buscamos realizar a conexão da realidade objetiva, conjuntura econômico-política e assim identificar quais as mediações e tendências que estão impactando o Serviço Social hoje. O ponto de partida para compreender o exercício profissional do assistente social foi a partir do concreto, do real e objetivo.

Marx e Engels, criticando os pensadores alemães, vão dizer que

> As premissas com que começamos não são arbitrárias, não são dogmas, são premissas reais, e delas só na imaginação se pode abstrair. São os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de vida, tanto as que encontraram quanto as que produziram pela sua própria ação. Essas premissas são, portanto, constatáveis de um modo puramente empírico (2009, p. 23 e 24).

Desse modo, a pesquisa tem um caráter qualitativo, orientado pelo método materialista histórico dialético, porque buscou captar os movimentos da realidade para entendê-la, a partir do exame racional dos fundamentos, dos condicionamentos e dos limites desse real, verificando os conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos. O materialismo histórico dialético possibilita um estudo analítico dos processos sócio-históricos da sociedade burguesa e seus movimentos contínuos de transformação. "O conhecimento teórico é o conhecimento do objeto –

de sua estrutura e dinâmica – tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva" (NETTO, 2011, p. 20).

Buscamos analisar, mediante movimentos de aproximações sucessivas à realidade, as mediações que particularizam o objeto investigado - o exercício profissional em conjuntura de crise do capital, explorando os documentos oriundos da fiscalização do CRESS/PE. Para o levantamento dos dados, foi realizada uma pesquisa documental em torno dos relatórios oriundos das visitas de fiscalização do CRESS, buscando extrair dos documentos as informações que permitam analisar as incidências da dinâmica societária no exercício profissional e quais as contradições que o assistente social, na relação Racionalismo Tecnológico e Projeto Ético-Político Profissional, vem enfrentando nas Instituições Públicas da Região Metropolitana do Recife.

Os procedimentos metodológicos acionados para a sistematização e aproximação com o objeto foram a revisão bibliográfica, para aprofundar, a partir das contribuições e discussões realizadas por outros pesquisadores sobre o tema e embasar o processo investigativo, analisando os dados que foram colhidos à luz dos elementos teóricos estudados e a pesquisa documental, em que os relatórios de visita de fiscalização foram submetidos a um processo de categorização à luz dos objetivos da pesquisa.

Para entender a conjuntura político-econômica mundial, a categoria de crise capitalista no arcabouço marxista se fez essencial, o que foi suprido pelas leituras de autores com Mandel (1985), Chesnais (2012, 2008 e 2001), Edmundo Dias (1997 e 1996), Harvey (2011) e Mészaros (2011); para compreender o processo de decadência ideológica e a crítica da pós-modernidade apoiamo-nos em Michel Löwy (2010), Coutinho (2010), João Evangelista (1992), Netto (2002) e Maranhão (2009 e 2006); para problematizar a conjuntura brasileira de crise e o desmonte das políticas públicas nos embasamos em Behring (2008 e 2002), Boschetti (2010), Raquel Soares (2012 e 2010), dentre outros. O Serviço Social, da gênese até hoje, foi abordado a partir da contribuição de diversos autores, destacamos os principais: Barroco (2012), Forti e Guerra (2011), diversas obras e textos de Yolanda Guerra e também de Marilda Iamamoto, Maurílio Matos (2013) Netto (2012a e b, 2011, 2007, 2002, 2001 e 1996a e b), Mota (2012 e 2014), Fátima Ortiz (2014) e Reinaldo Pontes (2010); e por fim, para refletir sobre a Ideologia do Racionalismo Tecnológico, além de Mandel (1985), buscamos dialogar com José Leon Crochik,

Janaína Morais e Renato Veloso (2011). Em todo processo de reflexão e construção desse trabalho, estes autores estiveram presentes, alimentando a discussão e o processo de aproximação ao tema. Esta revisão se deu em todo o processo do estudo e estará materializada no decorrer dos capítulos seguintes.

A análise documental, como procedimento da fiscalização do CRESS 4ª Região, envolveu os *Relatórios de Visitas de Fiscalização*[13] e os *Relatórios de Sistematização de Visita de Fiscalização*[14]*,* elaborados pelas agentes fiscais nas visitas de fiscalização às Instituições Públicas da Região Metropolitana do Recife, no período de 2011 a 2013. Este período foi escolhido em função justamente do período que comecei a trabalhar no CRESS/PE como Agente Fiscal e do período estabelecido para a conclusão da dissertação. Além destes relatórios foram visitadas diversas publicações e normatizações do Conselho Federal de Serviço Social, no intuito de aportar elementos para a análise e suporte jurídico-político para o tratamento dos dados.

A Região Metropolitana do Recife é o maior aglomerado urbano do Norte-Nordeste, a quinta maior do Brasil, com uma população de 4.046.845 de habitantes (IBGE/2013)[15]. Os municípios que formam a Região Metropolitana do Recife[16] são: Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista, Igarassu, Abreu e Lima, Camaragibe, Cabo de Santo Agostinho, São Lourenço da Mata, Araçoiaba, Itamaracá, Ipojuca, Moreno, Itapissuma e Recife.

Considerando a dimensão e complexidade do universo apresentado, bem como o pouco tempo disponível para analisar todo material levantado, optamos por selecionar o material e instituir uma amostra que garanta a eficiência da pesquisa. “A amostragem garante eficiência na pesquisa ao fornecer uma base lógica para o estudo de apenas partes de uma população sem que se percam as informações”

---

[13] O modelo deste instrumental está na Política Nacional de Fiscalização, mas para atender à realidade da conjuntura atual e das necessidades da COFI do CRESS/PE sofreu algumas alterações, conforme pode ser verificada no anexo II, deste trabalho. Estes instrumentais são utilizados nas visitas de fiscalização e **respondidos individualmente pelos assistentes sociais** presentes no momento da visita.

[14] Este instrumento é preenchido pela agente fiscal no momento da visita, conforme os relatos dos assistentes sociais fiscalizados (Anexo I) e conforme situações encontradas e/ou observadas pelas agentes fiscais.

[15] Conforme está disponível em: http://www.onordeste.com/onordeste/enciclopediaNordeste/index.php?titulo=Regi%C3%A3o+Metropolitana+do+Recife,+Pernambuco&ltr=r&id_perso=6158. Acesso em 25 maio 2015 às 10:12.

[16]Conforme está disponível em: http://www2.recife.pe.gov.br/a-cidade/aspectos-gerais/ acesso em: 20 maio 2014 às 00:34. .

(BAUER; AARTS, 2008, p. 40). No caso desta pesquisa, a amostra permitiu a análise de parte dos documentos, respeitando a representatividade do universo e das informações.

Como método de amostragem, utilizamos a amostra de tipo intencional, baseado no conhecimento das realidades institucionais, provenientes das rotinas da fiscalização. Segundo Babie (2003), a amostra intencional é recomendada quando se quer estudar um pequeno conjunto de uma população maior, onde muitos membros do subconjunto são facilmente identificados, mas cuja enumeração total seria quase impossível.

Assim sendo, optamos para selecionar os Relatórios de Visitas de Fiscalização, considerando apenas **10% de assistentes sociais fiscalizados** de cada instituição que tiveram um quantitativo igual ou superior a 10 (dez) Relatórios de Visitas de Fiscalização. E no caso dos Relatórios de Sistematização de Visita de Fiscalização, consideramos também o percentual de **10% dos relatórios das agentes fiscais para cada tipo de instituição por área de atuação** que teve um quantitativo igual ou superior a 10 (dez) Relatórios de Sistematização de Visita de Fiscalização. Em ambos os casos, quando o total de relatórios foi inferior a 10 (dez) consideramos a totalidade dos mesmos.

Considerando este recorte adotado para a estruturação da amostra, o quantitativo de relatórios analisados foi de 50 (cinquenta) Relatórios de Visita de Fiscalização e 37 (trinta e sete) Relatórios de Sistematização de Visita de Fiscalização. Para compor os dados dessas pesquisas, os resultados dessa sistematização foram metodologicamente unificados num só, devido à proximidade e semelhança dos resultados, os quais se completavam. Assim sendo, os dados serão apresentados como “dados da pesquisa”. Para avançar na compreensão desses documentos buscamos identificar e analisar as manifestações, mediações e tendências que a crise do capital confere ao Serviço Social, bem como as ações e ideias elaboradas a partir destas.

A dissertação está organizada em três capítulos, no primeiro buscamos trabalhar a crise do capital e a racionalidade que mobiliza como fruto do processo de decadência ideológica; no segundo capítulo, trouxemos a discussão do Racionalismo Tecnológico e a influência no Serviço Social, como profissão inserida na divisão sócia e técnica do trabalho, identificando as tendências que esse Racionalismo Tecnológico traz para a cultura da profissão; no terceiro e último

capítulo, trouxemos a sistematização e a análise dos conteúdos latentes nos Relatórios de Fiscalização analisados, com base nos elementos teóricos discutidos nos capítulos anteriores. A organização dos dados está sistematizada a partir dos dados do perfil dos profissionais fiscalizados pelo Serviço de Orientação e Fiscalização (SOFI) do CRESS 4ª Região, seguindo da discussão dos dados da pesquisa, subdivididos a partir das dimensões do exercício profissional com o objetivo de identificar a tensão entre o Projeto Ético-Político profissional e a tendência pragmatista e normativa, os tensionamentos à materialidade do Projeto Ético-Político profissional numa arena de limites impostos pela Racionalidade Tecnológica.

As considerações finais como um primeiro ensaio, digo ensaio, porque a partir desse estudo, percebo que ainda há muito para ser trabalhado, analisado nos documentos da fiscalização do CRESS 4ª Região. As informações provenientes das fiscalizações não podem ficar aprisionadas aos “muros” do CRESS; estas precisam ser um canal de interlocução e de informação, pois fornecem informações relevantes sobre exercício e o perfil profissional, e, sobretudo, podem ser reveladoras de um dado período da história da profissão, desde que sejam devidamente apropriadas como objeto de estudo e de investigação. Confesso que foi difícil selecionar o material a ser trabalhado, diante do leque de informações de extrema importância, mas que o pouco tempo e espaço para a construção de uma dissertação não me permitiu ir além, mas deixou uma semente para um possível aprofundamento do tema no doutorado.

A síntese deste estudo sinalizam algumas reflexões que foram se compondo em torno da problemática estudada. A relevância deste estudo encontra-se nas possíveis contribuições à profissão de Serviço Social e à pesquisa em Serviço Social, ao descortinar as tendências do exercício profissional na conjuntura de crise do capital, especificamente nas instituições públicas da Região Metropolitana do Recife, bem como as tendências ideológicas que as fundamentam e lhes servem de justificação. A compreensão destes elementos possibilitará inferências para toda a categoria profissional – especialmente para os que intervêm na esfera estatal - tendo em vista tratar-se de processos que se imbricam à dinâmica das políticas sociais brasileiras na atualidade, de caráter nacional. Irá também contribuir para a fiscalização do exercício profissional, refletindo sobre as possibilidades de atuação na luta pela implementação do Projeto Ético-Político profissional.

Neste sentido, esperamos que este trabalho possa contribuir para a superação dos limites profissionais e avançar nas possibilidades de um exercício profissional crítico e qualificado, mesmo “que nossa prática às vezes abala nossas certezas, levando-nos a duvidar da possibilidade de provocar alguma mudança no perverso cotidiano que nos cerca” (MORAES et al., 2010, p. 450). Contribuir para a plena implementação do Projeto Ético-Político Profissional é nossa intenção, ao desvelar as possibilidades de construir a nossa própria história, a história da profissão que decidimos seguir.

CAPÍTULO 1 CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E IDEOLOGIA

A crise do capital, aberta desde meados dos anos 1970, surge ao final de um longo período de acumulação, o maior de toda história do capitalismo (CHESNAIS, 2012). Apesar dos traços peculiares de cada grande crise, a razão precípua de cada uma delas é a super acumulação de capital que termina sendo a maior barreira que o capital tem diante de si. A busca voraz por aumento da extração de mais valia faz com que as crises sejam sempre crises de super acumulação de meios de produção e de superprodução de mercadorias.

A busca por mais-valia é o que movimenta toda ação capitalista no processo de produção e reprodução do capital, a qual se dá na produção de mercadoria.

> Na produção de mercadorias, nosso capitalista não é movido por puro amor aos valores de uso. Produz valores de uso apenas por serem e enquanto forem substrato material, detentores de valor de troca. Tem dois objetivos. Primeiro, quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. Segundo, [...] além de um valor de uso, quer produzir mercadoria; além de valor de uso, valor, e não só valor, mas também valor excedente [mais-valia] (MARX, 2013, p. 220).

Comparada à crise de 1929, a atual é considerada de maior envergadura, justo porque produziu uma ruptura com um período longo de expansão do capitalismo (CHESNAIS, 2008). A crise de 1929 ocorreu em processos: desenvolveu-se em 1929 e teve seu ápice em 1933 com a abertura de uma longa fase de recessão. Em 1929, a crise foi desencadeada com a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, o que se refletiu numa crise mais geral do capitalismo liberal e da democracia liberal. O período se deu entre guerras (1919-1939), período em que o capitalismo monopolista se consolidava ao mesmo tempo em que a economia buscava saídas para sua recuperação com o liberalismo de Estado, quando grandes empresas industriais e bancárias ganhavam espaço no cenário econômico, protegidas por políticas não intervencionistas adotadas principalmente a partir de 1921.

Esta crise se deu inicialmente no campo, mas se refletiu também nas cidades com o desabastecimento, ocorrendo a falência dos grandes proprietários de terra, que não conseguiam pagar suas dívidas, contribuindo, assim, para a quebra de instituições bancárias. Iniciou-se, assim, uma longa depressão na economia mundial

cujos resultados foram a pobreza generalizada das massas, uma drástica desvalorização e aniquilação de capitais e de mercadorias.

O período compreendido entre o fim da Segunda Guerra até início dos anos 1970 é considerado como os “30 anos gloriosos do capitalismo”, o qual garantiu um longo período de expansão ao capital, através das políticas econômicas fundamentadas pelo keynesianismo e pelos avanços na estrutura produtiva (fordismo/taylorismo). No entanto, a partir de final dos anos de 1960, a crise desponta e as políticas do chamado Estado de Bem Estar social, que contribuíram para a expansão do capital, são progressivamente desmontadas, fazendo retroceder os direitos sociais, como resultado do aprofundamento das contradições e das mazelas inerentes ao sistema capitalista.

Então, tanto o boom econômico do pós-guerra, com a redução do desemprego, quanto o Estado de Bem Estar Social, as garantias de direitos sociais e as significativas melhorias para a classe operária são postas em questão. O que parecia eliminar as contradições do capitalismo (ou atenuá-las), dando-lhe uma face mais “humana” é revogado e reanima-se a luta de classes. Também contribuiu para o agravamento da crise o incremento de novas tecnologias, com a alteração da composição orgânica do capital[17], que elevou a tendência decrescente da taxa de lucro, através da redução de capital variável e do avanço da produção, marcada pela Terceira Revolução Tecnológica.

A saída burguesa para a crise foi a liberalização dos mercados nacionais, a contenção da inflação e a restrição ao crédito, garantindo assim a retomada de condições mais favoráveis à reprodução do capital em nível global. Mais uma vez o capital encontra meios de camuflar as suas contradições e contornar seus momentos de crise, metamorfoseando-se, para com isso conservar a sua natureza: a busca incessante por mais-valia, por lucros, por mais capital.

Concordamos com Mészáros ao dizer que “as crises do capital não são radicalmente superadas em nenhum sentido, mas meramente ‘estendidas, tanto no sentido temporal como em sua localização estrutural na ordenação geral” (2011, p. 697), pois podemos verificar que estamos diante do desenvolvimento de uma crise

[17] Composição orgânica do capital é a “relação técnica ou física entre o conjunto das máquinas, matérias-primas e trabalho necessário para produzir mercadorias com determinado nível de produtividade, e a relação de valor entre capital constante e capital variável determinada por essas proporções físicas” (MANDEL, 1985, p. 412).

estrutural do capitalismo, a qual se assenta na busca incessante por acumulação e superlucros. Estrutural porque o capital está se confrontando com as suas contradições internas. O capital não tem outra forma de funcionar, que não seja por meio de contradições: tanto cria como destrói; tanto produz, como arruína, ou seja, somos constantemente confrontados com as consequências desumanizadoras das suas contradições e com a crise crescente do seu sistema de dominação. Ocorre justamente o que Mészáros (2011) aponta como tendência do capital: qualquer coisa que não possa ser mantida estritamente dentro dos limites fixados pela busca de lucro deve ser reprimida.

A crise não ocorre unicamente no aspecto econômico, mas também é social. Mandel chama atenção para ver a crise como uma crise social global, como a decadência histórica de todo um sistema social e do modo de produção. Segundo o autor,

> Podemos definir essa crise como uma crise não só das condições capitalistas de apropriação, valorização e acumulação, mas também da produção de mercadorias, da divisão capitalista do trabalho, da estrutura capitalista da empresa, do Estado nacional burguês e da subordinação do trabalho ao capital como um todo. Todas essas múltiplas crises são apenas facetas diferentes de uma única realidade, de uma totalidade socioeconômica: o modo de produção capitalista (1985, p. 399).

Cabe ainda refletir sobre a dimensão ideológica que se exponencia com esta conjuntura de crise, marcada pelo processo de "decadência ideológica", considerada por alguns autores como a "desqualificação da razão" ou "miséria da razão" (COUTINHO, 2010), até chegar às condições sociais em que a ideologia emanada neste período, a racionalidade tecnológica[18], se desenvolve. Apesar desta racionalidade não ser algo novo - ela está presente desde o período em que a burguesia abandonou as suas tendências progressistas[19] - concordamos com a tese

[18] Identificamos na obra de Ernest Mandel, especificamente "O Capitalismo Tardio", que o autor utiliza tanto ideologia da "Racionalidade Tecnológica", como ideologia do "Racionalismo Tecnológico" e não faz nenhuma distinção dos termos. Portanto, apesar de particularmente optarmos por utilizar o termo Racionalidade Tecnológica, no entanto poderá no decorrer do texto, o uso do termo "Racionalismo Tecnológico".

[19] Segundo Coutinho, a história da filosofia burguesa possui duas etapas, uma caracterizada por um período progressista, ascendente e de elaboração de uma racionalidade humanista e dialética; e uma segunda etapa, de radical ruptura, ocorrida por volta de 1830-1848, assinalada por uma progressiva decadência, pelo abandono das conquistas do período anterior, como as categorias do humanismo, do historicismo e da razão dialética. O autor afirma que "o antagonismo entre progresso e reação, que marca desde as origens a evolução da sociedade burguesa, apresenta, a

de que esta é hoje elevada e utilizada como uma das estratégias de racionalizar as irracionalidades do capital (HARVEY, 2011), como forma de perpetuar e justificar a permanência da ordem.

Compartilhamos do entendimento explicitado por Mandel sobre a racionalidade tecnológica, com uma ideologia burguesa, que surge a partir da crença na onipotência da tecnologia e cujo objetivo é eliminar gradualmente todas as possibilidades de crise, através de uma solução 'técnica' para todas as contradições do sistema; integrar as classes sociais rebeldes e evitar explosões políticas, através da tecnificação, padronização e unificação. Ainda segundo o autor, a "destruição da razão", que se frutifica em ideologias fascistas ou criptofascistas do período entre guerras, dá suporte à ideologia da racionalidade tecnológica, a partir de um profundo pessimismo em relação à cultura e à civilização, tudo para justificar a ordem social vigente.

Por isso, a crise vai se revelar também no plano do pensamento, através da negação dos nexos pluricausais da dinâmica social, da desconsideração da materialidade e da objetividade das práticas sociais, do desprezo pelo caráter de totalidade da vida social, enfim pela afirmação do empirismo, que, segundo Netto (2002), enferma as tendências dominantes do pensamento ocidental, configurando um processo de "desqualificação da razão" e que responde pelo cancelamento da possibilidade da teoria social.

1.1 O processo de crise do capital: as determinações mundiais e os impactos para o Brasil

A crise do capital aberta no final do século XX, conforme apontamos anteriormente, atinge a estrutura global do sistema capitalista em suas múltiplas dimensões: econômica, política e social, com impactos diretos sobre o meio ambiente e a humanidade, em seu conjunto, ou seja, atinge as relações do homem

---

partir de 1848, um novo aspecto: tendências progressistas, antes decisivas, passam a subordinar-se a um movimento que inverte todos os fatores de progresso (que certamente continuam a existir) ao transformá-los em fonte de aumento cada vez maior da alienação humana" (2010, p. 21). Na primeira etapa, a burguesia era a porta-voz do progresso e seus representantes ideológicos podiam considerar a realidade como um todo racional, um conhecimento aberto à razão, já nesta segunda etapa, a classe burguesa torna-se conservadora e passa a considerar a razão como um ceticismo cada vez maior. Destaco que essa discussão se populariza em Coutinho mas a autoria da tese é de Lucáks.

em sua totalidade. Concordando com a tese de Chesnais (2008) ao afirmar que estamos diante do risco de uma catástrofe, mas já não do capitalismo, e sim de uma catástrofe para a humanidade, porque, para autor, vivemos não apenas uma crise estritamente econômica, mas até uma crise climática.

Referindo-se à conjuntura do século XXI, Harvey (2011) afirma que a atual crise é a mãe de todas as crises e precisa ser vista como o auge de um padrão de crises financeiras que se tornaram mais frequentes e profundas ao longo dos anos, particularmente desde o final do século XX. Não há nada original, além do tamanho e do alcance, mas que se trata de uma

> Crise associada a problemas nos mercados imobiliários [a qual] tende a ser mais duradoura do que as crises curtas e agudas que, às vezes, abalam os mercados de ações e os bancos diretamente. Isto porque [...] os investimentos no espaço construído são em geral baseados em créditos de alto risco e de retorno demorado: quando o excesso de investimento é enfim revelado (como aconteceu recentemente em Dubai), o caos financeiro que leva muitos anos a ser produzido leva muitos anos para se desfazer (2011, p. 14).

Em um mundo dominado pelo capital financeiro (ou pela finança), conforme defende Chesnais (2001), toda a vida social e quase todas as suas determinações são alvos das consequências pela busca da mais-valia, de forma a se generalizar o que Marx chamou da forma mais impetuosa de fetichismo[20]. As profissões também serão alvo dessas determinações, principalmente aquelas que intervêm diretamente nas expressões da questão social, como o Serviço Social, tema que será discutido nos próximos capítulos.

Com a mundialização do capital, o fetichismo da mercadoria apresenta-se com mais força, porque a sua dimensão torna-se global. Segundo Chesnais (2001, p. 9), “a extensão e a liberdade quase completa adquirida pelo capital dentro do quadro da globalização” contribuíram bastante para o triunfo do fetichismo financeiro[21]. Toda a estrutura em que o capital se move para a obtenção de lucro

[20] Segundo Marx em seu livro O Capital (2013), fetichismo é processo dissimulador que transforma o caráter social do trabalho, tornando assim imperceptível a relação social que há na relação de troca, dando uma aparência material para encobrir as características sociais do trabalho, o qual é empregado como uma coisa.

[21] Fetichismo financeiro, porque segundo Chesnais (2001, p. 9), com a globalização vai haver mais espaços para o capital “poder evoluir livremente para se abastecer, produzir e vender com lucro, mais empresas de forças desiguais e seus assalariados que podem ser colocados em dúvida a longa distância e agora em sites virtuais”, criando o que Marx falou, uma relação social entre os homens revestida de uma forma fantasmagórica de uma relação entre coisas.

está imersa na financeirização, que consiste no processo de fazer dinheiro sem uma relação imediata com o processo de produção. É o capital fictício, que se move sem ser visto, fruto do fetichismo do dinheiro, o qual conta com respaldos político-institucionais muito fortes e dos próprios Estados Nacionais.

O capital adquire uma fonte misteriosa de crescimento, visto que “com a finança, tem-se ‘dinheiro produzindo dinheiro, um valor valorizando-se por si mesmo, sem que nenhum processo (de produção) sirva de mediação aos dois extremos” (CHESNAIS, 2001, p. 9). Para o autor, as finanças comandam hoje o nível e o ritmo da acumulação stricto sensu, através da criação de novas capacidades de produção e da extensão das relações de produção capitalistas, entendidas como relações de exploração imediatas da força de trabalho por um capital orientado para a produção de valor e de mais-valia.

Para Mészáros (2011), a novidade histórica da crise atual é a sua natureza estrutural, a qual manifesta quatro aspectos que a caracterizam: o seu **caráter universal**, que atinge todas as esferas da vida social; o seu **alcance global**, atingindo assim todos os países; a escala de tempo **extensa**, **contínua** e até **permanente**, ao invés de cíclica, conforme foram as anteriores; e o seu **modo rastejante** de se desdobrar, avançando implacavelmente.

Podemos perceber que esses autores não divergem em suas concepções, apenas apontam distintos elementos para afirmar que a dimensão da crise, que se inicia nos anos de 1970 e se exponencia no final dos anos 2000, tem um extenso rebatimento, assim como uma longa duração. Por isso concordamos com Mészáros ao afirmar que a crise atual não está relacionada aos limites imediatos, mas aos “limites últimos” de uma estrutura global. Para explicar estes “limites últimos”, o autor traz uma citação de Marx, a qual enfatiza a busca do capital por superar as barreiras que encontra até o seu “limite último”:

> A tendência a criar o mercado mundial está presente diretamente no próprio conceito do capital. Todo limite aparece como uma barreira a ser superada. Inicialmente, para subjugar todo momento da produção em si à troca e para suspender a produção de valores de uso direto que não participam da troca. Mas o fato de que o capital define cada um destes limites como uma barreira e, consequentemente, avance idealmente para além dela não significa, de modo algum, que a tenha superado, e, já que toda barreira contradiz seu caráter, sua produção se move em contradições que são constantemente superadas, mas da mesma maneira são constantemente repostas. Além disso, a universalidade que persegue irresistivelmente encontra barreiras em

> sua própria natureza, que, em certa fase de seu desenvolvimento, permite que ele se reconheça como sendo, ele próprio, a maior barreira a esta tendência, e consequentemente o impulsionará para sua própria suspensão (MARX apud MÉSZÁROS, 2011, p. 798).

Para Mandel, a crise atual revela o fim da "onda longa expansionista do pós-guerra" e a intensificação da busca pela taxa de mais-valia a partir da segunda metade da década de 60 do século passado, apresentando uma tendência à intensificação dos conflitos de classe, fatores esses que tenderão a transformar em "crise endêmica das relações de produção ao ponto de explosão".

Neste sentido, afirma o autor:

> A crise das relações de produção capitalistas deve ser vista como uma crise social global, isto é, como a decadência histórica de todo o sistema social e de modo de produção em operação durante todo o período do capitalismo tardio[22]. Não se identifica com as crises clássicas de superprodução nem as exclui [...]. Uma crise não só das condições capitalistas de apropriação, valorização e acumulação, mas também da produção de mercadoria, da divisão capitalista do trabalho, da estrutura capitalista da empresa, do estado nacional burguês e da subordinação do trabalho ao capital como um todo. Todas essas múltiplas crises são apenas facetas diferentes de uma única realidade, de uma totalidade sócio-econômica: o modo de produção capitalista (1985, p. 398-399).

As saídas para as crises sempre tiveram um caráter de remediação, contando, para tanto, com a importante colaboração do Estado. Marx (2010, p. 59-60) é claro ao afirmar que o Estado não vai culpabilizar a si mesmo e permitir que as contradições se tornem inteligíveis e cristalinas, porque, segundo ele,

> Todos os Estados procuram a causa em deficiências acidentais ou intencionais da administração e, por isso, o remédio para os seus males em medidas administrativas. Por quê? Exatamente porque a administração é a atividade organizadora do Estado. O Estado não pode eliminar a contradição entre a função e a boa vontade da administração, de um lado, e os seus meios e possibilidades, de outro, sem eliminar a si mesmo, uma vez que repousa sobre essa contradição.

[22] "O capitalismo tardio marca o período histórico do desenvolvimento do modo de produção capitalista em que a contradição entre o crescimento das forças produtivas e a sobrevivência das relações de produção capitalistas assume uma forma explosiva. Essa contradição leva a uma crise cada vez mais acentuada dessas relações de produção" (MANDEL, 1985, p. 393).

O Estado sempre teve o seu papel importante para superação das crises e hoje, sem ajuda ativa dos Estados, os investidores financeiros institucionais não teriam conseguido atingir as posições de domínio que sustentam atualmente, visto que

> A grande liberdade de ação da qual eles [os investidores financeiros][23] gozam no plano doméstico e a mobilidade internacional quase completa que lhes foi dada, necessitaram de inúmeras medidas legislativas e reguladoras de desmantelamento de instituições anteriores e de colocação no lugar das novas. A apresentação política dessas novas medidas exigiu a alteração do termo "reforma", palavra hoje despojada de seu sentido original. [...] Ideias potencialmente progressistas foram adulteradas. [...] O discurso sobre a 'superioridade do mercado' e a 'retração necessária do Estado' exploraram ao máximo a imensa desordem política nascida do balanço tão radical e totalmente negativo do 'socialismo real' (CHESNAIS, 2001, p. 11).

Apesar de longa, a citação é relevante, porque traz elementos para entender o papel do Estado, como também para verificar que os fundamentos da mundialização do capital são tanto políticos como econômicos. Conforme Chesnais, na citada obra, o triunfo atual do "mercado" não poderia ser feito sem as intervenções políticas repetidas das instâncias políticas dos Estados capitalistas mais poderosos, os Estados Unidos e outros países membros do G7.

Podemos concluir, após estas explanações, que o sistema capitalista enfrenta crises ao longo de sua história; o que vai diferenciar uma crise das outras são, sobretudo, as medidas de enfrentamento ou de minimizações tomadas por parte dos governantes e dos detentores do capital. Ao referir-se à crise atual, afirma Boschetti (2010, p. 82), ao apoiar-se em Mészáros (2009),

> não se trata de uma crise tópica nem de uma crise cíclica da economia, como sugerem algumas análises, porém de mais uma crise do capital, que se estende por toda parte, destrói as riquezas acumuladas, barbariza a desigualdade e viola nossa relação com a natureza e as relações sociais.

Segundo Mota (2012, p. 31),

> O caráter mundial dessa crise é dado pela própria estrutura mundializada do capitalismo, cujo movimento de internacionalização

[23] Grifo nosso.

> é marcado pela concentração do capital e descentralização da produção, imprimindo-lhes uma abrangência planetária.

A ordem burguesa exponencia a produção ao mesmo tempo em que busca transformar a cada um dos indivíduos em “consumidor ampliado de mercadorias”. Há riqueza demais, capital demais e as relações sociais que sustentam a sociabilidade capitalista – portadora de uma lógica cada vez mais concentradora de riqueza e de poder - não possibilita a sua distribuição de forma a atender às necessidades de contínua expansão da produção. Trata-se, portanto, de uma crise cuja base reside nas dificuldades de valorização do valor: como seguir expandindo a produção se não há garantia de realização do lucro?

De acordo com Harvey (2011, p. 46-47),

> O exame do fluxo de capital por meio da produção revela seis barreiras potenciais à acumulação, que devem ser negociadas para o capital ser reproduzidos: i) capital inicial sob a forma de dinheiro insuficiente; ii) escassez de oferta de trabalho ou dificuldade políticas com esta; iii) meios de produção inadequados, incluindo os chamados “limites naturais”; iv) tecnologias e formas organizacionais inadequados; v) resistência ou ineficiência no processo de trabalho; e vi) falta de demanda fundamentada em dinheiro para pagar no mercado. Um bloqueio em qualquer um desses pontos interrompe a continuidade do fluxo de capital e, se prolongado, acaba produzindo uma crise de desvalorização.

O Estado é chamado para agir numa imensa pressão para encontrar novas e inovadoras formas de reunir e distribuir quantidades de capital-dinheiro, além de modos e locais onde se posicionar para explorar oportunidades lucrativas, porque, para Harvey (2011, p. 85),

> Os arranjos institucionais e as culturas estatais e burocráticas desempenham aqui um papel crítico. As ondas de inovações são suscetíveis, no entanto, de tornarem-se mais rápidas, mais compactas e mais especulativas, em respostas à taxa composta de acumulação do capital e à necessidade dominante de encontrar novos locais para a absorção do excedente de capital.

Para além do papel estritamente econômico que desempenha o Estado no sentido de evitar a explosão de crises que ameacem o sistema, vale destacar os esforços estatais de caráter ideopolítico, através de uma ofensiva rotineira contra os avanços de uma cultura classista entre os trabalhadores. Assim, “o Estado

desenvolve uma vasta maquinaria de manipulação ideológica para “integrar” o trabalhador à sociedade capitalista tardia como consumidor, “parceiro social” ou “cidadão” [e, *ipso-facto*, sustentáculo da ordem social vigente]” (MANDEL, 1985, p. 341).

São saídas encontradas pelo capital financeiro, com ajuda primordial do Estado, para restaurar e aumentar os itens de acumulação mundialmente. Então, diversas medidas são tomadas, desde a introdução de novas tecnologias até restrições de conquistas sociais, tudo como forma de criar mais excedentes do capital.

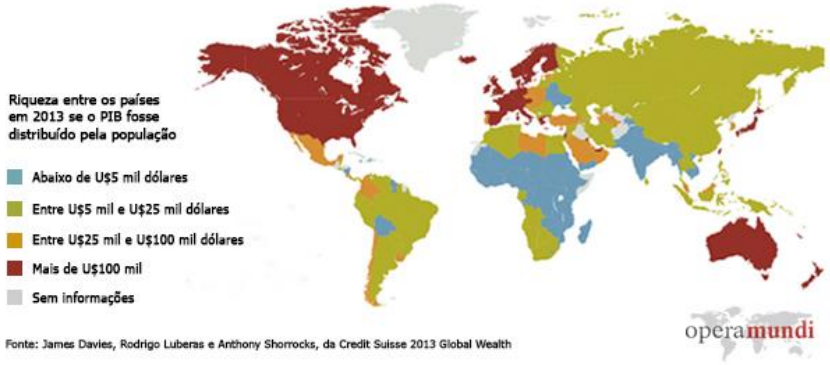
O papel do Estado vai se destacar, principalmente, na garantia de marcos regulatórios para a livre expansão dos mercados privados, por vezes apoiando-se no discurso da conciliação do crescimento econômico com o desenvolvimento social, algo incompatível com a lógica capital, sobretudo em tempos de crise. Tal incompatibilidade pode ser ilustrada ao verificarmos os dados de distribuição da riqueza.

De acordo com a matéria divulgada no site Operamundi[24], publicada em 17/10/2013, cinco anos depois do início da crise econômica mundial, marcada pela quebra do banco norte-americano Lehamn Brothers, os indicadores financeiros seguem apontando para uma concentração da riqueza ao redor do globo. De acordo com o relatório "Credit Suisse 2013 Wealth Report", um dos mapeamentos mais completos sobre o assunto divulgado recentemente, 0,7% da população concentra 41% da riqueza mundial.

Em valor acumulado, a riqueza mundial atingiu em 2013 um recorde de todos os tempos: US$ 241 trilhões. Se este número fosse dividido proporcionalmente pela população mundial, a média da riqueza seria de US$ 51.600 por pessoa. No entanto, não é o que acontece. Veja abaixo o gráfico da projeção de cada país se o PIB fosse dividido pela população, no referido ano:

[24] Os dados, assim como o gráfico e a pirâmide estão disponíveis no site http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/31831/mapa+da+desigualdade+em+2013+07%25+da+populacao+detem+41%25+da+riqueza+mundial.shtml. Acesso em: 05 jan. 2015 às 18:24.

MAPA DA RIQUEZA COM O PIB DISTRIBUÍDO À POPULAÇÃO



Mesmo com o crescimento da riqueza mundial, a desigualdade social continua com índices elevados. Os 10% mais ricos do planeta detêm atualmente 86% da riqueza mundial. Veja no gráfico abaixo a pirâmide da riqueza.

No caso do Brasil, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2013, o chamado Índice Gini, que varia de 0 a 1, piorou de 0,496 em 2012 para 0,498 em 2013, o primeiro aumento desde o ano de 2001. O Gini é usado no mundo todo para medir a desigualdade e aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Já a pesquisa anual do IBGE indica que, de 2012 para 2013, este rendimento teve aumento real de 5,7%, passando para R$ 1.681,00 por trabalhador. Porém, a renda média aumentou mais no topo da pirâmide (6,4%) do que na base (3,5%), não contribuindo para diminuir a desigualdade.O contingente de 1% dos brasileiros mais ricos ainda ganha quase cem vezes mais que os 10% mais pobres. A renda média é de R$ 235,00 por mês

entre os 8,6 milhões de trabalhadores mais pobres, contra R$ 20.312,00 entre os 864 mil no topo da pirâmide[25].

No Brasil, o movimento de crise do capital vai exibir os seus sinais mais evidentes justo num período considerado de avanços democráticos, após doloroso período de ditadura militar, conforme passaremos a discutir no item seguinte. Desta forma, enquanto o Brasil experimentava, nos anos de 1980, avanços jurídico-políticos voltados à ampliação nacional dos direitos e das políticas sociais, no contexto mundial, ganhava forças a perspectiva neoliberal de cortes na área social. Para um país que não vivenciou o seu período de Estado de Bem Estar Social, diferentemente dos países mais avançados, a experiência neoliberal representou um profundo retrocesso social, de maneira a aprofundar a desigualdade social em condições histórico-estruturais já bastante penosas para a classe trabalhadora. Nestes termos, a desigualdade existe no mundo, porém se apresenta de maneira diferenciada em cada país.

1.2 O Processo de Crise no Brasil

O processo de crise se apresenta de maneira mais forte no Brasil em um momento de conquista histórica: a restituição do Estado democrático de direito, com a ampliação dos direitos na Constituição Federal de 1988, após duas décadas de ditadura militar, o que ocasionou um tensionamento entre a ampliação – no plano jurídico-formal - dos direitos e das políticas sociais e a sua materialização em contexto mundial de crise e de reestruturação do capital. O período de expansão dos direitos sociais previstos na Constituição Brasileira de 1988 coincide, justamente, com afloramento mundial da perspectiva neoliberal.

Tal perspectiva constitui uma resposta (contratendência) do capital à sua crise estrutural: a privatização dos bens públicos, o encurtamento dos gastos com a reprodução da força de trabalho (redução das políticas sociais e flexibilização das relações trabalhistas) e a mais ampla liberdade de atuação para o capital são constitutivas da essência do pensamento neoliberal. Numa tentativa de encontrar mais locais para alocar o excedente de capital, na opinião de Harvey (2011, p. 32),

[25]Dados disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/ 2014/09/140918 _desigualdade_ ibge_brasil_pnad_rb. Acesso em: 05 jan. 2015 às 18:14.

> Uma vasta onda de privatização varreu o mundo, tendo sido realizada sob a alegação dogmática de que empresas estatais são ineficientes e desengajadas por definição, e a única maneira de melhorar seu desempenho é passá-las ao setor privado. [...] Serviços de utilidade pública como água, eletricidade, telecomunicações e transporte - para não falar de habitação, educação e saúde – tiveram de ser abertas para as bênçãos da iniciativa privada e a economia de mercado.

O Brasil, apesar dos movimentos pela redemocratização do Estado e da sociedade, não ficou imune ao neoliberalismo. Após a aprovação da Constituição de 1988, “A Constituição Cidadã” como ficou conhecida, os governos de Collor, Fernando Henrique e os dois governos do PT - Lula e Dilma - implementaram uma política macroeconômica de caráter neoliberal, apesar de resguardadas algumas distinções entre os primeiros e os dois últimos. De acordo com Boschetti(2010, p. 70), “as contrarreformas implementadas desde a década de 1990, cujos efeitos se estendem até hoje, atingiram todas as políticas da seguridade social, a educação e o trabalho”. Para Behring (2008), as pressões para uma refuncionalização do Estado capitalista nos anos de 1980 e 1990 estão articuladas a uma reação burguesa à crise do capital que se inicia nos anos 70, já vislumbrada por Mandel (1985) em obra clássica já referenciada neste texto.

As discussões sobre o desenvolvimento econômico e social nesse período, conforme discutem Mota, Amaral e Peruzzo (2012), são orientadas pelas reformas estruturais na economia, especialmente pela política de privatização dos serviços públicos, pela reforma do Estado e pela focalização dos programas sociais para os segmentos mais pobres e “vulneráveis” da sociedade.

Então, nos anos de 1990, diante dos reclames mundiais por ajustes econômicos, numa perspectiva neoliberal, os governos das classes dominantes, aí incluído o brasileiro, no seu afã contrarreformista, procuraram apagar as referências do trabalho, seja pelo desemprego, seja pelas novas e precárias formas de trabalho, ou, ainda, pela supressão das conquistas dos trabalhadores nos anos 1980 (MOTA, 2012).

A taxa de desemprego aberto (dessazonalizada), que em março de 1990 era de 4% da força de trabalho, atingiu 6% no segundo semestre de 1992, auge da recessão. Segundo o IBGE, 7,6 milhões de trabalhadores foram considerados desempregados em 1999, enquanto em 1995 eram 4,5 milhões. No mesmo período, a população economicamente ativa (PEA) cresceu 6,8%, o que resultou num

adicional de 5,2milhões de pessoas no mercado de trabalho. Enquanto a quantidade de postos de trabalho aumentou apenas 2,94%, o que representa a criação de 2 milhões de novas vagas. Ou seja, a cada três pessoas que ingressaram no mercado de trabalho, entre 1995 a 1999, somente uma conseguiu encontrar algum posto de trabalho[26].

Com a refuncionalização do Estado, é inaugurada a lógica gerencial, a qual vai incidir muito fortemente sobre as políticas sociais, dotando-as de uma lógica instrumental e de uma racionalidade normativa profundamente marcada pelo produtivismo. Essa reforma administrativa do Estado se dá a partir da Emenda Constitucional n° 19, de 19 de junho de 1998, a qual, conforme nos apresenta Behring (2008, p. 177),

> Reitera os argumentos de que a crise brasileira da última década foi uma crise do Estado, que se desviou de suas funções básicas, do que decorre a deterioração dos serviços públicos, mais o agravamento da crise fiscal e da inflação. Trata-se, para ele, de fortalecer a ação reguladora do Estado numa economia de mercado, especialmente os serviços básicos e de cunho social. O Estado brasileiro é considerado como rígido, lento, ineficiente e sem memória administrativa. O salto adiante é a proposição da reforma gerencial voltada para o controle dos resultados e baseada na descentralização, visando qualidade e produtividade no serviço público.

O Plano Diretor da Reforma do Estado integra o conjunto de reformas constitucionais para atender aos preceitos neoliberais e produzir um "novo modelo de justiça social", baseado em três direções: mudança da legislação com reformas constitucionais[27], aplicação de uma cultura gerencial[28] e a adoção de práticas gerenciais[29].

A conjuntura brasileira das duas últimas décadas produziu um conjunto de modificações na realidade social e ideopolítica. O modelo neoliberal de privatizações

---

[26]Dados retirados do trabalho intitulado "ANÁLISE COMPARATIVA DO DESEMPREGO NO BRASIL DURANTE AS DÉCADAS DE 80 E 90: IMPLICAÇÕES E PANORAMAS ECONÔMICOS" de autoria de Madalena Maria Schlindwein e Pery Francisco Shikida. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/1189/1149. Acesso em: 08 jan. 2015 às 17:51.

[27] Temos como exemplos a emenda constitucional de n° 19 acerca dos servidores públicos, a de n° 20 da Previdência Social.

[28] Introdução do critério de avaliação e indicadores de desempenho, ênfase em resultados.

[29] Com objetivo de resgatar o papel indutor do desenvolvimento econômico e social e de garantia dos direitos de cidadania (BEHRING, 2008).

e de cortes sociais é reconfigurado. Entra em cena o chamado neodesenvolvimentismo[30], o qual nada mais é do que a busca por conciliar as diretrizes liberais com pautas desenvolvimentistas, ou seja, algumas pautas sociais das classes subalternas são atendidas -impulsionadas sobretudo pelas políticas de transferência de renda - ao mesmo tempo em que exigências da classe dominante são asseguradas pelo Estado.

Renovam-se os elementos, mas o objetivo é o mesmo, lucro e cada vez mais lucro, o que continua ocasionando um quadro de aprofundamento da questão social, já que este modelo não rompe com as desigualdades e nem coloca em questão a exploração capitalista.

> Se do ponto de vista prático estas medidas minimizam e reduzem as condições de pobreza e viabilizam o acesso mercantil a bens e serviços, por outro lado, elas explicitam no plano prático, político e teórico, que não há qualquer indício de redução das desigualdades, se a definimos sob a ótica das disparidades das rendas do trabalho e dos lucros, juros, renda da terra, aluguéis e outros rendimentos do capital (MOTA, 2012, p. 36-37).

Para Guimarães (2005, p. 4),

> Esse é o quadro geral da questão social no Brasil de hoje, globalizado, inserido em contextos e problemáticas econômicas, políticas, culturais e sociais de dimensões, internas e externas, ao mesmo tempo locais e globais, regionais e intercontinentais, de raízes seculares e contemporâneas, de questões não resolvidas ou resolvidas em benefício de minorias privilegiadas. Um país em que à concentração de terra, de riqueza e de bens, nas mãos de poucos, associam-se as práticas históricas de clientelismo, de favor e outras práticas autoritárias e conservadoras ao lado de outras mais modernas, sintonizadas ao mundo globalizado e de uma revolução tecnológica sem precedentes, conferindo a esse país um grau de desigualdade e injustiça desumanas.

Dentre as formas de enfrentamento da questão social hoje, destacam-se o assistencialismo e uma política social focalizada, minimizada, que não aponta para a garantia de direitos e que, segundo Netto (2012b), não tem nem mesmo a formal pretensão de erradicar a pobreza, mas de enfrentar apenas a penúria mais extrema,

[30] Mota, Amaral e Peruzzo (2012) vão dizer que não se trata de uma repetição do desenvolvimentismo nacional dos anos 1960, mas da defesa de um desenvolvimento autossustentável desde o ponto de vista econômico e social.

a indigência, já que, conforme seu próprio discurso, pretende confrontar-se com a pobreza absoluta. Segundo o IPEA, 6,53 milhões de pessoas encontram-se na chamada “extrema pobreza” (renda inferior a R$75,00/mês) e 3,47 milhões de pessoas saíram da pobreza em 2012. Entretanto, 15,7 milhões de brasileiros/as ainda permanecem abaixo da linha da pobreza (recebem menos de R$150,00/mês)[31].

Segundo o Ipea[32], o Programa Bolsa Família, implantado há dez anos, foi responsável por 15% a 20% da redução da desigualdade de renda no Brasil. Afirma, ainda, que colaborou também para a queda na desigualdade entre estados e regiões do país (15%). A política de transferência de renda ainda impulsionou a diminuição na taxa de extrema pobreza (entre 2001 e 2011, passou de 8% para 4,7% da população brasileira).

Neste sentido, as políticas sociais são redesenhadas pelo combate à pobreza, com caráter minimalista, por via de programas de transferência de renda, as quais não contribuem, efetivamente, para transformações estruturais e sim apenas atender algumas necessidades emergenciais dos mais pobres. Não se trata de negar o papel importante que os programas de transferências de renda tiveram no processo de elevação da renda de um significativo número de brasileiros, principalmente com a criação do Programa Brasil Sem Miséria do Governo Federal, conforme podemos observar nos dados do IPEA. Mas, segundo análise de Sitcovsky (2013), é insuficiente solucionar o fenômeno social da pobreza através dos programas de renda.

> A alteração da renda, via programas assistenciais de transferência de renda, é insuficiente como estratégia de enfrentamento à pobreza. Outrossim, tais programas não possibilitam mudanças na dinâmica de produção e distribuição da riqueza social do país, o que nos força a afirmar que as variações nos índices de desigualdade e/ou pobreza no Brasil são artificiais (SITCOVSKY, 2013, p. 134).

Observa-se, aqui, a afirmação dos supostos mandelianos, anteriormente referidos, de busca de saídas técnicas e pontuais para os mais destacados

---

[31] Dados do Ipea, disponível em: www.ipea.gov.br/portal. Acesso em: 21 nov. 2013 às 21:58.

[32] Dados publicados no livro Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania, que avalia as conquistas e os desafios do Programa Bolsa Família, disponível no site do Ipea, através do link: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20391. Acesso em: 08 jan. 2015 às 18:07.

problemas que permeiam a vida social e de ofensiva ideológica encabeçada pelo Estado, cujo fim é criar obstáculos à formação de uma consciência de classe. Mota (2012, p. 37) chama isso de “desistoricização da pobreza”:

> O atendimento de parte das reivindicações e necessidades das classes subalternizadas se fez afastando-se dos referenciais classistas de socialização da riqueza socialmente produzida. [...] Ao *desistoricizar* a pobreza, [...] tratando-a como um fenômeno que pode ser gerido através de políticas compensatórias - tornou-se possível atender algumas necessidades imediatas das classes trabalhadoras, sem romper com as exigências das classes proprietárias e dominantes.

Segundo Plínio de Arruda Sampaio Jr[33], em entrevista para a Revista Mundo Jovem[34], afirma que o Brasil tem a segunda pior distribuição de renda do mundo, perdendo apenas para Serra Leoa, na África. Apesar da melhora em áreas como educação e combate à pobreza, a desigualdade entre ricos e pobres aumentou. Para o professor, considerem-se dois tipos de renda: salário ou lucro[35] e a maneira de distribuir renda é valorizando o trabalho. Para valorizar o trabalho é necessário enfrentar o problema do desemprego aberto e do desemprego estrutural.

Nestes termos, a política compensatória utilizada atualmente pelo governo não passa, segundo o professor, de uma política que atua sobre o efeito do problema e não sobre a causa: “quando você não ataca a causa e só tem a política compensatória, você está na verdade aceitando o sistema e se omitindo de quebrar, de resolver o problema da pessoa. Você está apenas compensando, atenuando, aliviando a pobreza”. Para o autor, isso traz como consequência social, do ponto de vista mais geral, uma segregação social, cindindo o país entre ricos e pobres e provocando um aumento no nível de violência urbana e rural, pois, segundo ele, é impossível termos uma sociedade com um mínimo de coesão.

No ano de 2012, 154 pessoas morreram a cada dia, em média, vítimas de homicídio no Brasil, totalizando 56.337 pessoas que perderam a vida assassinadas,

---

[33] Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, SP.

[34] Entrevista a Ana Paula Ribeiro, da Folha Online de 01/06/2005, em Brasília, DF Publicada na edição 360 de setembro de 2005 e disponível em: http://www.mundojovem.com.br/entrevistas/edicao-360-entrevista-concentracao-de-renda-distribui-pobreza. Acesso em: 05 jan. 2015 às 18:38.

[35] O lucro é a renda do capital e o salário é a renda do trabalho.

7% a mais do que em 2011. Os dados são do Mapa da Violência 2014[36], que mostra um crescimento de 13,4% de registros desse tipo de morte em comparação com o número obtido em 2002. O percentual é um pouco maior que o de crescimento da população total do país: 11,1%. As principais vítimas são jovens do sexo masculino e negros. Enquanto o número de assassinatos de brancos diminuiu, passando de 19.846, em 2002, para 14.928, em 2012, as vítimas negras aumentaram de 29.656 para 41.127, no mesmo período.

Além dessas políticas compensatórias, outra forma de enfrentamento da questão social é a judicialização e a criminalização dos direitos e dos movimentos sociais. Para Wacquant (1999, p. 4), a penalidade neoliberal apresenta o seguinte paradoxo: pretende remediar com 'mais Estado' policial e penitenciário o 'menos Estado' econômico e social que é a própria causa da escalada generalizada da insegurança objetiva e subjetiva em todos os países. É instalado, assim, o que o autor vai chamar de Estado penal.

A nova população carcerária brasileira é de 711.463 presos. Os números apresentados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ)[37] a representantes dos tribunais de justiça brasileiros levaram em conta as 147.937 pessoas em prisão domiciliar[38]. Para realizar o levantamento inédito, o CNJ consultou os juízes responsáveis pelo monitoramento do sistema carcerário dos 26 estados e do Distrito Federal. De acordo com os dados anteriores do CNJ, que não contabilizavam prisões domiciliares, em maio deste ano a população carcerária era de 563.526. Com as novas estatísticas, o Brasil passa a ter a terceira maior população carcerária do mundo, segundo dados do ICPS, sigla em inglês para Centro Internacional de Estudos Prisionais, do King's College, de Londres. As prisões domiciliares fizeram o Brasil ultrapassar a Rússia, que tem 676.400 presos.

---

[36] Acesso em 08/01/2015 às 18:30 através do site http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_cor.pdf

[37] Disponíveis no site http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/28746-cnj-divulga-dados-sobre-nova-populacao-carceraria-brasileira. Acesso em: 08 jan. 2015 às 20:41.

[38] Segundo o Conselho Nacional de Justiça, a prisão domiciliar pode ser concedida pela Justiça a presos de qualquer um dos regimes de prisão – fechado, semiaberto e aberto. Para requerer o direito, a pessoa pode estar cumprindo sentença ou aguardando julgamento, em prisão provisória. Em geral, a prisão domiciliar é concedida a presos com problemas de saúde que não podem ser tratados na prisão ou quando não há unidade prisional própria para o cumprimento de determinado regime, como o semiaberto, por exemplo. Informação retirada do site: http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/28746-cnj-divulga-dados-sobre-nova-populacao-carceraria-brasileira.

Trata-se, segundo Netto (2012b, p. 427), de uma condição em que

> A repressão deixou de ser uma excepcionalidade – vem se tornando um estado de guerra permanente, dirigido aos pobres, aos 'desempregados estruturais', aos 'trabalhadores informais', estado de guerra que se instala progressivamente nos países centrais e nos países periféricos.

A articulação entre repressão e assistencialização minimalista das políticas sociais no enfrentamento da questão social constitui uma das faces contemporâneas mais evidentes da barbárie[39] atual, sendo esta estratégia destinada a assegurar a continuidade dos interesses do capital. Para tanto, faz-se necessário renovar sua ideologia, para adequá-la ao momento presente e torná-la capaz de garantir legitimidade aos projetos que subsumem interesses universais aos interesses particulares da classe dominante.

Diante dessa conjuntura de crise do capital, exponencia-se a "decadência da razão" ou "miséria da razão", ou seja, a conversão de algumas contradições dialéticas em fetiches de uma totalidade contraditória, conforme afirma Coutinho (2010). Para o autor (2010, p. 39), "a incapacidade de atingir a essência surge espontaneamente em todos os indivíduos que vivem no capitalismo evoluído" e a filosofia se submete a esse espontaneísmo. O pensamento fetichizador não transcende a mera descrição da imediaticidade, são pensamentos, ainda segundo o autor, "racionalistas" ou "irracionalistas", "objetivistas" ou "subjetivistas", positivistas ou existencialistas.

1.3 Crise capitalista: o Processo de Decadência Ideológica e a emergência do Racionalismo Tecnológico como ideologia

Historicamente constituído em torno das revoluções europeias de 1830 e 1848[40], o processo de decadência ideológica representa o momento crucial em que a burguesia se destitui como classe protagonista do progresso social.

---

[39] Netto (2012b, p. 202) entende que uma face contemporânea da barbárie se expressa exatamente no trato que, nas políticas sociais, vem sendo conferido à questão social.

[40] Por volta de 1830-1848 ocorre um período de revoluções na França: no ano de 1830, os franceses extinguiram os anseios da restauração monárquica ao expulsarem a dinastia Bourbon do poder, iniciando assim um período de advento da burguesia, como o governo de Luís Filipe, marcado por supremacia política e econômica da burguesia, que durou até 1848, após um período de grande movimento popular e revoluções.

Ao prefaciar obra de Behring, Netto (2002) desenvolve uma análise da crise da teoria social a partir da crise global. O autor afirma que desde meados do século dezenove, precisamente nas revoluções de 1848, as tendências dominantes no pensamento ocidental seccionaram a análise social da análise econômica, surgindo, assim, a Sociologia como ciência autônoma. Tal secção causou deletérias implicações para uma rigorosa pesquisa da estrutura e do movimento da sociedade, visto que, de um lado, os estudos das relações econômicas destinavam-se a uma disciplina especializada, a Economia, desistoricizando-a, ao mesmo tempo em que se erguiam as chamadas ciências sociais (e/ou humanas) desconectadas de efetivas determinações econômicas. Além disso, as tendências orientadas pela crítica da Economia Política tiveram sua radicalidade neutralizada, abastando-se num regaste das determinações econômicas num economicismo de viés positivista.

Coutinho (2010) indica que a raiz da ruptura da burguesia com sua condição de classe revolucionária está na noção exata de que todas as armas ideológicas utilizadas contra o feudalismo tornariam contra ela o seu gume, que todos os meios de cultura iriam se rebelar contra a sua própria civilização; então, a burguesia rompe com a tradição progressista e passa a negar ou limitar o papel da razão no conhecimento e na práxis humana.

A “miséria da razão” (COUTINHO, 2010) ou “desqualificação da razão” (NETTO, 2002)[41] se desdobra na fetichização do pensamento. Tal fenômeno é uma forma de burocratização de todas as atividades humanas, das mais simples às mais complexas, das econômicas e políticas até as espirituais, de um enquadramento para responder às contradições sociais, tecnicamente, sem que se ponham em xeque os seus determinantes essenciais. Trata-se de uma manipulação vazia de dados que “ocorre quando determinados procedimentos práticos são coagulados, formalizados e repetidos mecanicamente; com isso, empobrece-se a ação humana, que é assim desligada de sua relação, tanto como realidade, quanto com as suas finalidades” (COUTINHO, 2010, p. 40).

Segundo Löwy (2010), o conceito de Ideologia é algo complexo, cheio de significados, contradições, paradoxos e arbitrariedade. Marx, em “A Ideologia Alemã”

[41] Esses traços, que no plano do pensamento expressam a crise global, são chamados por Netto de Desqualificação da Razão marcada por: crítica ligeira e irresponsável aos paradigmas teóricos clássicos, negação dos nexos pluricausais na dinâmica social, desconsideração da materialidade e da objetividade das práticas sociais, desprezo pelo caráter de totalidade da vida social, entre outros (2002, p. 11).

(2009), traz o conceito de ideologia equivalente à ilusão, falsa consciência, na qual a realidade é invertida. Por isso, a burguesia, assim que tomou o poder, buscou de imediato legitimar a sua ideologia, não a que lhe colocou no poder com a derrubada do sistema feudal, mas aquela que trouxesse uma concepção da realidade social e política vinculada aos seus interesses como classe social, surgindo o período conhecido como “Decadência Ideológica”, o qual vai receber outras denominações também.

O processo de decadência ideológica é importante para os interesses do capital, pois se limita à apreensão imediata da realidade, visto que no momento em que o indivíduo abre mão da faculdade de pensar não consegue suplantar a adaptação e reproduz a sociedade atual.

Coutinho (2010, p. 38), ao trabalhar o problema da razão na filosofia burguesa, vai dizer que

> Aparência e essência são momentos constitutivos da realidade objetiva. Todavia, entre esses dois níveis do real pode sempre existir, em maior ou menor intensidade, uma contradição ou mesmo uma antagonismo. Uma representação científica da realidade, bem como uma práxis ampla e eficaz, demandam o estabelecimento de uma mediação dialética entre os mesmos, na qual a aparência seja dissolvida na totalidade que revela a essência.

É justamente por isso que a “decadência ideológica” serve à burguesia, ao capital, porque toda limitação da apreensão da realidade afasta as condições de superação do imediatismo e do espontaneísmo. Conforme discute Tonet (2009, p. 12), ao analisar elementos da obra de Marx, “A Ideologia Alemã”,

> Para se ter uma compreensão adequada da realidade, não se pode nem partir nem permanecer no mundo das ideias. É preciso buscar a conexão do que elas têm com a realidade objetiva. Só essa conexão permitirá entender o que os homens pensam, por que pensam desse modo e também as ideias errôneas que eles criam a seu respeito.

É necessário superar a descrição aparente e alcançar a essência. Para entender a realidade é importante a captação dos movimentos dessa realidade a partir do exame racional dos fundamentos, dos condicionamentos e dos limites desse real, verificando os conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos.

É também um momento de alienação, por fetichizar determinados elementos da ação humana e os transformar em regras formais pseudo-objetivas. Este processo visa contribuir para a perpetuação do capitalismo, por submeter todas as contradições reais a uma homogeneização formalista. “Na manipulação, a burocratização da práxis penetra na vida privada, produzindo a ilusão ideológica de uma completa subordinação da vida humana a regras formais” (COUTINHO, 2010, p. 75). Trata-se justamente que as filosofias imediatistas assumem a racionalidade formal.

> A práxis aparece agora como uma mera atividade técnica de manipulação; a objetividade se fragmenta numa coleção de “dados” a serem homogeneizados. [...] Essa “miséria da razão” transforma em algo irracional todos os momentos significativos da vida humana (COUTINHO, 2010, p. 43).

Para Netto (2002, p. 10-11), esse cenário não vem se revertendo, pelo contrário encontra-se ainda mais complexo e

> Mais problematizado, nos últimos trinta anos, pelo conjunto de processos sócio-históricos que redundou na crise global, crise essa que se expressa no plano do pensamento por uma série de traços já amplamente estudados (Mészáros, Jameson, Harvey et alii), mas todos eles conducentes à interdição e ao cancelamento da própria hipótese de uma teoria social inclusiva e abrangente – quanto a isto, são eloquentes as expressões do pensamento pós-moderno.

A partir desse período de negação da razão vislumbra-se a proliferação de inúmeras ideologias destinadas a justificar ações e práticas classistas, o que tende a se exacerbar com a crise estrutural do sistema do capital. O “Racionalismo Tecnológico” é apontado por Mandel (1985) como ideologia que ganha força no Capitalismo Tardio[42], como também integra e reforça os supostos presentes no movimento de Decadência da Razão. Defendemos a tese que esta ofensiva ideológica é uma das formas encontradas para mistificar e esconder as contradições inerentes ao sistema capitalista ainda hoje, uma tendência que vem ganhando forças com a atuação do Estado e com a refuncionalização das políticas públicas.

[42] Para Mandel (1985, p. 5), capitalismo tardio não é uma nova época do desenvolvimento capitalista, constitui unicamente um desenvolvimento ulterior da época imperialista, de capitalismo monopolista.

As bases do Racionalismo Tecnológico são anunciadas no surgimento da indústria moderna[43] e na generalização do uso da maquinaria na produção, bem como na instituição de novos mecanismos de subordinação do trabalho ao capital. Assim, manifesta também um fetiche resultante do processo de alienação, como se a máquina e a técnica tivessem um poder independente sobre o homem e se constituíssem como uma força autônoma, na medida em que a indústria passou a criar máquina com máquinas, ou seja, a criar a sua própria base técnica. Marx vai dizer que "a condição de produção mais essencial para a fabricação de máquinas com máquinas era um motor capaz de desenvolver qualquer potência e perfeitamente controlável" (2013, p. 441).

Neste contexto, tudo se apresenta como se o comando do processo de trabalho estivesse com a máquina, porque como o próprio Marx reconhece que (2013, p. 442), "o caráter cooperativo do processo de trabalho torna-se uma necessidade técnica imposta pela natureza do próprio instrumento de trabalho", revelando o papel que a base técnica passará a assumir neste momento histórico. O autor também reconhece que a tecnologia exerce um poder desmensurado sobre as diversas dimensões da vida do indivíduo, instituindo formas de controle social. Então, com a indústria moderna, o ser humano fica prisioneiro de uma tarefa parcial, sua vida e toda sua faculdade ficam restritas a um fazer meramente técnico.

Desse modo, Marx via a técnica sob o ponto de vista do capital e a partir das relações sociais de produção, como mecanismo de exploração e de extração de mais-valia relativa e não como uma técnica *em si*; ele não discutiu a questão tecnológica e sim a técnica aplicada à produção como uma categoria derivada do capital, principalmente quando vai destacar a subsunção do trabalho ao capital, como meio de exploração e controle do trabalho.

Romero afirma que Marx (2005, p. 16),

> Sempre tratou a técnica e a ciência de modo parcial e subordinado. Embora possa parecer contraditório, reside justamente nisto uma das qualidades da sua concepção. Parcial porque Marx não concebe o estudo da técnica e da ciência como uma totalidade em si, mas apenas como uma dimensão do capital. Ou seja, ao estudar a maquinaria, Marx ainda tinha como referência o estudo do capital em geral, mas sob uma das formas em que este ganha concretude no processo de produção. [...] Apenas dessa forma é que se pode dizer

[43] Estamos afirmando que aqui estão as protoformas dessa ideologia, no entanto, estaremos trabalhando com ela no capitalismo contemporâneo.

> que existe uma questão tecnológica em Marx, entendendo a técnica e a ciência aplicadas na produção como categorias derivadas do capital, que têm como função manter a subsunção do trabalho ao capital, como meio de exploração e controle do trabalho.

Baseado nesta afirmação, podemos dizer que, para Marx, a questão da técnica está presente no processo de trabalho, através da extração de mais-valia relativa[44] pelo capital. Segundo Marcuse (1973, p. 18-19), “a tecnologia serve para instituir formas novas, mais eficazes e mais agradáveis de controle social e coesão social. [...] É um sistema de dominação que já opera no conceito e na elaboração das técnicas”.

Assenta-se neste “poder desmensurado” que a tecnologia exerce sobre o processo produtivo – e sobre as diversas dimensões da vida do indivíduo – a disseminação do racionalismo tecnológico como ideologia. Isto foi possível visto que os processos que foram desenvolvidos na indústria moderna romperam os muros das fábricas e adentraram a vida privada e social, instituindo-se, assim, ideologias de controle social.

Como uma saída para afastar a consciência do real, defendemos que a classe dominante se utiliza da ideologia do Racionalismo Tecnológico porque o capitalismo a coloca como capaz de resolver as “irracionalidades”, conforme colocado por Coutinho (2010, p. 68):

> [...] só com a possibilidade de um progresso no padrão de vida das classes assalariadas (sem redução da taxa de mais-valia) é possível um aumento da produção sem o perigo de crises de superprodução. Por outro lado, o aumento da mais-valia relativa liga-se ao aumento da produtividade do trabalho; isso significa que o capitalismo é obrigado a promover um novo e espetacular florescimento técnico, o que explica o grande prestígio desfrutado pela racionalidade tecnológica entre determinados setores intelectuais.

A partir das leituras sobre a crise do capital, percebe-se que esta atinge vários aspectos da vida social: tanto é uma crise de âmbito mundial do capitalismo, de sua base material, quanto uma crise do pensamento, do modo de viver e pensar. É

[44] Marx chama de mais-valia relativa a decorrente da contração do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na relação quantitativa entre ambas as partes componentes da jornada de trabalho (2013, p. 366). A mais-valia relativa só é possível com a introdução da tecnologia e com as inovações no desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo, ao fazer isso, tem-se a extração da mais valia, do mais valor.

justamente a confluência dessas duas dimensões da crise que explica o “surto irracionalista”, o qual fundamenta múltiplas expressões ideológicas na atual conjuntura.

Ao referir-se ao pensamento pós-moderno, como uma manifestação deste processo, explica Evangelista (1992, p. 35 e 36):

> Quando o fragmentário, o microcosmo e o fatual que abundam na cotidianidade, não são vistos como produzidos pela reificação das relações sociais no capitalismo, instala-se a irrazão. O mediato foge à percepção da consciência, restando, exclusiva ou principalmente o imediato. Essa é, no essencial, a origem do irracionalismo contemporâneo.

Tendo como base a análise dos componentes da crise atual, Mészáros lembra que no período pós-guerra houve uma mistificação ideológica que apregoou o “fim das ideologias”, o “triunfo do capitalismo organizado” e a “integração da classe trabalhadora”, com o fim de ocultar as contradições sociais e oferecer um “remédio estrutural” e de solução permanente. Diz o autor: “Nos tempos presentes, quando já não é mais possível ocultar as manifestações da crise, a mesma mistificação ideológica, que ontem anunciava a solução final de todos os problemas sociais hoje atribui o seu reaparecimento a fatores puramente tecnológicos” (MÉSZÁROS, 2011, p. 796). Coloca-se, então, como desafio aos ideólogos da ordem apresentar novos modelos formais, pretensamente neutros, mas que se destinam a assegurar a reprodução da dominação burguesa, tendo em vista que não põem em questão as bases da exploração de classe.

Esta ideia aproxima Mészáros ao pensamento mandeliano o qual apresenta a ideologia do “racionalismo tecnológico” como uma mistificação que encobre a realidade social e suas contradições, por ser um exemplo típico de reificação[45]. Esta ideologia apregoa a onipotência da tecnologia que agiria independentemente da estrutura e da dominação de classe, de forma automática como uma lei natural; além disso, afirma que o sistema é capaz de superar todas as contradições

[45] “Reificação é o ato (ou resultado do ato) de transformação das propriedades, relações e ações humanas em propriedades, relações e ações de coisas produzidas pelo homem, que se tornaram independentes (e que são imaginadas como originalmente independentes) do homem e governam sua vida. Significa, igualmente, a transformação dos seres humanos em seres semelhantes a coisas, que não se comportam de forma humana, mas de acordo com as leis do mundo das coisas. A reificação é um caso “especial” de alienação, sua forma mais radical e generalizada, característica da moderna sociedade capitalista” (BOTTOMORE, 2001, p. 314).

socioeconômicas fundamentais do modo de produção capitalista. Para Mandel (1985, p. 351),

> Essa ideologia proclama a capacidade que tem a ordem social vigente de eliminar gradualmente todas as possibilidades de crise, encontrar uma solução "técnica" para todas as suas contradições, integrar as classes sociais rebeldes e evitar explosões políticas. A noção de uma "sociedade pós-industrial", na qual se supõe que a estrutura social é dominada por normas de "racionalidade funcional", corresponde à mesma tendência ideológica.

É a partir dessa concepção que Marcuse discute a racionalidade tecnológica como uma racionalidade política, pois, segundo ele,

> A racionalidade tecnológica revela o seu caráter político ao se tornar o grande veículo de melhor dominação, criando um universo verdadeiramente totalitário no qual sociedade e natureza, corpo e mente, são mantidos num estado de permanente mobilização para a defesa desse universo (1973, p. 37).

E o autor conclui que esta ideologia parece a própria "personificação da razão", de tal maneira que toda contradição parece irracional e toda ação contrária parece impossível (MARCUSE, 1973).

Trabalhando as expressões dessa ideologia, como uma das formas utilizadas pelo capital para saída da crise, Mandel (1985, p. 352) levanta cinco proposições dessa "racionalidade tecnológica": 1) como uma força invencível e de poder autônomo; 2) o conhecimento tradicional do mundo, do homem e da história são reprimidos através de sua "desideologização"; 3) o sistema vigente não é desafiado e problemas emergentes são solucionados de maneira funcional ao capital; 4) criação de uma consciência de necessidades por meio de mecanismos tecnológicos de produção e consumo, então criam-se novas necessidades que tornam o homem subordinado, através das ideologias de consumos, de modismos e de "novas tecnologias"; 5) consequentemente, a classe se torna dominada não por armas e sim por uma tecnologia anônima e por um Estado que se organiza sobre princípios técnicos.

Então, o desenvolvimento desta ideologia, descrita a partir dessas cinco proposições, introduz na consciência do homem um caráter fatalista que leva ao limite do fetichismo da tecnologia no capitalismo, afirmando-se que **a necessidade tecnológica não comporta alternativas.** Isto também pode ser identificado no

Serviço Social, quando alguns profissionais sinalizam para uma inexorabilidade da lógica que preside os processos de trabalho, como uma justificação que está acima dos preceitos éticos e com os quais sinalizam a existência de elementos da ideologia de racionalidade tecnológica no exercício profissional do Assistente Social, “uma ideologia que generaliza na teoria aquilo que as novas formas do capitalismo tentam generalizar na prática: a completa subordinação do todo social à manipulação tecnológica” (COUTINHO, 2010, p. 75).

A ideia motriz deste estudo é que essa ideologia está presente na função controladora do Estado, através do processo de racionalização das políticas sociais[46] com incidência direta sobre as profissões, inclusive sobre o Serviço Social, ao buscar submeter o controle do comportamento com o objetivo de eliminar a consciência e qualquer pensamento crítico: é o que Mandel (1985) vai chamar de treinamento à cega obediência e ao conformismo. A “racionalidade tecnológica” é uma das saídas utilizadas pelo capital para a crise hoje, subordinando o trabalho ao capital como o todo.

Mandel (1985) defende que a ideologia do racionalismo tecnológico pode ser apresentada como uma mistificação que esconde a realidade social e suas contradições em quatro níveis sucessivos. O primeiro nível é a reificação, através da onipotência da tecnologia, elevando-a a um mecanismo completamente independente de todos os objetivos e as decisões humanas, que age independentemente da estrutura e da dominação de classe, de forma automática como uma lei natural. A distinção entre história natural e história humana, essencial para o materialismo histórico, na verdade desaparece.

O segundo nível considera a ideologia da racionalidade técnica incompleta e por isso internamente incoerente.

---

[46] Segundo Soares (2012, p. 96), essa estratégia de racionalidade não é nova, ela é própria da racionalidade burguesa, constituindo-se num importante mecanismo utilizado quando as condições e as necessidades sociais e históricas assim o demandam, conforme veremos no item 3 deste trabalho. E essa racionalidade vai incidir diretamente no Serviço Social, porque a lógica vai impulsionar os profissionais a circunscreverem-se na minimização da técnica, ao imediato, ao pragmático e ao urgente, afastando assim qualquer possibilidade de reflexão mais aprofundada sobre o real. Outro ponto que queremos chamar atenção é sobre o debate das políticas sociais, sobre o qual, não pretendemos fazer aqui, mas entendemos que o Estado, está utilizando a política social como uma técnica de administração da pobreza, ressaltando o cariz assistencialista, através da lógica seletiva e focalista. E também gerencial, através da fusão entre o público e privado, em que o Estado deixa para o mercado tudo o que este pode promover e passa a gerenciar suas obrigações por meio de convênios com as entidades do setor privado, fazendo crescer assim a sua dimensão de controle.

> A contradição entre a maior capacidade e cultura da massa da classe operária, por um lado, e a estrutura hierárquica petrificada de mando na fábrica, na economia e no Estado, por outro, gera uma ideologia pragmática e apologética que combina a idealização dos 'especialistas' com o ceticismo em relação à 'educação' e à 'cultura' (MANDEL, 1985, p. 354).

O terceiro nível considera que a ideologia do 'racionalismo tecnológico' mistifica a realidade do capitalismo tardio ao afirmar que o sistema é capaz de superar todas as contradições socioeconômicas fundamentais do modo de produção capitalista. Mandel (1985, p. 355) vai dizer que

> A suposta 'integração' da classe operária à sociedade capitalista tardia depara-se inevitavelmente com uma barreira intransponível – a incapacidade que tem o capital de 'integrar' o trabalhador como produtor em seu local de trabalho e proporcionar-lhe um trabalho criativo, ao invés do trabalho alienado, como meio de 'auto-realização'.

O quarto nível e o mais importante, segundo Mandel, posto que através deste se pode provar que a ideologia da racionalidade tecnológica não passa de mistificação, trata-se de uma combinação contraditória de racionalidade parcial e de irracionalidade total, visto que toda aceleração na acumulação de capital acaba por levar à desvalorização do capital. A contradição entre a racionalidade parcial e a irracionalidade total do capital possui uma dimensão teleológica, pois a ação humana sempre tem um objetivo, justamente a máxima economia dos meios e da consecução de fins ótimos. A tentativa de elevar as taxas de lucros, através da baixa dos custos de produção, pode levar no final a uma queda da taxa média de lucro.

> Então a contradição inerente ao capitalismo entre a racionalidade parcial e a irracionalidade possível de trabalho humano na fábrica ou empresa leva a um desperdício crescente de trabalho humano na sociedade como um todo. O verdadeiro ídolo do capitalismo tardio é, portanto, o 'especialista' cego a todo o contexto global; o equivalente filosófico dessa especialização técnica é neopositivismo (MANDEL, 1985, p. 357).

Assim sendo, reafirma-se que a conjuntura de crise vem se manifestando não apenas na esfera econômica, política e social, mas também no campo do conhecimento, das ideias e dos valores, o que passou a ser considerada por boa parte da intelectualidade como: crise das ciências sociais, dos paradigmas, da

modernidade e do marxismo. A ideologia do racionalismo tecnológico alimenta a dominação, contribuindo para o atrofiamento da imaginação e da fantasia, ficando o indivíduo submetido aos fins do mercado, alimentado pelos fatos e adaptado às normas. Tal racionalidade materializa-se na aparência e não na essência.

A existência da Racionalidade Tecnológica se justifica a partir do não questionamento, da aceitação das situações impostas. Segundo Morais (2007, p. 11),

> A ideologia da racionalidade tecnológica se mostra presente quando fomenta a justificação e a perpetuação dos ideários engessados da sociedade capitalista objetivando a manutenção do status quo. A reflexão crítica acerca da realidade aparente e das determinantes da constituição dos sujeitos que vivem nesse mundo brutalizado é fundamental para que essa realidade possa ser desvendada. O movimento social, essencialmente dialético, fica impedido pela lógica formal, que predomina na forma de sentir e pensar da humanidade.

O racionalismo tecnológico é uma forma sempre contraditória do capital de colocar arreios na humanidade e afastar, assim, qualquer ameaça ao seu sistema. Toda racionalidade que há por trás do desenvolvimento tecnológico é tão contraditória quanto o desenvolvimento do capital; conforme o termo utilizado por Holloway e Peláez (1998), é uma “nova desordem”.

Para justificar essa ideologia são utilizados argumentos formais, racionais e técnicos que ilustram a plena adaptação. Crochik (2003, p. 19) apresenta como possíveis argumentos os seguintes:

> Deve-se trabalhar para aumentar a riqueza social (quando a riqueza existente é suficiente para eliminar a miséria da Terra) e para melhorar as condições de vida individual (quando já poderíamos reduzir intensamente a jornada de trabalho e ter tempo para viver); deve-se estudar para obter melhores empregos (quando, pelo avanço da automação e redução do mercado de trabalho, os empregos são cada vez mais raros); deve-se se votar corretamente para a escolha de um bom dirigente político (quando os limites da ação política são restritos).

Toda uma estrutura social vem sendo construída para o espraiamento da racionalidade tecnológica, ocultando assim a consciência à qual se destina. Na atual conjuntura brasileira caberia referência ao papel dos grandes meios de comunicação como elemento disseminador desta ideologia. Neste sentido, a mídia vem desempenhando um importante papel, um papel ideológico de ocultar os elementos

contraditórios da realidade e transmitir informações que fortaleçam a dominação de classe. São instrumentos utilizados pelos intelectuais orgânicos do capital para atuar na manutenção da ordem e falsificar as ideias contrárias a ela, principalmente porque a mídia, predominantemente, tem um caráter privado e mercantil, mesmo que a sua finalidade seja de interesse público. Segundo Fonseca (2011), a mídia, ao participar da esfera pública como prestadora de serviço, teria uma função imprescindível nas democracias: informar sobre os acontecimentos, levando às pessoas uma gama de dados; contudo, os órgãos da mídia são em larga medida empresas privadas que, como tal, objetivam o lucro e agem segundo a lógica e os interesses dos grupos que representam.

Por isso, podemos afirmar que a racionalidade procede dos interesses do capital e não dos interesses humanos; ela possibilita a criação de uma consciência expropriada de si mesma, que impede de perceber a realidade concreta, a realidade pensada e refletida, dando a ideia que o desigual é igual ou pode ser igual; o injusto em justo, ao negar as condições sociais que geram a desigualdade e a injustiça.

O conjunto CFESS/CRESS está presente na luta pela democratização da comunicação como expressão de uma disputa ideopolítica e realiza um trabalho de conscientização da categoria sobre a importância dessa luta, através do CFESS Manifesta, da Comissão de Comunicação e dos seus meios de comunicação.

> A luta pela democratização da comunicação no Brasil é uma tarefa difícil, porém necessária, que interfere diretamente no controle e defesa dos interesses do capital no modo da sociedade de viver, de produzir e de se organizar, afirma a coordenadora da Comissão de Comunicação do CFESS, Daniela Neves (CFESS, 2015, p. 12).

Todas essas questões reveladas pelo conjunto de transformações econômicas, políticas, sociais e culturais interferem diretamente no Serviço Social, no campo prático-operativo, teórico-metodológico e ético-político, tornando importante refletir a relação entre o racionalismo tecnológico e as atribuições e as competências do assistente social, exatamente o que pretendemos discutir nos capítulos seguintes.

A finalidade é mostrar as implicações dessa racionalidade para o exercício profissional do assistente social na tentativa de reduzi-lo a uma técnica, proporcionando o fortalecimento de uma tendência profissional pragmática. Como toda ideologia é histórica, a sua forma e o seu conteúdo na relação com os

indivíduos se transformam no decorrer de cada momento histórico o que implica desafios no sentido de apreendê-la a fim de contribuir para sua desmistificação. Este é o desafio.

CAPÍTULO 2 RACIONALISMO TECNOLÓGICO E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

Neste capítulo, pretendemos refletir sobre as mediações existentes entre o Racionalismo Tecnológico como ideologia e o Serviço Social na atualidade, com o objetivo de identificar algumas tendências e contradições que marcam o exercício profissional numa conjuntura de crise estrutural do capital. Referimo-nos, no caso da pesquisa, às instituições públicas da Região Metropolitana do Recife.

No capítulo anterior, afirma-se que a crise vai incidir diretamente sobre as profissões, consequentemente sobre o Serviço Social, porque política, economia, política social e mercado de trabalho profissional estão imbricados numa constante e íntima relação. Conforme defendem Cavalcante e Prédes (2010, p. 1), “a política social está subordinada à política econômica, interferindo na qualidade dos serviços públicos que são prestados à população, bem como reflete nas condições de trabalho dos profissionais que atuam na área social”. Isto porque as mutações organizacionais e tecnológicas e as mudanças dos modelos de gestão do Estado, conforme afirma Antunes (1999), também vêm afetando o setor de serviços, que cada vez mais se submete à racionalidade do capital.

As políticas sociais não configuram nosso objeto de estudo, mas entender a lógica atual que lhes preside contribui para a análise do exercício profissional hoje, visto que os assistentes sociais nas instituições públicas vão atuar, sobretudo, na implementação, no gerenciamento e na execução dessas políticas. E estas sofrem as inflexões do processo de crise do capital, através do processo de contrarreforma do Estado, o qual integra o conjunto de mecanismos de enfrentamento à crise estrutural iniciada nos anos 1970 conforme aponta Soares (2012). Em outras palavras, a “mundialização do capital” (Chesnais), marcada pela hegemonia do capital financeiro e pela exponenciação de sua face especulativa, se encarrega de dilapidar os fundos públicos, produzindo retrocessos nos direitos sociais e na qualidade dos serviços prestados à população. Isso vai requerer dos assistentes sociais, assim como para outros profissionais, novas funções e competências como também vai provocar modificações nos espaços sócio-ocupacionais, introduzindo novas formas de organização do trabalho, mediadas pela flexibilização e precarização das condições e relações de trabalho.

Nestes termos, altera-se o discurso hegemônico em face da crise: “o desprestígio do coletivo”, a ideologia do descartável, do “fim da história”, a ética individualista, a competitividade ganham força (FRIGOTTO, 2001). Em face de uma pretensa imutabilidade do real e sua correspondente naturalização impõe-se aos indivíduos a resignação ou as saídas individuais como única alternativa. Por outro lado, os efeitos mais gravosos da crise deverão ser enfrentados através de saídas técnicas, de maneira a não questionar as relações sociais de produção, portanto, a acumulação capitalista.

É baseado nesta lógica que Mandel defende a tese de que a estrutura social é dominada por normas de ‘racionalidade funcional’, que escondem a realidade social e suas contradições, através da ideologia do “*racionalismo tecnológico*”, pois segundo o autor, “hoje em dia, os interesses de classe e as leis econômicas de desenvolvimento da ordem social vigente governam as decisões tecnológicas básicas” (1985, p. 354). Vale ressaltar que a disseminação desta ideologia se dá em nome do fim de todas as ideologias, posto que a sociedade contemporânea já não teria mais lugar para os embates em torno de utopias; ao contrário, as mudanças que necessitam ser operadas para a melhoria das condições de vida dependem tão somente dos avanços técnico-científicos, da capacidade de superar os efeitos da crise e impulsionar um novo ciclo de desenvolvimento econômico. No entanto, para o autor, o fim de todas as ideologias não passa de uma falsa consciência para apagar toda exploração e alienação vivenciadas pelas vítimas do trabalho alienado e convencê-las que não adianta rebelar-se.

Para efeito deste trabalho, toma-se como suposto que o “racionalismo tecnológico”, utilizando-se do termo mandeliano, incidindo sobre e norteando a ação do Estado e das políticas sociais, contribui para afastar as possibilidades de reflexão e crítica e imprimir um agir imediato, espontâneo, alienado e alienante ao exercício profissional, oposto a um exercício profissional crítico, norteado pelo Projeto Ético-Político.

2.1 O Serviço Social e a Divisão Social e Técnica do Trabalho

Localizar o significado social da profissão constitui ponto de partida para a reflexão sobre as principais contradições que esta enfrenta na atualidade. Este movimento tem como objetivo delimitar, metodologicamente, o campo onde se

manifestam as principais tendências materiais e simbólicas que se defrontam no interior da categoria profissional, evitando tanto as abordagens messiânicas quanto catastrofistas que desembocam, quase sempre, em resignação.

Apoiando-se em Iamamoto e Carvalho (1998), pode-se afirmar que a profissão insere-se na divisão social e técnica do trabalho, na reprodução das relações sociais e isso lhe traz implicações, pois tanto participa do processo de reprodução das relações de classe, como do relacionamento contraditório entre elas.

A reprodução das relações sociais atinge as pessoas, os diversos grupos e as classes sociais e, nestes termos, também as profissões. Assim, a profissão de Serviço Social pode ser apreendida sob dois ângulos: "**primeiro como realidade vivida e representada *na* e *pela* consciência de seus profissionais**, expressa através do discurso teórico-metodológico sobre o exercício profissional e **segundo, como uma profissão socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas** que conferem uma direção social à prática profissional, o que condiciona e mesmo ultrapassa a vontade e/ou consciência de seus profissionais" (IAMAMOTO; CARVALHO, 1998).

Neste sentido, compreender os atuais dilemas da profissão implica um esforço no sentido de apreender o movimento que esta vem empreendendo no processo de reprodução das relações sociais, em um país capitalista, marcado pela profunda desigualdade social. A inserção dos assistentes sociais nos diversos espaços sócio-ocupacionais supõe o atendimento das demandas do capital, como também do trabalho e que apenas podemos fortalecer um ou outro polo por meio da mediação do seu oposto (IAMAMOTO; CARVALHO, 1998). Essa contradição está presente e não se pode excluí-la do exercício profissional, pois as classes em questão estão inter-relacionadas.

É assim que o Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão no Brasil, reconhecida na divisão social e técnica do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, pois é neste contexto que emerge a chamada 'questão social', a qual se torna a base de justificação de um tipo de profissional especializado, no caso o assistente social, o qual vai atuar nos efeitos mais gravosos daquela.

Então, o Serviço Social no Brasil se afirma como profissão liberal, na quarta década do século passado, portadora de um Código de Ética[47], com características que possibilitam ao profissional uma “certa liberdade” no exercício profissional e a possibilidade de apresentar propostas de trabalho que ultrapassem a mera demanda institucional. No entanto, apesar dessas características liberais, a profissão não possui as condições materiais e técnicas necessárias para o seu exercício profissional independente, nem detém o completo controle sobre o mesmo, diferentemente de outras profissões liberais.

O Serviço Social se afirmou integrado ao poder institucional, especialmente ao setor público, devido à necessidade de maior controle da sociedade civil pela ação estatal, mas não unicamente, pois as instituições privadas também solicitaram a intervenção desse técnico. É compondo esta estrutura tanto estatal como das empresas privadas que o assistente social torna-se um trabalhador assalariado e subalterno aos seus empregadores.

Essa particularidade que torna o exercício profissional diretamente vinculado “ao controle político-ideológico e/ou repressivo e à modernização do aparato burocrático do Estado revelou-se necessária à garantia do domínio de classe” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1998, p. 86). O Serviço Social vincula-se à estrutura ideológica e política de dominação, intervindo nos processos de reprodução das relações sociais capitalistas. Essa particularidade histórico-social, em que a profissão está inserida, coloca o Serviço Social como uma atividade técnica a serviço do caráter político determinante, responsável por “centrar esforços na busca de um equilíbrio tenso entre capital e trabalho, na árdua tarefa de conciliar o inconciliável”, conforme afirmam Iamamoto e Carvalho (1998, p. 87).

A divisão social e técnica do trabalho vai preconceber especialidades, tornar o assistente social um trabalhador parcial que irá prestar os seus serviços às instituições implementadoras de políticas sociais específicas. Assim, o Serviço Social vai historicamente se constituindo como uma profissão interventiva, em que o assistente social vai realizando o seu exercício profissional a partir de uma rede de mediações que o vincula às classes sociais e ao Estado.

Nesse processo de constituição da profissão é notória, tanto em sua produção teórica quanto na prática cotidiana, a presença do conservadorismo, de forma que

[47]O primeiro Código de Ética da Profissão é de 29 de setembro de 1947

este passa a constituir um elemento histórico e estrutural da profissão. No entanto, desde as décadas de 1960 e1970 segmentos da categoria profissional vêm articulando um processo de enfrentamento a este perfil conservador, o que possibilitou uma virada ideopolítica nos anos de 1980, rumo à construção de um projeto profissional.

Apesar das décadas de 1970 e 1980 terem sido um período relevante para o Serviço Social Brasileiro e de intensos debates, foi na metade dos anos de 1990 que o debate sobre o que se convencionou chamar de Projeto Ético-Político da Profissão ganhou força.

A apreensão da categoria de mediação tem um papel importante neste processo, em razão de se constituir como "um símbolo teórico-metodológico que bem representa a viragem ocorrida na profissão da década de 80" (PONTES, 2010, p. 157). É a partir do entendimento das mediações que se torna possível um clareamento das possibilidades de superação de um Serviço Social histórico e tradicionalmente subalterno e subalternizado às determinações institucionais.

Esse período foi bastante relevante para as profissões, uma conjuntura de rápidas e intensas transformações societárias, que no caso do Serviço Social, constitui-se num "solo privilegiado para o processamento de alterações profissionais" (NETTO, 1996b, p. 88). Ainda segundo o autor, essas alterações advêm da "interação que se processa entre as transformações societárias, com seu rebatimento na divisão sociotécnica do trabalho, e o complexo (teórico, prático, político e, em sentido largo, cultural) que é constituído de cada profissão" (1996, p. 89). O Serviço Social chega à década de noventa do século XX como uma profissão relativamente consolidada, devido aos avanços alcançados pela profissão, entre os anos de oitenta a noventa, com a instrumentalidade do Serviço Social sendo fortalecida através do debate crítico, através do crescimento da intelectualidade no Serviço Social[48] e com a existência de um mercado de trabalho reconhecido socialmente, a partir da implementação de políticas públicas[49].

---

[48] Netto vai dizer que "a década de oitenta assinalou a maioridade do Serviço Social no Brasil no domínio teórico [...]. constituiu-se uma intelectualidade no Serviço Social no Brasil, que passou a ser o vetor elementar a subsidiar o 'mercado de bens simbólicos' da profissão [...]. E nesse mercado, foi dominante a produção influenciada pela tradição marxista" (1996, p. 112).

[49] A década de 1990 foi marco para as políticas públicas, pois no finalzinho dos anos 1980 foi promulgada a Constituição Federal. Nela está definido o conceito de Seguridade Social, a qual teve sua lei n° 8.212/1991 aprovada em 1991, e foi aprovada também a Lei das Pessoas com Deficiência (1989). Já nos anos noventa foram aprovadas a Lei Orgânica da Saúde (1990), o Estatuto da

A consolidação destas conquistas deu-se também naquela década como novo Código de Ética e a Lei de Regulamentação da profissão, aprovados, ambos em 1993. Também foi o período de fortalecimento da intelectualidade da profissão, força importante no enfrentamento e na denúncia do conservadorismo profissional, formando-se a base essencial para a construção do projeto profissional. “É este processo de recusa e crítica do conservadorismo que se encontram as raízes de um projeto profissional novo, precisamente as bases do que se está denominando Projeto Ético-Político” (NETTO, 2007, p. 142).

A construção do projeto profissional se manifesta através de vários elementos: a identificação de sua função social e os objetivos profissionais, a delimitação dos princípios e valores que lhe dão fundamento, os conhecimentos teóricos e técnico-operativos que mobilizam a articulação das dimensões profissionais de forma coerente, a definição de diretrizes para a formação profissional e também através da organização política da categoria profissional.

Neste sentido, o que dá suporte, hoje, ao projeto hegemônico da profissão são precisamente as diretrizes e os princípios éticos, visto que todo projeto profissional requer sempre uma fundamentação ética, a qual não se restringe a uma perspectiva moral ou a uma regulamentação de deveres e direitos. Nos princípios éticos estão estabelecidos também os posicionamentos ideológicos, teóricos e políticos da profissão.

Na luta pela afirmação do projeto profissional através do seu posicionamento teórico, ideológico, político e técnico-operativo é possível localizar a tensão entre o Racionalismo Tecnológico, como ideologia dominante, e a direção social da profissão. Neste confronto vários elementos se apresentam desde a precarização das condições e as relações de trabalho do assistente social até o fato de existir no corpo profissional outros projetos ou posicionamentos contrários ao Projeto Ético-Político profissional e consonantes com o projeto societário dominante.

Nestes termos, a consolidação de uma direção social crítica para a profissão defronta-se com os traços históricos do conservadorismo os quais encontram amparo nos componentes ideológicos do Racionalismo Tecnológico. Historicamente, a forma, a finalidade para a qual o Serviço Social foi institucionalizado já sinalizara

---

Criança e do Adolescente (1990), Lei da Previdência Social (1991), Lei Orgânica da Assistência Social (1993), A Política Nacional do Idoso (1994), as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996).

uma ofensiva ideológica capitalista no trato da “questão social” - técnicos a serviço do capital – o que se exponencia nesta conjuntura de crise, marcada por um acentuado tecnicismo no trato das contradições do sistema.

A precarização das condições e as relações de trabalho do assistente social são elementos de extrema importância para entender também a influência que a ofensiva capitalista tem sobre a profissão, visto que a maioria dos vínculos não dispõe de estabilidade e constitui vínculos precários. Tal situação faz parte do processo de transformação do Mercado de Trabalho e não é uma situação exclusiva do trabalhador assistente social, pois atinge todo trabalhador. Para a feitura deste estudo, optamos por destacar, como elemento que tensiona e influencia o exercício profissional, o Racionalismo Tecnológico, tal escolha não significa desconsiderar a importância da categoria trabalho para este estudo, apenas escolhemos uma categoria, que não há significativos estudos no Serviço Social.

2.2 A Ideologia do Racionalismo Tecnológico e o Serviço Social

Conforme disposto no primeiro capítulo, a ideologia é uma forma de dominação de classe, uma dominação perversa. Na conjuntura atual observa-se um conjunto de tentativas de desmonte dos direitos sociais e trabalhistas, o qual vem acompanhado de um discurso desmobilizante, de total apologia do privado e de ineficiência do setor público. Prevalece a cultura do individualismo (você é capaz, você pode ser eficiente) com fortes repercussões sobre a alteridade da classe trabalhadora (DIAS, 1996). Ao capital não interessa apenas a compra da força de trabalho para fins de sua exploração; interessa-lhe o domínio de todo o ser, as suas horas vagas e/ou de folga. Em tempos de fortes influências cibernéticas, o capital toma conta desse tempo, através de e-mails fora do horário de trabalho, whatsapp, utilização de celulares institucionais. O trabalhador é vigiado, dominado, controlado como um todo e convocado a elastecer o trabalho “não-pago”[50].

[50] “A força de trabalho, durante a jornada de trabalho, produz mais valor, que é aquele necessário à sua produção/reprodução, valor esse expresso no salário; assim, mesmo pagando o valor da força de trabalho, o capitalista extrai da jornada de trabalho do trabalhador um excedente (a mais-valia, fonte do seu lucro)” (NETTO, 2007, p. 101). No caso desse trabalho “não pago”, utilizamos este termo, porque em tempo de fortes influências cibernéticas, o capitalista encontrou uma forma de se apropriar do excedente, de ampliar a jornada de trabalho, sem que o trabalhador sinta, é a “forma fantasmagórica” (Marx) de extrair mais valor.

A ideologia tem uma forte influência sobre a reprodução social, através da sua função social de orientar e controlar os indivíduos e grupos. Maranhão, fundamentado em Mészáros (2004), afirma que,

> Longe das concepções que a tratam apenas como uma 'falsa consciência', ou como uma espécie de ilusão dos indivíduos mal orientados, na verdade, a ideologia é uma forma específica de consciência social que, nascida da posição em que as classes ocupam na produção material, se espraia por todos os poros da sociedade e tem como função orientar os indivíduos e grupos sociais nas suas escolhas cotidianas na sociedade (2009, p. 3).

O autor, baseando-se em Lukács, traz dois significados para ideologia, um que tem um conteúdo histórico onde as classes sociais se fundamentam e organizam as suas análises e os pensamentos em torno de uma concepção de mundo, e outro em que a ideologia busca também universalizar concepções de mundo e aí estão imbricados valores extremamente conservadores da classe dominante. A retomada do Racionalismo Tecnológico da obra mandeliana implica o desafio de pensar como esta ideologia se espraia na sociedade e, particularmente, no Serviço Social.

Esta breve reflexão nos coloca o desafio de analisar como o racionalismo tecnológico vem impactando o Serviço Social, especialmente as competências e habilidades que vêm sendo solicitadas e exercitadas pelos assistentes sociais nas instituições públicas. Já está presente nas produções científicas da profissão, como nas análises de Netto (1996b) e Iamamoto e Carvalho (1998), que o conservadorismo é um elemento histórico, um traço estrutural da cultura profissional, com o qual importantes segmentos da categoria profissional vêm se confrontando. Tomando como suposto que o exercício profissional dá-se em processo, pois os determinantes sócio-históricos influenciam a intervenção e a consciência dos profissionais, é possível afirmar que o processo de intenção de ruptura com o conservadorismo, trazida pela discussão de Netto (1996a), mantém-se em curso, apesar de todos os avanços já conquistados pela categoria.

Essa "intenção de ruptura" permanece na atualidade; temos um projeto profissional hegemônico, mas que, no entanto, não é único, exclusivo. Este sofre os rebatimentos da conjuntura econômica e política e também da ideologia que lhe é própria, pois "no mundo burguês há racionalidade que se torna hegemônica, já que funcional à manutenção da sociabilidade que o constitui" (GUERRA, 2003, p. 11).

O racionalismo tecnológico é uma dessas forças, é uma ramificação da ideologia capitalista que se disseminou amplamente desde o “mundo desencantado” no período da sociedade industrial, em que os trabalhadores precisavam ser controlados, vigiados, visto que representavam ameaças à ordem burguesa, através de suas lutas diretas. Essa racionalidade emerge dos interesses do capital e não dos interesses humano-genéricos.

A ideologia do Racionalismo Tecnológico implica um formalismo que chega a transformar o desigual em igual, não por considerar realmente igual, e sim por negar as condições sociais que geram a desigualdade. Esta ideologia vai transformar as profissões e as suas especificidades em algo técnico, formal, igual para todos, implicando com isso uma desespecialização[51], por não considerar o que é específico de cada profissão e criar formas ideológicas de unificar essas profissões. Isso ocorre de forma mais clara nas equipes multidisciplinares e/ou interdisciplinares, em que se constrói o discurso do “faz tudo”, que na verdade se configura em atividades e ações iguais, como visitas domiciliares, realizações de grupo, entrevistas, desconsiderando aquilo que é específico de cada profissão, que diz respeito ao direcionamento, conteúdo ou processamento da atividade ou ações.

A desespecialização parte do fato de que a profissão atua com demandas diversas, resultantes do casual, do aleatório, do caótico, do improviso (GUERRA, 2014). Percebe-se com isso uma dificuldade de reflexão para entender o significado da demanda, uma dificuldade de entender as competências e também de buscar outras para reverter a imediaticidade e o tecnicismo presentes na rotina institucional.

Não se pretende com isso desconsiderar a importância do trabalho em equipe, inclusive está estabelecido como dever ético (art. 10, alínea d) o incentivo à prática profissional interdisciplinar; o que se quer chamar atenção é para a tendência à diluição das particularidades profissionais. E nem se pretende culpabilizar os profissionais, se não implicaria confundir os objetos da crítica com os sujeitos. Segundo Iamamoto,

---

[51] Guerra (2014) utiliza o termo desespecialização como uma tendência encontrada nos espaços sócio ocupacionais em que ocorre uma “diluição da formação especializada e equiparação entre as diversas profissões do social” (p. 46). É neste sentido que também é utilizado neste estudo: desespecialização do trabalho por desconsiderar que, numa equipe multiprofissional, há a partilha de atividades com outros profissionais, mas isso não significa e não deve significar a diluição das particularidades de cada profissão, visto que cada profissão possui ângulos específicos de observação, análise e interpretação dos mesmos processos sociais e uma competência distinta e definida pela lei que regulamenta cada profissão.

> São as diferenças de especializações que permitem atribuir unidade à equipe, enriquecendo-a e, ao mesmo tempo, preservando aquelas diferenças. Em outros termos, a equipe condensa uma unidade de diversidades. Nesse contexto, o assistente social, mesmo realizando atividades partilhadas com outros profissionais, dispõe de ângulos particulares de observação na interpretação dos mesmos processos sociais e uma competência também distinta para o encaminhamento das ações, que o distingue do médico, do sociólogo, do psicólogo, do pedagogo etc. (2012, p. 64).

Esse contexto aponta para um perfil profissional não consonante com o Projeto Ético-Político profissional. Para que essa condição não se consolide é preciso compreender a lógica que está presente na sociedade, como também as mediações presentes na intervenção profissional. Precisa-se olhar para o Serviço Social, não numa perspectiva endógena, mas compreender sua localização na divisão social e técnica do trabalho e os papéis sociais que está desafiado a cumprir no tempo presente.

Qual Serviço Social que temos? E qual o Serviço Social que queremos? É importante e se faz urgente, conforme afirma Iamamoto (2012, p. 69), avançar na consolidação e implementação do projeto profissional, inscrevendo os seus princípios no cotidiano do trabalho do assistente social, apesar do contexto adverso, mas que impulsiona e mantém vivas as forças sociais portadoras da organização política e da capacidade de luta na arena social e profissional.

Pretendemos discutir o exercício profissional e assim acumular subsídios mais consistentes para precisar as atribuições e competências, aprofundar o debate sobre o exercício profissional hoje e refletir sobre as contradições que impactam a efetivação do Projeto Ético-Político.

O Projeto Ético-Político da profissão é considerado hegemônico, apesar da complexa conjuntura adversa. O Serviço Social é uma profissão com identidade política própria, que mesmo na correlação de forças adversa busca desagregar o senso comum e ultrapassá-lo. Esta forma de atuar, de intervir na realidade é construída a partir da formação profissional[52], em que são trabalhadas as mediações necessárias para este processo de aproximação à realidade e de identificação das formas de dominação político-econômica presentes na realidade socioinstitucional.

[52] A formação profissional baseada nas diretrizes curriculares da ABEPSS busca formar futuros assistentes sociais com um perfil crítico e propositivo, embasados pela teoria histórico-dialética.

Também importante no fortalecimento dessa hegemonia é o amplo arcabouço normativo disponível, a organização política da categoria, através do conjunto CFESS/CRESS. Mota elenca, ainda, outro elemento, o conhecimento, pois a profissão tem atualmente "um considerável acervo de pesquisas e produções bibliográficas que podem ser consideradas como de resistência ideológica e teórica ao conservadorismo intelectual do Brasil dos anos 2000" (2014, p. 39).

Para a defesa de uma direção crítica para a profissão é preciso alargar os espaços e as formas de resistências e continuar propondo e formulando proposições no plano intelectivo e também no prático-operativo, como forma de enfrentamento das constantes e insistentes ofensivas conservadoras. É justamente o que Mota chama atenção, ao dizer que precisamos estar atentos e resistir,

> A três aspectos essenciais: à redução do projeto profissional a sua dimensão prático-operativa; ao cancelamento de qualquer ideário que não seja o da ordem; à submissão da crítica teórica e política à prova da formulação de propostas técnicas (2012, p. 39).

A ideologia do racionalismo tecnológico vem impactando o exercício profissional do assistente social que atua nas instituições públicas, tornando profissionais em técnicos, sem considerar a especificidade de cada profissão. Faz-se importante ratificar isso, porque, conforme Dias, "desagregar esse senso comum é vital para romper a unidade ideológica vigente" (1996, p. 17) e não permitir que uma ressignificação da direção do Projeto Ético-Político profissional ocorra em prol de uma normativa ministerial, por exemplo.

A escolha por esta racionalidade vem em oposição às bases normativas da profissão e vai exigir do profissional um consistente acúmulo teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, para que permita uma postura crítica e respeitosa aos valores e princípios profissionais, duramente conquistados e diametralmente opostos ao tecnicismo proposto pela Racionalidade Tecnológica.

Os princípios que estão estabelecidos no Código de Ética Profissional, os quais fundamentam o Projeto Ético-Político da profissão - reconhecimento da liberdade como valor ético central, a defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo, compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e a opção por um processo de construção de uma nova ordem societária – são os definidores da direção social oposta à Racionalidade

Tecnológica, posto que esta se ancora em um desenvolvimento técnico alienante, com perdas de autonomia e ausência de criticidade sobre a realidade social. Os pontos de maior tensão residem principalmente na finalidade com que os profissionais intervêm na realidade, porque a intervenção profissional deve ser pautada nos princípios éticos e políticos e estes vão na contramão dos determinantes que estruturam a Racionalidade Tecnológica.

No Código de Ética Profissional estão explícitos os valores, as normas, os direitos e os deveres inspirados em uma concepção fundamentada na ontologia do ser social. "Código de Ética é um instrumento educativo e orientador do comportamento ético profissional do assistente social: representa a autoconsciência ético-política da categoria profissional em dado momento histórico" (BARROCO; TERRA, 2012, p. 35).

É importante frisar aqui que a tensão entre Racionalidade Tecnológica e Projeto Ético-Político Profissional se objetiva nas atribuições e competências, pois nestas se manifestam os valores que revelam a direção da ação profissional, em cada situação dada[53]. Estes elementos impulsionam e justificam a relação de forças entre a Racionalidade Tecnológica e o Projeto Ético-Político Profissional, os princípios e as bases formadoras de cada um, os objetivos que os movem os quais são reveladores de projetos societários distintos e, ao final, antagônicos.

Segundo Bottomore, "a história da tecnologia é uma história da mutável relação de forças de classes [...], com o único objetivo de fornecer armas ao capital contra as revoltas da classe operária" (2001, p. 371). Neste sentido, tanto do ponto de vista material – a técnica como interposição entre o homem e a natureza no processo de trabalho – quanto do ponto de vista ideopolítico, o capitalismo busca continuamente utilizar métodos e técnicas que sejam capazes de influenciar a consciência, de afastar a análise histórica que explica a realidade na sua totalidade e de legitimar a organização social vigente.

"Evidencia-se um processo de ideologização e sublimação da tecnologia, efetuando-se o seu desligamento de suas bases materiais" (VELOSO, 2011, p. 37). O que o autor quer dizer é que a reflexão sobre a tecnologia, aqui entendida como uma técnica, não pode ser desligada dos seus alicerces capitalistas e que é preciso

[53] As atribuições e competências estão delimitadas na Lei de Regulamentação da profissão (Lei 8662/1993).

não abrir da mão da reflexão dos dados da realidade, pois a técnica não vai suprimir a ação do sujeito, no caso desse estudo, do assistente social, que intervém no concreto, “que no caso do Serviço Social, supõe a apreensão de sua particularidade histórico-social” (PONTES, 2010, p. 162).

A racionalidade tecnológica tem limitado a atuação profissional, objetivando reduzir a prática a um conjunto de intervenções pontuais e pragmáticas, capazes de operacionalizar mudanças residuais e localizadas, porém ditas eficientes. Tenta-se imprimir nos profissionais uma cultura de buscar teorias ajustadas à realidade. Um dado importante para fins deste estudo é a implementação do “cadastro SUAS” nos serviços socioassistenciais, mais especificamente no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, espaço em que funcionam os serviços de proteção social básica e que utilizam um tipo específico e determinado de prontuário – “Prontuário SUAS”. Estes prontuários são padronizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Verifica-se que há uma padronização também do atendimento, indicando uma possível tendência à inespecificidade[54] e uma desespecialização do trabalho, visto que o cadastro substitui os instrumentos específicos de cada profissão, conduz toda atuação técnica da equipe profissional.

Ressalte-se que o referido Prontuário torna todos os profissionais igualmente responsáveis pelas anotações realizadas no Prontuário, além de controlar a intervenção profissional, através de “orientações” sobre como iniciar o uso do instrumento técnico e o que anotar em cada item. Na apresentação do prontuário, há a seguinte explicação:

> O Prontuário SUAS é um instrumento técnico que tem como objetivo contribuir para a organização e qualificação do conjunto de informações necessárias ao diagnóstico, planejamento e acompanhamento do trabalho social realizado com as famílias/indivíduos. Permite aos profissionais da Unidade registrar as principais características da família e as ações realizadas com a mesma. [...]As anotações e a leitura de seu conteúdo devem ser realizadas apenas pela equipe de referência da Unidade, e exclusivamente para as ações pertinentes ao atendimento e acompanhamento da família (Prontuário SUAS - MDS)[55].

[54] Defino inespecificidade como uma ação que afasta e/ou desconsidera o que é prerrogativa de uma profissão, um conhecimento específico que os profissionais de uma determinada área dominam.

[55] Esta explicação está na segunda página do Prontuário onde consta a orientação para após leitura, destacar a página para facilitar o manuseio do prontuário. Neste texto explicativo inicial informa que

Vários pontos se destacam neste Prontuário, mas o que mais chamou nossa atenção foi a ausência de especificidade de cada profissão que compõe a equipe técnica, que tanto poderá ser serviço social, como psicologia, considerada a equipe básica que cada CRAS deve ter. Percebe-se que em todos os itens fala-se de equipe técnica, técnico responsável ou nome e função do profissional responsável, não há nenhum campo específico do Serviço Social ou de qualquer outra profissão. Assim, é possível afirmar que o prontuário, sendo preenchido por qualquer uma dessas profissões, dilui as atribuições privativas e torna todos técnicos da assistência social. Esta tendência à inespecificidade, a qual se converte em desespecialização, manifesta-se através da:

a) Negação das profissões em detrimento do “profissional técnico”;
b) Prevalência do “fazer técnico”;
c) Perda da autonomia profissional;

De fato, a primazia do “como fazer” afasta a possibilidade do profissional, na sua intervenção, materializar as três dimensões do exercício profissional, colocando-o preso a anotações que o prontuário pede e na forma que é estabelecida, sob a alegação inclusive de evitar duplicação de esforços na obtenção e registro de informações. “Perde-se, então, o ponto de vista de totalidade, adota-se uma razão instrumental, operativa, reduz-se e reedita-se um tipo de ‘saber profissional’ restrito à mínima sistematização de assuntos imediatamente impostos à profissão e aos profissionais” (SILVA, 2013, p. 126-127).

O que mais preocupa não é objetivamente o limite ou os limites que ontologicamente são dados ao profissional e à profissão, mas principalmente esse retesamento e afastamento da capacidade crítica do profissional, retirando dele as condições não apenas objetivas, mas também subjetivas, de proposições teórico-metodológicas e ético-políticas no seu cotidiano profissional, submetendo-o a uma atuação meramente operativa e determinada.

Isto ocorre na prática, impulsionada pela ideologia da racionalidade tecnológica, o que Silva reflete:

> A ‘massa crítica’, reduzida à criatividade para operacionalizar-operar a política com base em seu ‘acervo legal’, enterra, de vez, qualquer

---

a Unidade receberá o Manual de Instrução para a utilização do Prontuário SUAS, orienta para lê-lo com atenção e consultá-lo sempre que achar necessário.

> possibilidade para se pensar profundamente e agir propositivamente, por mais bem intencionados que sejam os profissionais (e de fato são) (2013, p. 132).

O autor faz a sua análise com base no trabalho do assistente social na Política de Assistência Social. A razão que move é afastar qualquer atuação crítica que venha desconstruir o que é imediatamente dado, criando com isso uma falsa ideologia da eficiência e consequentemente uma ressignificação da questão social, transformando-a de forma genérica em expressões objetivas da pobreza, sem estabelecer qualquer relação com a acumulação capitalista.

2.3 A Arena de Tensão: o Universo das Políticas Sociais como Espaço de Reprodução da Ideologia Dominante e de Intervenção do Serviço Social

Este contexto de crise capitalista e ofensiva ideológica vai construir uma arena de tensão para a intervenção do assistente social. As expressões da questão social tornam-se objeto de intervenção profissional a partir da ação contínua e sistemática do Estado, a qual ocorre por meio de políticas públicas. As políticas sociais tornam-se um mecanismo estratégico do Estado para articular as necessidades de acumulação do capital e algumas necessidades sociais.

Não será aqui elaborado estudo das políticas sociais; tão somente serão destacados alguns aspectos que se modificam com as novas requisições econômicas e ideopolíticas para a intervenção do Estado, como objetivo de destacar os principais rebatimentos para o exercício da profissão do Serviço Social. Segundo Behring (2008), opera-se uma mudança substantiva na direção da intervenção estatal, que abandona a perspectiva do Estado liberal de direito e afirma, de forma contundente, o neoliberalismo. Segundo a autora, as políticas sociais entram neste cenário, caracterizadas por meio de um discurso nitidamente ideológico. Elas são tidas como expressão do paternalismo, geradoras de desequilíbrio, e que representam custo excessivo do trabalho. Por isso, devem ser acessadas via mercado. A mercantilização das políticas sociais afasta o caráter de direito social e as transforma em negócios burgueses, ao mesmo tempo em que se produz um discurso ideológico que passa a orientar e a justificar também as políticas sociais nesse período.

> Do ponto de vista da lógica do capitalismo contemporâneo, a configuração de padrões universalistas e redistributivos de proteção social vê-se fortemente tensionada pelas estratégias de extração de superlucros, com a flexibilização das relações de trabalho, onde se incluem as tendências de contração dos encargos sociais e previdenciários, vistos como custos ou gastos dispendiosos; pela supercapitalização – com a privatização explícita ou induzida de setores da utilidade pública [...] e especialmente, pelo desprezo burguês para com o pacto social dos anos de crescimento, agora no contexto da estagnação, configurando um ambiente ideológico individualista, consumista e hedonista ao extremo. [...] A tendência geral é a de redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal, transformando-se as políticas sociais [...] em ações pontuais e compensatórias daqueles efeitos mais perversos da crise (BEHRING, 2008, p. 248).

No Brasil, desde a última década do século passado, várias transformações societárias ocorreram, com impactos diretos sobre a profissão do Serviço Social. Podemos elencar três características dessas transformações: a primeira se deu através do **aumento assustador do desemprego estrutural**, trazendo mais insegurança do trabalho assalariado, mais penalização dos trabalhadores e a perda dos padrões de proteção social já pífio O segundo elemento que caracteriza essas transformações advém da **reconfiguração das políticas sociais**, visto que a ordem é de corte de investimentos e ajustes orçamentários: o Estado deve ser mínimo para social e máximo para o mercado segundo orientações neoliberais. E, terceiro, e ontologicamente fundante dos demais, temos a **reforma do aparelho do Estado**. Reforma administrativa, a partir do surgimento de empresas não estatais com as privatizações, as terceirizações, o chamado *welfaremix* e a reforma da Previdência Social.

A atuação perversa do capital nos últimos anos ganha mais força, visto que as ameaças aos direitos seguem através de instrumentos legais que visam restringir o acesso a direitos conquistados e consolidados na política previdenciária, especialmente no que se refere a benefícios como: pensão por morte, auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, auxílio-reclusão, abono salarial e seguro-desemprego, além da PEC da terceirização – PL 4330.

> A terceirização é um mecanismo utilizado para se contrapor à regulação pública do trabalho, que protege trabalhadores e trabalhadoras na relação com empregadores e empregadoras. Logo, burlar a regulação pública do trabalho é sonegar direitos e favorecer o aumento da exploração do trabalho e de sua precarização, não

> necessariamente gerando mais empregos (CFESS Manifesta 01 de maio de 2015).

Esse conjunto de transformações econômicas, políticas, sociais e culturais interfere diretamente no Serviço Social, no campo prático-operativo, visto que o Assistente Social é quem, segundo Netto (2012a, p. 429), majoritariamente, opera nas políticas sociais dirigidas ao enfrentamento da questão social.

No campo teórico-metodológico e no ético-político, a mercantilização das políticas sociais influencia o Serviço Social sob dois aspectos: primeiro, sob o aspecto da formação, devido à intensa massificação e desqualificação da formação e do aligeiramento da profissão, principalmente com a modalidade do ensino à distância e com possíveis repercussões no exercício profissional e na imagem profissional. Para Braz (2007, p. 9),

> A rápida modificação do perfil dos assistentes sociais no Brasil repercute no Projeto Ético-Político em dois planos. Primeiro no âmbito do exercício profissional que, quando desqualificado, vulnerabiliza a imagem da profissão no sentido de sua desvalorização na sociedade, além de pressionar para baixo as já desfavoráveis condições salariais. Noutro plano, pode-se dizer que esse mesmo perfil – produzido por uma formação profissional pouco qualificada, em ambientes nada acadêmicos, despolitizados, que não propiciam uma necessária vivência universitária aos estudantes (vivência absolutamente inviável nos cursos de graduação à distância) – tende a dificultar a formação de novos quadros teóricos e políticos para o projeto profissional.

Um segundo aspecto da intervenção dos assistentes sociais que atuam nessas políticas sociais diz respeito às demandas institucionais e às novas requisições. Segundo Mota e Amaral,

> A duradora ofensiva do pensamento burguês no que se refere à fragmentação e fetichização da vida social, por um lado, e à reatualização das práticas e ideologias conservadoras, necessárias à reprodução do capitalismo contemporâneo, por outro, produziram um brutal esvaziamento da compreensão crítica da sociedade, através do estímulo a análises superficiais da realidade e à necessidade de dar respostas imediatas, de efeito “útil” ou pratico a estes. [...] O Serviço Social não ficou imune a estas tendências mais gerais da ofensiva das classes dominantes e dos seus intelectuais que tentam socializar, a todo custo, seus interesses particularistas de modo a torná-los universais, generalizando-o para toda a sociedade (2014, p. 25).

Assim, o Serviço Social tem sido insistentemente exigido a redefinir as suas estratégias para enfrentar essas questões e “construir novos e renovados meios de afirmação do projeto profissional crítico que prima por combater as dimensões do conservadorismo da sociedade brasileira e do Serviço Social” (MOTA; AMARAL, 2014, p. 26). A ideologia dominante vai produzir tensões e influxos opositores à direção social da profissão, como o pragmatismo, o empirismo, o tecnicismo e/ou idealismo. São exigências de ajustes e reformas, que contribuem com a hegemonia dominante.

Para o Serviço Social, o que emerge desse processo, de acordo com as autoras, “é uma tentativa de busca permanente de novas condições de operar a atividade profissional em face da necessidade de estabelecer meios, modos e formas de lidar com as insistentes e expressivas manifestações da questão social” (2014, p. 30). Ou seja, esse processo vai atingir e exigir adequações nas atribuições e competências profissionais sob alegação tramada pelas novas programáticas das políticas sociais.

> Transformações estas que tomam a forma de um conjunto de saberes que devem ser concebidos como conhecimentos científicos, objeto de sistematizações, transmissão geracional, profissionalização e conteúdos da formação profissional. Aqui, novos conceitos e termos passam a ser incorporados à cultura profissional e acadêmica para responder às problemáticas sociais emergentes, constituindo-se em supostas “teorias setoriais” portadoras de capacidade heurística, das quais são exemplares as referências aos conceitos de família, “resiliência”, empoderamento, empreendedorismo, acolhimento social, qualidade de vida, dentre outros (MOTA; AMARAL, 2014, p. 31).

Percebe-se que através das configurações das políticas sociais são incorporadas ações necessárias à imediata produção capitalista, no entanto são ideologicamente colocadas na esfera do Estado como necessidade social. Segundo autores do Serviço Social, como Guerra (2014), Mota e Amaral (2014), Mota (2012), observa-se uma tendência a que o Assistente Social, no âmbito dessas políticas, dê respostas pragmáticas e imediatistas.

Isto porque as políticas sociais são reconfiguradas e o assistente social é requisitado para atuar, através de projetos eventuais e desconectados de políticas sociais mais amplas, de maneira sistemática e decisiva nas expressões da questão social. O que se percebe é o assistente social sendo chamado para intervir nas

expressões mais urgentes e imediatas da questão social, demandando ações profissionais burocratizadas e sem envolver o interesse da classe para qual se destina.

Com isso repõem-se práticas conservadoras, centradas no indivíduo e nas suas famílias, “cuja aparente humanização da política acoberta o fato de serem intervenções disciplinadoras, em detrimento da organização e mobilização dos sujeitos” (GUERRA, 2014, p. 49). Ou seja, não uma atuação mais ampla e sim uma ação cuja funcionalidade, segundo a autora, é “fortalecer os sujeitos enquanto individuo (supostamente empoderados) e não como sujeitos coletivos através de estratégias também coletivas” (2014, p. 49).

2.3.1 As condições e as relações de trabalho presentes neste contexto

O fato de a profissão estar inserida na divisão social e técnica do trabalho na condição de assalariamento a submete à exploração do capital; afinal, esta é determinante de sua autorreprodução. Dessa forma, considerando as condições e as relações de trabalho, constata-se um paradoxo: valorização e também desvalorização. Valorização, porque a profissão passa a ser cada vez mais requisitada, no entanto, as condições de inserção deste profissional no mercado de trabalho não são valoradas.

Este crescimento em muito resulta do processo de descentralização das políticas, o qual, segundo Iamamoto, requer dos assistentes sociais novas funções e competências, assim sendo, os assistentes sociais “devem dispor de competências para atuar na esfera da formulação e avaliação de políticas, assim como no planejamento e gestão, inscrevendo-se em equipes interdisciplinares que tencionam a identidade profissional” (2012, p. 60).

Por outro lado, esse crescimento sinaliza para novas configurações da profissão: primeiro, está relacionado com as “tendências pedagógicas”, vamos assim chamar, que o Estado vem dando como respostas à questão social, com a ampliação dos Institutos Federais de um lado e do Sistema Prisional do outro; segundo, o “*ethos”* predominante no mercado de trabalho da tendência do pensamento pragmático para enfrentamento das políticas; e terceiro, a precarização profissional, através da realização de tarefas por projeto e por serviços. Essa

precarização profissional é impulsionada também com a formação aligeirada que enfrentamos hoje[56].

Neste caso, a expansão do mercado de trabalho, embora seja expressão da legitimidade social que a profissão adquire, também revela contradições estruturais, pois os vínculos na sua maioria tendem a ser precários e instáveis; há uma rotatividade de contratações e redução de salários; os contratos parciais, temporários e informais[57]. Apesar da conquista das 30 horas, percebe-se uma ampliação da jornada de trabalho, devido aos múltiplos vínculos que o profissional precisa manter para assegurar sua sobrevivência, e também porque o quantitativo de profissionais nas instituições, muitas vezes, é aquém da necessidade, ocasionando uma sobrecarga profissional.

Esses fatores integram um conjunto de transformações operadas no mundo do trabalho, afetando o setor público e também o exercício profissional na quebra de autonomia dos profissionais, na falta de tempo para os estudos, o que se alia ao produtivismo, ao baixo investimento em qualificação, baixos salários, ausência de recursos para investimentos em formação continuada, dentre outros[58].

Além deste contexto de precarização das condições de trabalho, o profissional terá que lidar no dia a dia da sua prática com demandas excessivas e imediatas, as quais nem sempre são atribuições e nem competências do Assistente Social; como também exercendo suas atividades em espaços físicos que não atendem às especificações éticas e técnicas, pois são comuns os espaços de atendimento, inadequados, sem privacidade e/ou compartilhados com outras profissões.

Estes elementos tencionam as possibilidades de realização do Projeto Ético-Político Profissional, visto que esse padrão que a política social possui vai configurar e redesenhar os espaços sócio-ocupacionais e as condições profissionais de intervenção.

---

[56] Essa discussão foi realizada pela professora Dra. Ana Elizabete Mota na aula inaugural do curso de Serviço Social da UFPE, semestre 2013.2, realizada no auditório do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) no dia 05 de novembro de 2013. Essa mesma discussão foi realizada na Conferência de abertura do 14° Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) em Águas de Lindóia/SP (outubro de 2013) cujo tema foi “Impactos da crise do capital nas políticas sociais e no trabalho de assistentes sociais”.

[57] Esta é uma realidade que atinge todo trabalhador, não sendo exclusivo para os assistentes sociais.

[58] Esta questão será identificada com a análise dos dados no terceiro capítulo.

> O padrão atual de políticas sociais privatista, mercantilista e assistencialista potencializa intervenções pontuais, focalistas, imediatistas, burocráticas, miméticas, repetitivas, pragmáticas e eminentemente instrumentais, exigindo pouca qualificação para responder às demandas imediatas (GUERRA, 2003, p. 13).

Tal padrão limita ou potencializa a ação do assistente social, impondo aos profissionais, antigos e novos desafios. Antigos porque a utilidade social da profissão continua em solucionar problemas que põem em risco a ordem vigente; e novos, porque os espaços se reconfiguram e assim novas possibilidades de atuação, novas áreas vão surgindo para o assistente social trabalhar.

As transformações societárias incidem na cultura profissional, colocando dois ou mais projetos profissionais em disputa: de um lado, temos uma parcela da profissão com várias tendências de projetos profissionais e, do outro lado, aqueles profissionais que no cotidiano profissional buscam orientar a sua intervenção pelos princípios presentes na direção social da profissão (Projeto Ético-Político Profissional).

2.3.2 Tendências na Cultura Profissional

O processo de construção desse estudo, desde a revisão bibliográfica sobre a temática até a análise documental, foi mediado pela busca de desvelar as determinações históricas que estão constituindo a cultura profissional. Algumas dessas determinações já discutidas nos itens anteriores serão resgatadas aqui, com a finalidade de sinalizar sua relevância na composição da cultura profissional. Sumariamente, serão elencados traços que fundamentam a persistência do conservadorismo nessa cultura[59]:

1. Profissão interventiva, cuja particularidade está em ser demandada a oferecer respostas instrumentais e realizar mudanças paliativas. As correntes

[59] Estas determinações foram construídas a partir das leituras realizadas, no entanto, para elencá-las, realizamos este processo a partir especificamente do texto de Yolanda Guerra “Transformações societárias e Serviço Social: repercussões na cultura profissional”, publicado no livro organizado pelas Autoras Ana Elizabete Mota e Ângela Amaral, “Serviço Social Brasileiro nos anos 2000: cenários, pelejas e desafios, da editora UFPE, 2014. E das discussões realizadas pela professora no Seminário do GET (Grupo de Estudo sobre Trabalho) – “Pensar Criticamente o Brasil e o Serviço Social” – realizado entre 18 e 19 de julho de 2013 na UFPE/CCSA.

que influenciam são de base positivista e pragmatista. Tem levado a profissão à tecnificação;

2. Profissão identificada, por vezes, como vocação, prática de ajuda, do bem, subsumindo as condições objetivas da realidade como o “compromisso” e a boa vontade do profissional, cuja base está no messianismo e voluntarismo. É uma maneira de administrar e apaziguar conflitos;
3. Marxismo idealista que impossibilita uma visão crítica das estruturas e fica no “fazemos o que é possível”, ou seja, formula-se a crítica à estrutura, mas não se avança, não se busca construir ações que possam romper com a situação;
4. Suposta neutralidade política, que todos pensam iguais e atuam de forma homogênea, negando com isso as diferenças e o diferente;
5. Anti-intelectualismo, através do descaso pela formação teórico-metodológica, o que pode ser traduzido por “na prática a teoria é outra”;
6. E por último, no contexto funcional da ordem capitalista, temos a perspectiva técnica de influência da Racionalidade Tecnológica, colocada para administrar a pobreza e controlar os “conflitos sociais”.

Trata-se de traços históricos, os quais estão presentes desde a institucionalização da profissão, mas que continuam fortemente presentes, sustentadas pelo conservadorismo num processo de “continuidades e rupturas” (NETTO, 1996a). Colocamos muitas vezes o profissional adaptado ao mercado de trabalho, numa perspectiva acrítica, desenvolvendo competências niveladas (polivalência) e se conformando a um determinado perfil, muitas vezes para poder se manter no emprego. Queremos reforçar que nossa crítica não está no sujeito e sim na conjuntura que forma este profissional adaptado à sua realidade e que atua buscando dar resposta a esta realidade e não superá-la.

Para construir esse trabalho, pontilhando os elementos que estabelecem as mediações entre o Racionalismo Tecnológico e o Serviço Social, o método que utilizamos para identificar esta tendência foi o método histórico dialético, conforme manifestado na introdução deste trabalho. Objetiva-se, assim, analisar o exercício profissional a partir da tensão entre o projeto profissional e a ideologia pautada na Racionalidade Tecnológica. Esta vem sendo tomada tanto como possibilidade heurística (para entender muitos dos fenômenos que vêm se desenhando na

profissão) quanto como justificativa para a manutenção do tradicional conservadorismo no Serviço Social.

A razão tecnológica opera com a redução máxima da autonomia do agente. Isto difere totalmente da finalidade da intervenção do Serviço Social, a qual vai buscar nas ciências sociais fundamentos para sua atuação e cuja intervenção é orientada por uma perspectiva histórico-dialética e que o agente tem autonomia profissional nas mediações necessárias para o seu exercício profissional.

Mas identificamos vários elementos que indicam a tendência de tornar o Serviço Social uma prática de natureza essencialmente técnica, de manipulação de instrumentos técnicos e de metodologias aplicáveis, cuja finalidade é de uma ação pontual, fragmentada e imediatista.

> Para a razão tecnológica, a autonomia do trabalhador ou de qualquer agente da prática não é necessária, já que, adotando-se evidências cientificas, não haverá momento em que os agentes estariam obrigados à reflexão ou à tomada de decisão (CAMPOS, 2011, p. 3035).

Por ser uma profissão interventiva, o Serviço Social vai sendo pressionado pelos elementos estruturais e pela conjuntura socioeconômica no trato com as expressões da questão social, mediatizado pelas políticas sociais. Observa-se, assim, a abertura de possibilidades para a exponenciação da influência do pragmatismo na profissão, justamente porque o Serviço Social é requisitado a responder às diversas expressões da questão social, no âmbito de sua administração de forma fragmentada, tendo em vista a obtenção de resultados imediatos.

Segundo Pogrebinschi (2005), não podemos falar de um único e homogêneo pragmatismo, mas sim em múltiplos pragmatismos.

> Com efeito, desde a sua criação, no âmbito do Clube Metafísico, o pragmatismo é o resultado da contribuição de autores com formação e atuação em diferentes áreas do pensamento. O resultado disso, conforme acreditamos, foi a elaboração de uma teoria que, tanto em sua gênese histórica como em sua essência teórica, expressa um inegável pluralismo e uma infinita capacidade de se harmonizar com outras e distintas formas de pensamento (POGREBINSCHI, 2005, p. 15).

Com a racionalidade tecnológica, ampliam-se as possibilidades de influência do pragmatismo no exercício profissional. A acentuação do produtivismo – e a

prevalência dos critérios quantitativos nos processos de avaliação de desempenho funcional -, do aligeiramento na formação profissional tende a impor um conjunto de padronizações e normas de conduta profissional, expressas em fluxos e normativas a serem seguidas pelo “corpo técnico” no atendimento das demandas institucionais. Segundo Guerra (2013), considerando-se a efetiva inserção do assistente social na divisão social e técnica do trabalho, a profissão especializa-se em responder a demandas que exigem solução imediata de problemas, especialmente aqueles que tencionam e ameaçam o ordenamento social.

Neste sentido, o assistente social tende a ser apreendido como um técnico capaz de desenvolver soluções para “problemas sociais” que demandam resultados imediatos, característica presente numa ação pragmática, que condiciona o profissional a respostas meramente instrumentais. Sob a influência do racionalismo tecnológico, justifica-se a continuidade do histórico conservadorismo da profissão, o que comparece na maneira com que muitos profissionais veem a relação entre teoria e prática. É comum ouvir dos profissionais que na “prática a teoria é outra”, justamente porque esperam uma teoria funcional e aplicável, que possibilite respostas prontas e eficientes.

Segundo Forti e Guerra, “a ideia de que “prática a teoria é outra” se sustenta, basicamente, na concepção de que a teoria tem a possibilidade de ser implantada na realidade social e/ou tem a capacidade de dar respostas imediatas para suas questões” (2011, p. 2). Ou seja, os profissionais que defendem este discurso se alimentam da concepção de que a teoria é aplicável na prática e esperam imediatamente um efeito ou um produto previsto e/ou esperado.

Estas manifestações de refutação à teoria também são justificadas, porque há distorções no entendimento desta, segundo Cláudia Mônica dos Santos, de forma a reduzir a teoria a algo que se “encaixe na prática” e muitas vezes a prática profissional é reduzida à utilização de instrumentos de intervenção. “Mas já que a teoria não está se transformando em prática, considera-se que o mais importante, então, seja a própria prática” (2012, p. 14). Isso é um objetivo do pensamento pragmático, procurar uma identidade da teoria com a prática, porém teoria e prática não têm identidade e sim unidade. É neste sentido que o pragmatismo é uma ameaça ao Serviço Social[60].

[60] Ideia trazida a partir das anotações por mim realizadas na palestra ministrada pela professora Dra. Ana Elizabete Mota na aula inaugural do curso de Serviço Social da UFPE, semestre 2013.3

Há atividades que vêm sendo trabalhadas como categorias ou resultantes de elaboração teórica – empoderamento, escuta qualificada, matriciamento – mas que na verdade não ultrapassam o status de mecanismo de controle de comportamento. O tecnicismo presente nessas denominações vem assumindo a condição de conhecimento e a recorrência às metodologias de ação reafirma a tese aqui expressa de que a profissão encontra-se sob o tensionamento da racionalidade tecnológica. A análise dos depoimentos, no capítulo seguinte, tornará mais clara esta assertiva.

Não se trata, aqui, de culpabilizar os sujeitos profissionais e sim evidenciar uma conjuntura ideopolítica do capital que afeta diretamente a formação e consequentemente o exercício profissional, pois segundo Campos, “a hegemonia da racionalidade tecnológica, apesar da importância do desenvolvimento técnico, impõe alienação e perda de autonomia a trabalhadores e às práticas sociais em geral” (2011, p. 3037).

Apesar das constantes ameaças, o projeto profissional não está em crise, mas, sim, em constantes tensionamentos, o que exige resistência teórica e política, principalmente através da organização da categoria, porque, conforme reflete Mota (2012, p. 43), o limite da autonomia técnico-profissional não se confunde com as possibilidades de construção de uma consciência crítica das relações que marcam a inserção dos Assistentes Sociais no mundo do trabalho profissional.

No próximo capítulo, serão apresentados e discutidos os mecanismos propostos pelo racionalismo tecnológico e suas incidências no exercício profissional dos assistentes sociais fiscalizados pelo CRESS/PE, que se evidenciam no processo de ruptura e continuidade com a trajetória conservadora do Serviço Social.

---

realizada no auditório do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) no dia 05 de novembro de 2013.

CAPÍTULO 3 O EXERCÍCIO PROFISSIONAL EM TEMPOS DE RACIONALIDADE TECNOLÓGICA: LIMITES E POSSIBILIDADES

O Serviço Social emerge na sociedade capitalista dos monopólios como uma profissão requisitada para controlar e administrar conflitos gerados pela relação antagônica entre capital e trabalho. Essa finalidade para a qual foi institucionalizada conferiu-lhe um caráter de uma profissão interventiva no âmbito das expressões da questão social, o que permitiu ao Serviço Social construir a sua instrumentalidade, que significa, conforme Guerra, “não o conjunto de instrumentos e técnicas, mas uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio-histórico” (2012a, p. 1).

Este trabalho apresenta os resultados da investigação realizada a partir da análise dos documentos da fiscalização do CRESS/PE, cujo objetivo foi analisar como os mecanismos propostos pelo racionalismo tecnológico para enfrentamento da crise capitalista impactam as atribuições e competências do Serviço Social nas Instituições Públicas da Região Metropolitana do Recife. Inicialmente, serão esboçados elementos do perfil dos profissionais fiscalizados a partir das unidades que concluíram a formação, o ano de conclusão e o vínculo empregatício. Na sequência, trataremos os dados relativos ao exercício profissional, subdividindo-os a partir de três aspectos ou dimensões do exercício profissional: teórico-metodológica, técnico-operativa e a ético-política. Vale esclarecer que esta separação se dá, tão somente, para fins didáticos, a discussão dos dados, embora sejam estas constitutivas de uma unidade complexa.

A dimensão teórico-metodológica trata da qualificação e competência profissional para conhecer a realidade social, política, econômica e cultural, o que vai exigir dos profissionais um rigor teórico e metodológico para identificar os fenômenos aparentes e apreender a sua essência, realizando o movimento de mediações e, assim, identificar e construir as possibilidades de intervenção. A apreciação deste item se dará a partir das análises sobre as leituras realizadas pelos assistentes sociais fiscalizados e as ações e atividades realizadas por eles para atender às demandas que chegam ao Serviço Social.

No item relativo à dimensão técnico-operativa traremos de analisar como se dá essa intervenção, quais os instrumentos utilizados para conhecer a realidade,

bem como o conjunto de habilidades técnicas utilizadas no desenvolvimento das ações profissionais junto à população usuária e às instituições demandantes.

Por último, na dimensão ético-política, serão refletidas questões relativas ao domínio e à aplicação dos instrumentos normativos da profissão, como também sobre o posicionamento político frente às políticas públicas e a direção social assumida pelos assistentes sociais para a profissão. A dimensão ético-política informa sobre os princípios ético-morais que sustentam o exercício profissional, valores estes presentes no Código de Ética do Assistente Social, como também na postura profissional no sentido de articular sua intervenção para a defesa dos direitos sociais e de uma sociedade humanamente emancipada.

Ainda: identificar a articulação entre essas três dimensões é um desafio fundamental, principalmente levando em conta a necessidade de superar a falsa dicotomia, ainda presente no discurso profissional, de que "na prática a teoria é outra"[61], pois investigação e intervenção não podem ser vistas como dimensões separadas e excludentes no Serviço Social. Discute-se, neste caso, as condições para o exercício competente da profissão.

Os capítulos anteriores evidenciam que a ideologia capitalista presente na atuação do Estado, através da implementação das políticas públicas, porta uma lógica privatista, mercantilista e assistencialista, condicionando assim uma prática pontual, focalista e minimalista, o que acaba por influenciar também no perfil profissional. O assistente social, como executor de políticas públicas – embora não exclusivamente -, vai ter a sua intervenção influenciada por este padrão de atuação do Estado, visto que o mesmo limita e/ou potencializa a intervenção do assistente social, dependendo da direção que as respostas objetivas e subjetivas[62] à realidade social sejam dadas.

---

[61] Para entender melhor essa discussão e quais os fundamentos dessa fragmentação entre teoria e prática, ler SANTOS, Cláudia Mônica dos. Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no serviço social. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012 – Capítulo 1, e FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda. Na prática a teoria é outra? In: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (org.). Serviço Social: temas, textos e contextos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011 – Introdução.

[62] Considero como respostas objetivas, aquelas dadas a partir das condições que são postas na realidade material e as subjetivas, aquelas que dependem da competência, da qualificação e da direção social escolhida pelo profissional responsável pela intervenção. Separo-as aqui, apenas didaticamente, mas no exercício profissional, essas respostas fazem parte de um mesmo processo de intervenção. Constituindo com isso o que chamamos de Instrumentalidade do Serviço Social, a qual segundo Yolanda Guerra (2012b) é a determinada capacidade ou propriedade que a profissão adquire na sua trajetória sócio-histórica, como resultado do confronto entre as **condições objetivas**

Por isso, discutir os dilemas contemporâneos que se expressam nas atribuições e competências em tempos de crise e de forte influência do Racionalismo Tecnológico, conforme discutimos no segundo capítulo, se faz imprescindível à busca pelo saber, principalmente porque, “enquanto prática profissional historicamente produzida pela divisão social e técnica do trabalho, de um lado, e pela intervenção profissional de seus agentes, de outro, o Serviço Social possui diversas racionalidades” (GUERRA, 2011, p. 32). Tal afirmação é construída a partir do entendimento de que as condições objetivas da ação profissional incidem sobre a capacidade teleológica de quem materializa essas ações, mas não se confundem.

Para compor os dados, foram selecionados os documentos do período de 2011 a 2013, totalizando 50 (cinquenta) Relatórios de Visitas de Fiscalização, sendo que 20 (vinte) foram do ano de 2011, 21 (vinte e um) do ano de 2012 e 09 (nove) do ano de 2013. Além desses relatórios, foram também selecionados 35 (trinta e cinco) Instrumentos de Sistematização das Visitas de Fiscalização, os quais são executados pelas agentes fiscais no momento das visitas de fiscalizações e se configuram como relatório da fiscalização[63].

Esses instrumentais da fiscalização constituem o material técnico sigiloso do Serviço de Orientação e Fiscalização, portanto, respeitando os limites do sigilo profissional, tanto no que se refere às Instituições, como aos profissionais fiscalizados, os instrumentos serão identificados por número, a partir da sequência que a análise foi realizada pela pesquisadora e os dados foram agrupados num único resultado.

Após o trabalho de sistematização e análise dos dados, optamos por metodologicamente uni-los num só, tanto os dados retirados do Relatório de Visita de Fiscalização, como os dos Instrumentos de Sistematização das Visitas de Fiscalização, tendo em vista que os resultados se complementam e se assemelham,

---

e subjetivas do exercício profissional, ou seja, o modo de ser da profissão adquirida no interior das relações sociais, entre as respostas profissionais e as demandas colocadas à profissão.

[63] O Instrumento de Sistematização de Visita de Fiscalização foi construído pelas agentes fiscais do CRESS/PE, com o objetivo de orientar o exercício da fiscalização e sistematizar de uma forma padrão os relatórios que as agentes fiscais faziam para cada visita realizada. Diante da extensa demanda e pouca agente fiscal, o instrumento se tornou importante, principalmente porque ele sinaliza os principais levantamentos que o CRESS precisa fazer, considerando as deliberações dos Encontros do Conjunto CFESS/CRESS. Esse instrumento não faz parte da Política Nacional de Fiscalização.

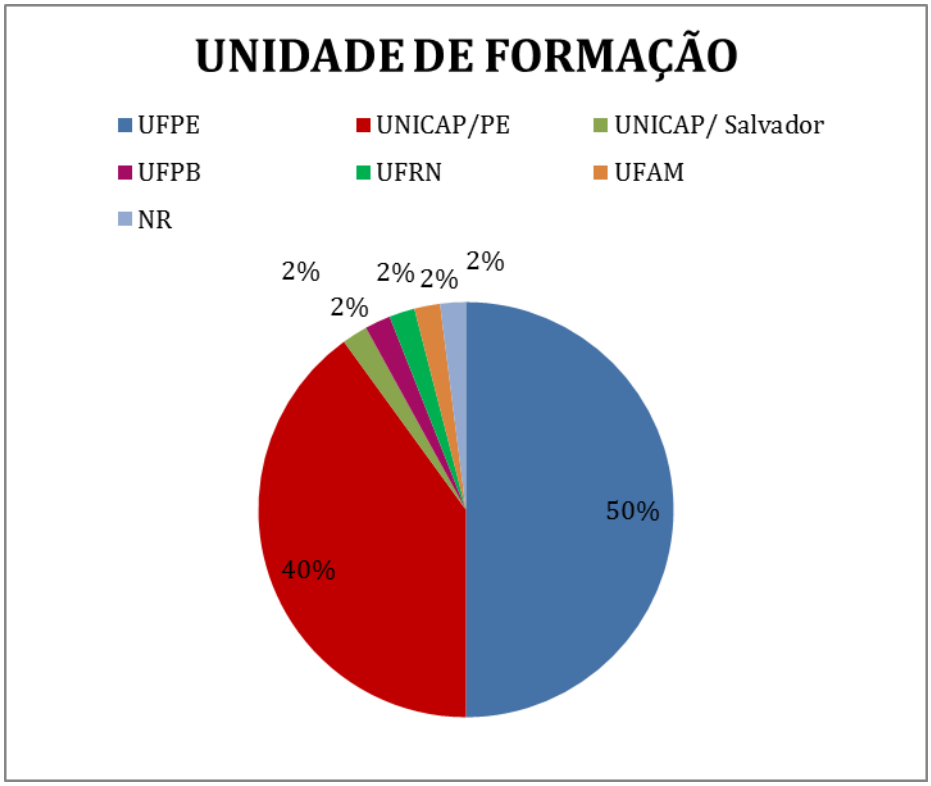
portanto, na apresentação e discussão, os resultados serão trabalhados com dados oriundos da fiscalização.

Como técnica de análise dos dados, utilizamos a análise de conteúdo com o objetivo de desvendar o conteúdo latente do acervo da fiscalização, visto que, segundo Triviños (2010, p. 159), apoiado na concepção de Bardin, a análise de conteúdo é um método adequado para o estudo das possíveis tendências para "o desvendar das ideologias". Assim, buscamos identificar e analisar as manifestações, mediações e tendências que a crise do capital confere ao Serviço Social, bem como as ações e ideias elaboradas a partir destas.

3.1 Perfil dos Assistentes Sociais Fiscalizados

Entre os profissionais fiscalizados prevalecem os que foram formados depois do ano de 2000 (46%), oriundos, na maioria, de Universidades Federais, conforme o gráfico1.

GRÁFICO 1 - UNIDADES DE FORMAÇÃO



Dados da pesquisa (2015).

Ressalte-se que neste período deu-se a implantação das atuais diretrizes curriculares da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social)[64].Este dado é relevante, tendo em vista que a reestruturação do currículo tomou como base a necessidade de aprofundamento da direção social crítica para a formação profissional, fundada no método histórico dialético, a partir da estruturação de três núcleos essenciais: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Esta estrutura nucleada agrega um conjunto de conhecimentos indissociáveis e indispensáveis para apreensão da gênese, manifestações e enfrentamento da questão social (ABEPSS, 1999).

Dessa forma, o atual currículo tem como finalidade orientar a formação de um profissional que atue nas expressões da questão social,

> formulando e implementando propostas para seu enfrentamento [...] Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social (ABEPSS, 1999, p. 1).

Considerando os dados acima, observa-se que os profissionais são oriundos de universidades de longa trajetória na formação de assistentes sociais e coparticipes do debate na categoria, aí incluídas as questões relativas à reestruturação do currículo, dado que as universidades federais e as confessionais (católicas) vêm se constituindo pilares da ABEPSS, ao longo de sua história.

Complementarmente, constata-se que a maioria dos fiscalizados tem menos de 15 (quinze) anos de formação profissional (48%), enquanto 20% têm entre 15 e 25 anos, 28% mais de vinte e cinco anos de formação; apenas 4% não responderam. Isto indica que a maioria dos profissionais é relativamente jovem de formação profissional, possibilitando um perfil conforme é esperado pelas atuais diretrizes curriculares.

Espera-se dos profissionais formados pelo novo currículo uma atuação capaz de formular e implementar propostas de enfrentamento às expressões da questão

[64]As diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social foram aprovadas com base no Currículo Mínimo aprovado pela ABEPSS em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996, mas a Resolução nº 15, a qual estabelece as diretrizes foi aprovada em 13 de março de 2002.

social e a inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho.

GRÁFICO 2 - TEMPO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS FISCALIZADOS

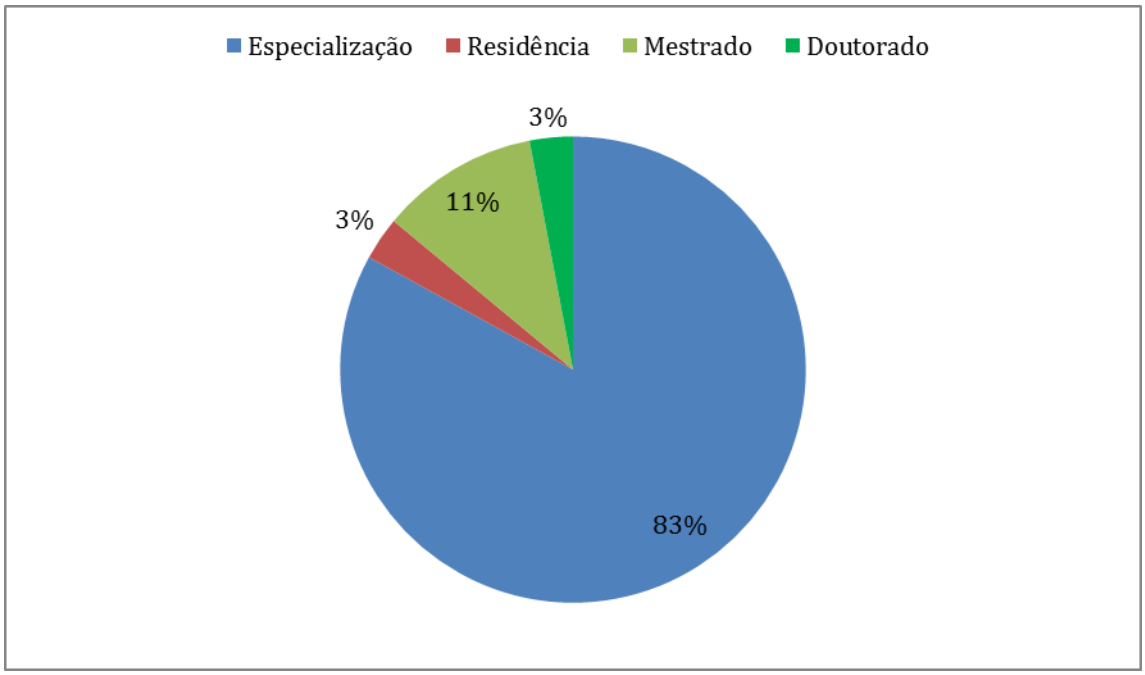
Dados da pesquisa (2015).

Analisando o gráfico 2, percebe-se que mais de 50% dos assistentes sociais possuem um tempo de exercício relativamente curto, menos de 10 anos. Embora a formação e o tempo de exercício profissional não sejam elementos suficientes para garantir um exercício profissional em consonância com o Projeto Ético-Político Profissional, entende-se que estes profissionais tiveram uma formação baseada nas atuais diretrizes curriculares da ABEPSS, o que sinaliza a possibilidade de um exercício profissional afirmativo da direção social hegemônica no Serviço Social.

Por outro lado, se a formação profissional deve viabilizar uma capacitação dos indivíduos para o exercício da profissão, é inegável o papel que desempenham os investimentos em atualizações e aprofundamento dos estudos de pós-graduação.

Neste sentido, além da formação baseada nesse currículo, a possibilidade de um profissional com perfil crítico é construída a partir da formação continuada. A pesquisa revela que 72% dos pesquisados são pós-graduados, enquanto 22% encerraram os estudos na graduação e 6% não responderam.

GRÁFICO 3 - PÓS-GRADUAÇÃO REALIZADAPELAS ASSISTENTES SOCIAIS



Dados da pesquisa (2015).

Sendo assim, dos 72% que possuem pós-graduação, a maioria (83%) refere-se a curso *lato sensu* e 14% stricto sensu. Isto denota que há entre os profissionais uma preocupação em continuar estudando e se capacitando para intervir na realidade. Os 22% que não possuem nenhuma pós-graduação justificaram em razão da “falta de recurso financeiro”, “falta de tempo” e, ainda, “falta de interesse de voltar a estudar”.

A procura por cursos de especialização (*lato sensu*) se justifica pelo fato de ser mais acessível e por haver no mercado uma ampla oferta de cursos em diversas áreas. Mesmo tendo identificado que a maioria dos profissionais fiscalizados busca por capacitação continuada, tal fato não garante a possibilidade de um perfil profissional afinado com a direção social presente no Projeto Ético-Político e materializada no conjunto normativo da profissão, principalmente quando os resultados apontam que a segunda maior preferência dos profissionais recai sobre as áreas de psicologia/psicopedagogia/terapias comunitárias e afins.

TABELA 1 - TIPO DE ESPECIALIZAÇÃO

TIPO DE ESPECIALIZAÇÃO	QNT.	%
Saúde Pública/Saúde da Família	09	30%
Psicologia Social e comunitária/Psicopedagogia clínica e institucional/Intervenção em Psicologia da Família e a Realidade Social/Intervenção/ Terapia Familiar	08	27%
Gestão de Projetos/Políticas Públicas	04	13%
Gestão de Pessoas/Recursos Humanos	03	10%
Serviço Social na área Jurídica/Intervenção Psicossocial no âmbito jurídico	02	7%
Educação Especial/Educação Popular	02	7%
Direitos Humanos	01	3%
Saúde Mental: prevenção, promoção e recuperação.	01	3%
TOTAL GERAL	**30**	**100%**

Dados da pesquisa (2015)

Identificamos na tabela que 30% dos assistentes sociais fiscalizados buscaram especialização da área de saúde pública e saúde da família, o que não é surpresa, visto que a saúde é uma das áreas que mais emprega assistentes sociais; considere-se, ainda, que 62% dos documentos da fiscalização analisados foram da área da saúde. O dado que chama atenção é que 27% dos assistentes sociais buscaram cursos de especialização em áreas limítrofes da profissão, **Psicologia Social e comunitária/Psicopedagogia clínica e institucional/Intervenção em Psicologia da Família e a Realidade Social/Intervenção/ Terapia Familiar.** Não há como identificar o objetivo do profissional em buscar uma formação continuada nestas áreas; a escolha por cursos é individual, portanto o profissional tem a liberdade de escolha, no entanto é preciso ponderar o uso desses conhecimentos no exercício profissional, visto que ações e/ou atividades com caráter psicologizante, psicopedagógico, terapêutico e/ou clínico não estão contempladas na formação profissional e nem nas atribuições e competências profissionais.

Segundo Resolução do CFESS n° 569/2010, é vedada a realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social, como também no âmbito do ensino de graduação, tendo em vista que essas não

estão presentes nas diretrizes curriculares aprovadas pelo Ministério da Educação (MEC) e nem na lei de regulamentação profissional nos artigos que tratam das competências e atribuições privativas. A despeito disso, há assistentes sociais no universo pesquisado que consideram o campo da terapia como um espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social, havendo, inclusive, folders de divulgação desses cursos que consideram como público alvo assistente social.

O debate da questão não é novo e nem desconhecido da categoria. Desde 1996, análises e reflexões foram realizadas no âmbito do Conjunto CFESS/CRESS[65], até a aprovação e publicação da Resolução do CFESS n° 569, de 25 de março de 2010. Não queremos trazer aqui um caráter policialesco e sim enfatizar o debate sobre as competências e atribuições da profissão, conforme está estabelecido na Lei de Regulamentação e nos princípios e diretrizes do Projeto Ético Profissional, com o objetivo de preservar a identidade profissional e provocar a discussão sobre os objetivos profissionais e sobre matéria do serviço social[66].

O assistente social no cotidiano do seu exercício profissional precisa mobilizar conhecimentos para entender a realidade, conhecimentos esses de diversas áreas, no entanto no desenvolvimento de suas competências, não pode relacionar conhecimentos não correlatos ao Serviço Social[67] no seu exercício profissional como assistente social, considerando este conhecimento como matéria do Serviço Social, porque a formação em Serviço Social[68] e a formação continuada devem viabilizar uma capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Continuando a análise da Tabela 1, identificamos que além da saúde, em segundo lugar, os assistentes sociais fiscalizados procuram a área da psicologia para se especializarem. Constata-se também que 13% e 10%, buscaram se especializar nas áreas de gestão de projetos/políticas públicas e gestão de pessoas/recursos humanos respectivamente, áreas em que, tradicionalmente, o

---

[65] O resgate histórico do debate está no documento do CFESS “Serviço Social e Reflexões Críticas sobre Práticas Terapêuticas”, através do link http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/doc_CFESS_Terapias_e_SS_2010.pdf. Também acessar outros documentos sobre o assunto no site do CFESS, através do linkhttp://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/textos-para-consulta.

[66] Segundo Iamamoto (2012, p. 47), matéria do Serviço Social está “consubstanciada na questão social em suas múltiplas expressões concretas”.

[67] Consideramos conhecimentos não correlatos aqueles que não estão previstos nos núcleos de fundamentação da formação profissional e nem no rol de atribuições e competências profissionais.

[68] Conforme está estabelecido no Art. 4°, do item 2 – das Competências e Habilidades - da Resolução de n° 15 de 13 de março de 2002.

Serviço Social se inseriu e que vem crescendo, visto que o assistente social deixou de ser meramente executor, para atuar também na área de gerenciamento de políticas, programas e projetos. Segundo Iamamoto (2012, p. 60), o processo de descentralização das políticas públicas requer dos assistentes sociais novas funções e competências para atuar na esfera da formulação e avaliação de políticas, assim como no planejamento e gestão.

A partir desses dados, identifica-se que há uma movimentação das demandas profissionais, visto que os assistentes sociais estão buscando se qualificar em determinadas áreas específicas do seu campo de atuação – saúde pública, saúde da família, gestão de projeto, direitos humanos e saúde mental - e também em áreas não correlatas ao Serviço Social, como: psicologia social, psicopedagogia, intervenção psicossocial, terapia familiar, dentre outras. Neste caso, duas reflexões se desdobram: em primeiro lugar, destaca-se a existência de uma tendência ao esvaziamento da reflexão profissional e diluição das atribuições e competências profissionais em um campo de intervenção comum às várias profissões o que é justificado, em algumas situações, pelo fato do assistente social partilhar suas atividades com outros profissionais, através de equipes multidisciplinares ou interdisciplinares[69].

Aqui a racionalidade tecnológica se impõe: em face da urgência de respostas técnicas, tende-se a dirimir as fronteiras entre as profissões com o risco de perda da identidade profissional[70]. Segundo Ortiz,

> A participação dos assistentes sociais em equipes de trabalho compostas por diversos profissionais, se por um lado, aproxima efetivamente o Serviço Social de uma perspectiva plural; por outro, tende a acirrar antigos dilemas e tensões, dentre eles a aparente inespecificidade de sua intervenção em face a outros profissionais e a subalternização institucionalmente imposta ao seu fazer cotidiano (2014, p. 105 e 106).

No campo de tensões em que atua o assistente social, emergem vários componentes para alimentar crises de identidade profissional, as quais vão resultar na inespecificidade profissional. Para Netto,

---

[69] Para entender melhor sobre essa discussão buscar ler ORTIZ, Fátima Grave. Serviço Social e Trabalho Interdisciplinar. In: MOTA, Elizabete; AMARAL, Ângela (Orgs.). Serviço Social Brasileiro nos anos 2000: cenário, pelejas e desafios. Recife: Editora UFPE, 2014.

[70] Isso não significa que a atuação interdisciplinar leve necessariamente a este caminho. Trata-se, aqui, de apontar caminhos já constatados na profissão em que o assistente social dá lugar, no discurso de alguns, ao: terapeuta, epidemiologista, especialista, etc.

> A especificidade profissional converte-se em incógnita para os assistentes sociais (e não só para eles): a profissionalização permanece um circuito ideal, que não se traduz operacionalmente. [...] O específico prático-profissional do Serviço Social mostrar-se-ia na fenomenalidade empírica como a inespecificidade operatória (2001, p. 104).

Atente-se, neste caso, para necessidade de não se diluir as particularidades da profissão, ainda que o assistente social desenvolva atividades muito próximas ou idênticas a outros profissionais. Neste caso, a "abertura para o diálogo interdisciplinar torna-se decisiva, ao mesmo tempo em que desafiante, posto que supõe uma interlocução com múltiplas habilidades e competências, o que exige maior nitidez de princípios e respeito ao escopo jurídico-político que rege a profissão" (SILVA, 2010, p. 158). Neste sentido, reforça Iamamoto (2012, p. 64), "o trabalho coletivo não impõe a diluição de competências e atribuições profissionais. Ao contrário, exige maior clareza no trato das mesmas e o cultivo da identidade profissional, como condição de potenciar o trabalho conjunto".

Um aspecto decisivo na reflexão do perfil dos assistentes sociais fiscalizados diz respeito às relações de trabalho, pois apenas 36% foram admitidos através de concurso público e, portanto, são estatutários. Os demais, a quase metade de profissionais fiscalizados, possui um vínculo profissional por contrato (48%) e 16% por seleção simplificada. Neste caso, os contratos são de dois anos, renováveis por, no máximo, mais dois. Resulta daí que um total de 64% dos profissionais dispõem de vínculos não estáveis[71].

Esses trabalhadores são os chamados por Antunes (2011) de "novo subproletariado", as quais, segundo o autor é oriundo de uma modalidade de trabalho mais desregulamentadas, distantes e até mesmo burladoras da legislação trabalhista. "Se até os anos 1980 era relativamente pequeno o número de empresas de terceirização, locadoras de força de trabalho de perfil temporário, nas décadas seguintes esse número aumentou significativamente, para atender à grande demanda por trabalhadores temporários, sem vínculos empregatícios, sem registro formalizado" (ANTUNES, 2011, p. 91).

[71] Identificamos na questão uma insuficiência dos instrumentos de coleta de dados da fiscalização no sentido de precisar o tipo de vínculo e de contrato, o que dificulta caracterizar as múltiplas dimensões da precarização do trabalho e até mesmo da informalidade.

Tal situação induz a refletir sobre as dificuldades que esses profissionais enfrentam para realizar as suas atribuições e competências em conformidade com a Lei de Regulamentação e o Código de Ética principalmente em um momento de forte influência do racionalismo tecnológico[72]. A primeira prerrogativa fundamental ao exercício profissional é que o assistente social possa exercer as suas atribuições conforme está estabelecido na Lei de regulamentação, no entanto, é recorrente, principalmente para os profissionais contratados, denúncias quanto a imposições e práticas de abuso de poder e até mesmo de assédio moral, em que os profissionais são "obrigados" a exercer atribuições para as quais não estão autorizados por lei e nem possuem competência técnica para tal.

Nas análises dos Instrumentos de Sistematização de Visita de fiscalização (ISVF), identificamos anotações realizadas pelas agentes fiscais que ilustram essas situações:

> "Juízes querem que o Serviço Social coloque nos pareceres a informação se é ou não favorável a pena" (ISVF 2).
>
> "O diretor quer um parecer com a identificação favorável ou não. Não tem estrutura e respaldo" (ISVF 4).
>
> "Os profissionais alegam sofrer assédio moral, principalmente após reunião com a gerência para tratar das demandas não compatíveis com Serviço Social". Houve inclusive proibição de informar o número da ouvidoria para os usuários, alegando que não querem funcionários que trabalhem contra a gerência, que deem "tiro no pé da gerência" (ISVF 35.)
>
> "O pessoal da segurança faz a ouvida, elabora um documento e coloca a equipe na situação de concordar ou não com a segurança" (ISVF 4).

Por sua vez, a alínea "b" do artigo 2° do Código de Ética afirma que é direito do assistente social o livre exercício das atividades inerentes à profissão, um direito que também está previsto a todo e qualquer trabalho, ofício ou profissão e devidamente consagrado no artigo 5°, inciso XIII da Constituição Federal de 1988, ao submeter o exercício da liberdade ao atendimento ou cumprimento das

[72] Conforme está estabelecido no Código de Ética Profissional, artigo 2º - Constituem direitos do assistente social, alínea "h" – ampla autonomia no exercício da Profissão, não sendo este obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções. Sendo assim, a autonomia traz a prerrogativa da independência técnica.

qualificações que a lei estabelecer, no caso dos assistentes sociais, a Lei de Regulamentação da Profissão – Lei n° 8.663/1993.

Então, o livre exercício é um direito do assistente social, mas também uma prerrogativa que detém o profissional que esteja habilitado e que exerça as atividades próprias e inerentes à profissão em suas dimensões teórico-metodológica, técnica-operativa e ético-política. Neste sentido, passa-se a analisar os dados restantes da pesquisa, dividindo-as em subgrupos, a partir destas dimensões do exercício profissional, objetivando identificar a tendência que está presente no exercício profissional hoje nas instituições públicas da RMR.

3.2 A Dimensão Teórico-Metodológica: Tensão entre o Projeto Ético-Político Profissional e a Tendência Pragmatista e Normativa

Para que o profissional atue de forma competente na realidade é preciso um esforço contínuo pra compreendê-la em sua dinamicidade e historicidade. Isso vai exigir do profissional competência teórico-metodológica, vai exigir um aprimoramento permanente, o que possibilitará uma prática profissional comprometida com os interesses dos usuários e com a ampliação e consolidação do acesso desses aos direitos sociais.

Nestes termos, faz-se importante analisar o acesso a informações e a estudos sobre a realidade social em que o profissional se insere, mediata e imediatamente. Este aprimoramento se dá através de capacitações, cursos, grupos de estudos e por leituras constantes, tanto leituras gerais, relacionadas com a vida social e a profissão, como por leituras específicas da área de atuação.

TABELA 2 - ÚLTIMAS LEITURAS SOBRE A ÁREA DE TRABALHO

LEITURA SOBRE A ÁREA DE TRABALHO	QNT.
Leis, Decretos, Estatutos e políticas específicas (Idoso, Educação, Enfrentamento ao crack e outras drogas), decretos e ementas.	17
Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde	O3
Textos da área de saúde mental e dependência química	02
Cartilha sobre a violência contra a mulher do Governo do Estado/Artigos	02

sobre violência contra a mulher	
Serviço Social e Saúde	02
Humanização do SUS/SUS – Direito de Todos	02
Saúde Coletiva e Saúde da Família	02
SINASE	02
Projeto da Instituição/Regimento da Instituição	01
Revista Serviço Social e Sociedade/Saúde/Assistência	01
Textos sobre Gerontologia Social	01
Mészaros, Marx, Antunes, Harvey, Kant e Hegel[73]	01
Site do INCA, artigos de internet sobre oncologia e cuidados paliativos.	01
Textos Diversos	01
Reforma Sanitária Brasileira – Jairnilson Paim	01
Sobre Adolescência e Comportamento	01
Grupo de Família	01
Famílias Reconstruídas	01
Código de Ética	01[74]
Não tem lido nada	**18**

Dados da pesquisa (2015)

TABELA 3 - ÚLTIMAS LEITURAS ESPECÍFICAS DO SERVIÇO SOCIAL

LEITURA ESPECÍFICA DO SERVIÇO SOCIAL	QNT.
Revista Serviço Social e Sociedade	03
Serviço Social na Saúde/Serviço Social e Saúde	03
José Paulo Netto	02
Serviço Social e Saúde - Ana Elizabete Mota, Textos de Ana M.ª Vasconcelos.	01
Livro lançado específico da área da saúde, Serviço Social e Espiritualidade.	01
O Princípio da Autodeterminação no Serviço Social: visão fenomenológica	01

[73] Este dado está na tabela 2, considerando que na pesquisa eles estavam como respostas às últimas leituras realizadas sobre a área de trabalho.

[74] A mesma justificativa na nota anterior vai para a identificação do Código de Ética como leitura sobre a área de trabalho.

– Ana Pavão	
Jornal do CRESS	01
LOAS, SUAS	01
Serviço Social na Contemporaneidade	01
Livro – Competências do Trabalho do Serviço Social	01
Bete Mota, Behring, Guerra, Netto, Montano e Yasbek	01
Biblioteca Básica (Direitos)	01
Atribuições Privativas do/a Assistente Social	01
NASF	01
CAPS	01
Temas de planejamento de projetos	01
Livro – Planejamento e Serviço Social	01
Relações Sociais e Serviço Social no Brasil	01
Serviço Social e Competências Profissionais	01
Código de Ética	01
Parâmetros de Atuação do Assistente Social na Saúde	01
Mediação e Serviço Social	01
Ética e Serviço Social	01
Capitalismo em Crise: política social e direitos – Behring e Boschetti	01
Serviço Social e Saúde: trabalho e formação profissional – Ana Elizabete Mota	01
Serviço Social e SUS	01
Alguns artigos pela internet	01
SINASE	01
Marilda Iamamoto	01
Faleiros	01
Laudos e Pareceres Sociais	01
Não tem lido nada	20

Dados da pesquisa (2015)

Os dados da pesquisa revelam que 38% dos assistentes sociais fiscalizados não têm lido nada específico sobre a área de trabalho e 42% afirmam que não leem nada relativo ao Serviço Social. Conhecer a realidade com a qual trabalha é de estrema importância na reconfiguração dos objetos de intervenção e para o

entendimento dos processos sociais que constituem o objeto de intervenção em sua totalidade, por conseguinte, a pouca leitura ou a falta dela constitui um limitador para os avanços e para o fortalecimento do Projeto Ético-Político profissional e assim torna um terreno fértil para influências pragmáticas e burocráticas estarem pautando a prática desses profissionais, já que a diferenciação na prática está relacionada à apropriação do referencial teórico-metodológico para apreensão da realidade social e institucional.

Analisando os dados que possibilitam uma sustentação teórica à capacidade de planejamento e de autonomia intelectual do profissional, dois fatos importantes chamaram atenção: primeiro, que um grande número de profissionais não tem lido nada, inclusive da literatura do Serviço Social, e, segundo, que as leituras quando realizadas se concentram, prioritariamente, nos aspectos técnicos, relativos à área específica de intervenção, como cartilhas, manuais, parâmetros de atuação, legislação, o que é muito importante, mas que não deve ser exclusivo. Esta é uma tendência geral e sinaliza a presença da racionalidade técnica a que se referia Mandel (1985), na medida em que revela por um lado, o desprezo pela teoria ou mesmo pelos estudos que nela se apoiam para a problematização do real e, por outro, a prevalência dos aspectos técnicos no enfrentamento de sua realidade imediata, desprezando ou atribuindo importância menor às estreitas vinculações que esta mantém com a totalidade social.

Para pensar sobre esta questão, a partir do que foi problematizado por Guerra, sobre as determinações históricas que compõem a cultura profissional, aqui destaco o anti-intelectualismo, através do descaso pela formação teórico-metodológica rigorosa e as respostas técnicas, que no contexto de responder à funcionalidade posta pela ordem burguesa, “a profissão é vista como técnica ou tecnologia social colocada para administração da pobreza” (2014, p. 47)

A capacidade teleológica do profissional[75] constitui o fator estruturante do exercício profissional. Esta, no entanto, torna-se restrita quando descolada de uma leitura crítica da realidade sócio institucional. Segundo Guerra, “a própria lógica que move a ordem burguesa, pelas fragmentações e abstrações que produz e a sustentam, constrange qualquer prática que intencione romper o conservadorismo que a nutre” (2011, p. 28), porém, esta mesma capacidade é que se torna um fator

[75] Capacidade Teleológica significa a capacidade de o homem projetar a finalidade do seu trabalho antes de executá-la, a partir das possibilidades que ele detém.

modificador e até mesmo decisivo para uma atuação que venha superar uma prática conservadora, burocrática, imediatista e/ou pragmática.

A teoria tem a capacidade de iluminar as estruturas presentes nos processos sociais e nas determinações contraditórias que constituem os fenômenos. Por isso, a falta e/ou o tipo de leituras realizadas pelos assistentes sociais é um elemento importante para se entender a capacidade de planejar a prática, porque o exercício profissional do assistente social não é carente de uma finalidade: ou o profissional realiza as suas finalidades nos limites que a realidade lhe possibilita ou fará, tão somente, a reprodução das finalidades institucionais.

Algumas incompreensões no trato teórico-metodológico e técnico-operativo são identificadas, como por exemplo na falta de clareza sobre as principais ações desenvolvidas e atividades realizadas pelos profissionais, visto que, em muitas repostas, identificamos confusão e/ou falta de clareza, misturando ação com atividades ou mesmo funções exercidas. No item 2 do Relatório de Visita de Fiscalização, em que constam para assinalar as principais ações desenvolvidas, alguns assistentes sociais marcaram a opção “outros” e especificaram: coordenação de capacitações, visitas domiciliares, ações administrativas, como agendamento de eventos, guarda de materiais, envio de e-mails, digitação de comunicações internas, dentre outras. Identificamos, também, atividades sendo executadas, mas que são incompatíveis com o Serviço Social, assim será demonstrado adiante.

Em cada espaço sócio-ocupacional o profissional poderá exercer funções distintas, seja como executor de políticas públicas ou na área de gerenciamento e/ou assessorias. Percebe-se que alguns profissionais não detêm a clareza do seu papel/função na instituição, visto que a grande maioria dos assistentes sociais fiscalizados atua no atendimento direto à população usuária (58%), no entanto muitos, além de afirmarem que atuam no atendimento direto, informam desenvolver ações de planejamento de políticas públicas, administração de benefícios, assessorias diversas. Na verdade, há certa incoerência nas respostas, pois confrontando este dado com o referente à função dos profissionais fiscalizados, em que 82% atuam como assistentes sociais/técnicos/analistas e apenas 18% atuam na qualidade de gerente/coordenador/supervisor, observamos a impossibilidade de um significativo percentual de assistente social executar ações de planejamento, assessoria e consultoria, conforme está apresentado na tabela 4. No entanto, eles

consideraram realizar tais ações, mesmo estando exclusivamente na execução de políticas públicas.

TABELA 4 - PRINCIPAIS AÇÕES DESENVOLVIDAS

PRINCIPAIS AÇÕES	QNT.	%
Atendimento direto à população usuária	46	58%
Planejamento e coordenação de políticas e programas sociais	11	14%
Outras[76]	09	11%
Administração de benefícios	06	8%
Assessoria e apoio a movimentos sociais e populares	05	7%
Assessoria e consultoria em políticas sociais	02	2%

Dados da pesquisa (2015).

No detalhamento de atividades desenvolvidas pelo Serviço Social, percebe-se a existência tanto de atividade individuais com usuários ou familiares de usuários (36%), como atividades desenvolvidas em grupo (32%). A grande maioria dessas atividades é referente a orientações sobre benefícios (26%), o que gera encaminhamentos diversos (14%), visitas domiciliares e/ou institucionais (12%), palestras (10%), além de outras atividades como elaboração de declarações, levantamentos de informações sobre usuários, preenchimento de cadastros, contatos institucionais e trabalho integrado com rede.

Das atividades e/ou ações desenvolvidas pelo Serviço Social, mas não compatíveis com as atribuições e competências dos assistentes sociais, identificamos atividades meramente administrativas (56%), ações que exigem um conhecimento técnico específico de outra área (26%), ações que vão contra os princípios éticos profissionais (11%), ações que deveriam ser executadas por outras instituições (4%) e ações não exclusivas do Serviço Social, mas que apenas os assistentes sociais executam (3%), como a notificação de violência.

[76]Visitas domiciliares, preceptoria, reunião de família, parecer social (01);Coordenação de capacitações (01);Administrativas como agendamento de eventos, guarda de materiais, envio de e-mails, digitação de comunicação interna etc. (01).

QUADRO 1 - DEMANDAS ATENDIDAS PELO SERVIÇO SOCIAL NÃO COMPATÍVEIS COM A PROFISSÃO

AÇÕES NÃO COMPATÍVEIS COM O SERVIÇO SOCIAL	
AÇÕES	CLASSIFICAÇÃO
Achados e perdidos	Ações meramente administrativas
Guarda de itens de valor dos usuários sem acompanhantes	
Autorização de refeições	
Levantamento estatístico do atendimento de cada setor	
Retirada de pulseira de classificação quando o usuário quer sair sem concluir o atendimento médico	
Comunicação de plantão restrito	
Declaração de comparecimento	
Etiquetagem de defunto	
Marcação de consultas e exames	
Informações sobre a rotina do hospital	
Realização de festas, lazer, eventos e datas comemorativas	
Questionário de satisfação	
Liberação de prontuário, ambulância e macas retidas	
Assessoria à imprensa	
Grupos terapêuticos	Exigem conhecimento técnico específico
Palestras sobre higiene	
Esclarecimentos sobre a classificação de atendimento na cor azul	
Termo de Responsabilidade	
Escuta de sofrimento	
Intermediação em casos de urgência e prioridade junto ao médico	

Aviso de óbito	
Realização de grupos de pessoas enfermas	
Acompanhar cuidados com o paciente	
Conselho Disciplinar e de Monitoramento	Cerceamento de liberdade
Acompanhamento de casos de transferência com a finalidade de assegurar a ida do usuário	
Participação em audiência com a finalidade de compor informações, relatar o comportamento do usuário e /ou opinar sobre a medida dada	
Autorizações em instrumento técnico de instituições filantrópicas conveniadas para liberação de benefícios (fraldas, vale transporte e cestas básicas)	Atribuição de outra Instituição

Dados da Pesquisa (2015)

Analisando o quadro acima, percebemos o quanto há ainda presente no Serviço Social a ideia que a profissão está para “ajudar”, um ajudar motivado pela confiança, visto que o setor ainda é responsável pelos “achados e perdidos” e pelos pertences dos usuários, além de liberação de transportes, senha para refeição, realização de festas e datas comemorativas e marcação de consultas e exames para aqueles que estão impossibilitados e até etiquetagem de defunto[77]. Em muitas dessas situações estão presentes também a pressão e a imposição institucional, conforme podemos perceber na seguinte anotação da agente fiscal:

> “Sobre marcação de consulta, a assistente social falou que faz porque é determinado, mas reconhece que não é atribuição do Serviço Social” (ISVF 2).

[77]A etiquetagem de defunto ocorre no momento da liberação do corpo para o responsável da funerária, de acordo com as anotações da agente fiscal no Instrumento de Sistematização de Visita de Fiscalização, o Serviço Social, como setor responsável para liberação do corpo e de toda documentação referente ao óbito, realizava também a identificação do defunto em etiqueta e colocava no corpo, justificando que aguardar um técnico de enfermagem para realizar tal procedimento, provocaria um atraso na liberação do corpo.

Este contexto nos permite afirmar que a tendência à Racionalidade Tecnológica e o desrespeito às atribuições e às competências bem como aos princípios estabelecidos no Código de Ética Profissional estão fortemente presentes no exercício profissional, conforme podemos perceber a partir da análise do conteúdo latente dos documentos da fiscalização do CRESS/PE, principalmente nos relatórios das agentes fiscais.

Apesar de todos esses elementos que comprovam a existência da influência da racionalidade tecnológica e persistência do ranço conservador no exercício profissional, podemos identificar a presença de elementos da perspectiva crítica, em consonância com o Projeto Ético-Político profissional (5%), através de registros como:

"As demandas que não são de competência do Serviço Social não são aceitas pelo setor e todas são encaminhadas para o setor competente através da informação e orientação. O 'não' é sempre dado com qualidade, competência e fundamento. E em reuniões, a coordenadora busca explicar o porquê do Serviço Social não absorver tais demandas" (ISVF 30).

"Analisando algumas ações realizadas pelo setor, a coordenadora e as assistentes sociais presentes no momento, afirmaram, que a autorização para visitas e troca de acompanhantes é de responsabilidade do serviço social e que não abrem mão de tal responsabilidade, visto que a equipe faz a leitura que, neste momento, é possível fazer um estudo da família através do contato, da escuta, da ligação dos laços dos usuários, não é uma atividade mecânica e burocrata. A avaliação tem uma fundamentação técnica" (ISVF 731).

"*O Serviço Social orienta os pacientes para buscarem seus direitos e está sempre fazendo uma leitura da realidade e da conjuntura para se posicionar de forma crítica" (ISVF 28).*

A Racionalidade Tecnológica foi identificada através de anotações das[78] agentes fiscais como a falta de plano de atuação do Serviço Social (6%), fazendo com que os assistentes sociais executem exclusivamente o plano institucional, tendo justificativas como:

[78] Utilizo artigo no feminino ao referir Agente Fiscal, porque no CRESS/PE há apenas duas agentes fiscais e ambas são do sexo feminino.

"*As atribuições são de um técnico em Saúde Mental" (ISVF 36).*
"Não há uma atribuição exclusiva do profissional" (ISVF 36).
"Ninguém mandou eu fazer" (ISVF 01).
"Na instituição, uma única assistente social da equipe de quatros profissionais fez o plano de atuação e não contou com a participação das demais colegas" (ISVF 29).

Identificamos também que alguns profissionais, principalmente da assistência social e da saúde, atuam com base em normativas dos Ministérios ou regimentos das instituições, conforme podemos perceber em registros como:

"Está determinado pelo Ministério, na tipificação" (ISVF 17).
"Atendemos metas institucionais" (ISVF 18).

A matriz motora da dificuldade sinalizada pelos assistentes sociais fiscalizados está na falta de autonomia profissional, exemplificada e justificada pela falta de respeito para com os profissionais, da desconsideração pela categoria e por suas atribuições e competências profissionais. Isto se agrava com a ausência de concursos públicos, pois a quase metade dos fiscalizados atua por meio de contrato (48%), o que os torna mais vulneráveis frente às pressões institucionais. Podemos ilustrar isso, através de registros como:
"Não existe coordenação de Serviço Social, pois está vinculado a divisão médica" (ISVF 34).
"Demandas excessivas, tudo recai no Serviço Social, o Serviço Social faz tudo" (ISVF 35).
"Supervisão da equipe psicossocial sob-responsabilidade de um profissional de nível médio" (ISVF 02).

Tal situação não é deslocada da realidade social mais ampla, já que vivenciamos um período de desmonte das políticas públicas, da desregulamentação do trabalho e de influência da ideologia do racionalismo tecnológico, o que vem desconsiderar a especificidade de cada profissão, convertendo profissionais em técnicos, sinalizando uma tentativa de ressignificação da direção do Projeto Ético-Político profissional em prol de uma finalidade institucional, ou melhor dizendo, de uma racionalidade capitalista. E também uma desprofissionalização, quando o

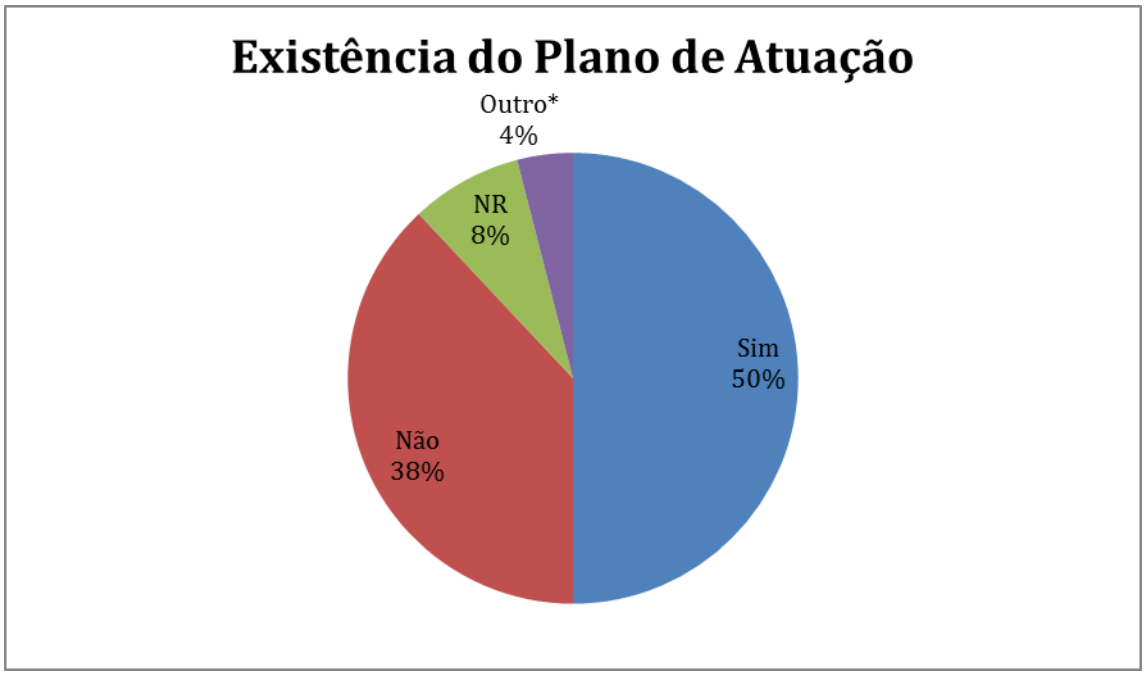
profissional passa assumir com sua responsabilidade atividades simples e de caráter meramente administrativo e burocrático.

3.3 A Dimensão Técnico-Operativa: As Possibilidades de Materialidade do Projeto Ético-Político Profissional numa Arena de Limites Impostos pela Racionalidade Tecnológica

Em razão da natureza do Serviço Social o exercício profissional se manifesta mais visivelmente através de ações interventivas, as quais são movidas pela necessidade de oferecer respostas às demandas institucionais. Nessa intervenção o profissional necessita de instrumentais técnico-operativos capazes de atender às requisições, mas não apenas, visto que a intervenção tem caráter político, conduzido por intencionalidades, a qual engloba não apenas os procedimentos técnico-operativos, mas também o processo de organização teórico-metodológico e ético-político da ação profissional.

Considerando a importância do planejamento para a definição dos rumos ou das estratégias de intervenção profissional constata-se na pesquisa que metade dos fiscalizados afirma ter um plano de atuação exclusivo do Serviço Social, embora nos registros realizados pelas agentes fiscais este dado não esteja claramente explicitado, enquanto 38% negam a existência de planejamento de longo prazo para o Serviço Social. Um planejamento possui um papel fundamental, porque nele as ideias, sugestões e/ou intenções se transformam em propostas, como também, o planejamento é um subsidio para se pensar e avaliar o porquê de uma intervenção, de forma crítica, propositiva e capaz de atender as necessidades reais dos usuários.

GRÁFICO 4 - EXISTÊNCIA DO PLANO DE ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL



Dados da pesquisa (2015).

Este dado chama atenção, visto que na análise dos Instrumentos de Sistematização de Visita de Fiscalização (ISVF) não foi identificada referência ao plano de atuação e, sim, uma atuação com base na política institucional e nas normativas ministeriais.

Segundo Matos,

> Ao escrever para planejar o que fazer, a equipe está apurando ideias, sugestões, intenções e transformando-as em propostas. Mesmo que muitas não sejam cumpridas e outras sofram alterações diversas, é esse planejamento escrito que dá subsídios para se pensar e avaliar o porquê. E é esse porquê, com seu grau de novidade, que contribui para a reflexão crítica na reestruturação da intervenção, com vistas a efetivar um trabalho que, de fato, vá ao encontro das necessidades apresentadas pelos usuários (2013, p. 120 e 121).

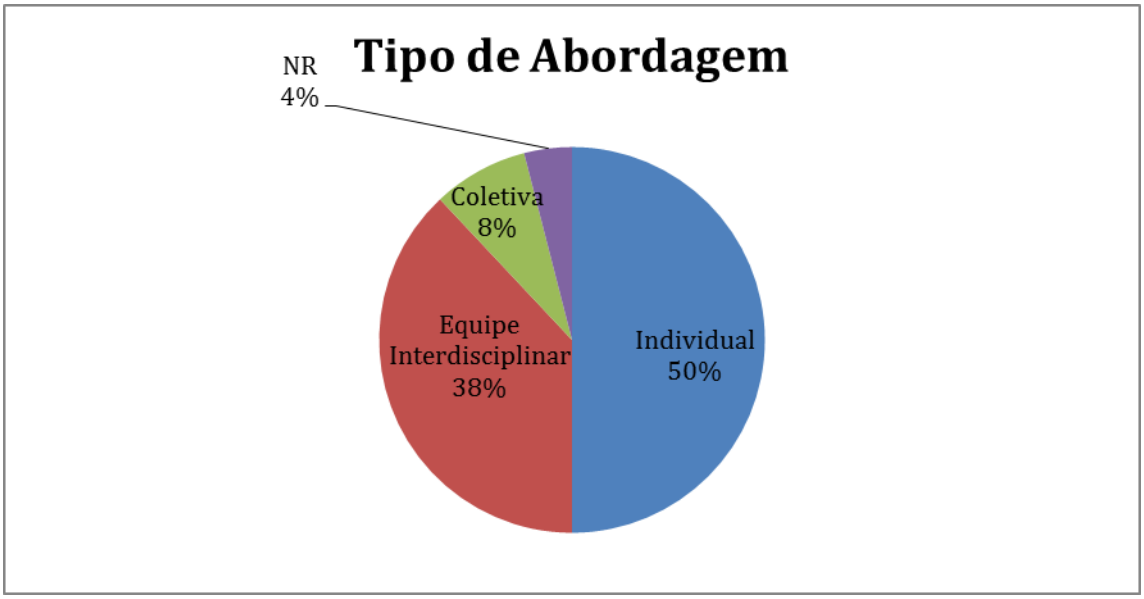
A ausência de plano de atuação sinaliza uma ausência de compreensão estratégica da profissão, a finalidade, o porquê referido por Matos, ou por outra uma incompreensão da importância mesma do planejamento para a definição da direção ético-política do fazer profissional, abrindo possibilidade para uma intervenção meramente técnica, desconexa do Projeto Ético-Político profissional e mais propenso aos limites impostos pela Racionalidade Tecnológica. Corrobora com isto e

ao mesmo tempo reforça a inespecificidade profissional a que são expostos os profissionais, convertidos todos em técnicos responsáveis pela execução e controle das políticas públicas.

Quando uma demanda é apreendida de forma imediata, não refletida, a espontaneidade se torna presente como uma forte característica da cotidianidade e este cotidiano precisa ser refletido, para que o exercício não se torne restrito ao instrumental, ao que é de rotina da instituição. Tais elementos colocam o serviço social frente a uma tendência pragmatista, capaz de responder apenas mecanicamente às demandas. Tudo isso, segundo Guerra, reforça a ideia que o exercício profissional é isento de teoria, de uma racionalidade, da necessidade de se indagar sobre a realidade, de valores éticos e de uma direção política social (2012a, p. 46).

A abordagem, entendida como um instrumento técnico-operativo - um instrumento de aproximação para a construção de um diálogo, para troca de informações necessárias à intervenção profissional -, ocorre tanto no âmbito individual, como no coletivo, no entanto identificamos mais a recorrência de abordagem coletiva (46%), pois unimos os 8% que afirmaram utilizar a abordagem coletiva, com os 38% que afirmaram utilizar a abordagem interdisciplinar.

GRÁFICO 5 - TIPO DE ABORDAGEM



Dados da pesquisa (2015).

No que se refere ao quesito avaliação, dos que afirmaram avaliar a sua prática, citam metodologias que na verdade são instrumentos técnico-operativos não indicados para tal (Ficha Cadastral/Formulários (6%), diário de campo (4%), dentre outros) e sim para registrar a ação desenvolvida e/ou atendimento realizado e Pesquisa de Satisfação (2%)[79], esta especificamente é utilizada com o objetivo de avaliar quantitativamente o serviço ofertado pela instituição e não a prática do Serviço Social.

QUADRO 2 - INSTRUMENTOS UTILIZADOS PARA AVALIAÇÃO DA PRÁTICA E REGULARIDADE DESSA AVALIAÇÃO

TIPOS DE INSTRUMENTOS	QNT.	(%)	REGULARIDADE DA AVALIAÇÃO	QNT.	(%)
Reunião de equipe/ Reunião técnica	15	30%	Sem periodicidade	13	26%
Não existe	10	20%	Mensal	09	18%
Relatórios de atividades	05	10%	Diariamente	04	8%
Ficha cadastral/formulários	03	6**%**	Semanal	02	4%
Diário de campo/livro de registro	02	4%	Bimestral	02	4%
Tabelas/mapas mensais	02	4%	Trimestral	01	2%
Pesquisa de Satisfação	01	2%	Periódica	01	2%
NR	12	24%	Não há regularidade	01	2%

Dados da pesquisa (2015).

Conforme explicitado acima, a reunião é o instrumento técnico-operativo mais utilizado para a avaliação da prática. Nela é identificada uma dinâmica que envolve vários aspectos, como as relações de poder que permeiam a equipe e as decisões a serem tomadas e o grau de autonomia da equipe, como também a direção coletiva assumida ou disputada no grupo. A reunião, como espaço coletivo, também é utilizada com instrumento de avaliação, por permitir um momento de reflexão sobre

[79] A pesquisa de satisfação não tem a finalidade de avaliar o serviço social e sim o atendimento da instituição no geral.

determinada situação e/ou ação desenvolvida, como também por ter como objetivo a tomada de uma decisão. Ela faz parte do plano de atuação, pois toda finalidade precisa ser vista e revista, como forma de atender à realidade na sua totalidade.

Assim como a reunião, o relatório de atividade também contribui para o processo de avaliação da prática, pois os registros ali presentes constituem informações pertinentes para um processo de planejamento e reflexão da experiência. O relatório de atividade e as reuniões técnicas, juntos, são fundamentais para a construção e discussão do plano de atuação, pois ambos contribuem para o processo de sistematização da prática e avaliação. Um dado que chama atenção no processo de avaliação da prática é a regularidade dessa avaliação. Para os 56% que sinalizam realizar a avaliação da prática através de reuniões e relatórios de atividades, a maioria não realiza numa periodicidade regular, o que indica limites quanto à sua contribuição para um exercício profissional consoante com o Projeto Ético-Político profissional.

Outro ponto referente à periodicidade da avaliação é que o somatório das respostas excede o quantitativo de assistentes sociais que afirmam realizar a avaliação da prática. Tal fato ocorre porque alguns assistentes sociais assinalaram mais de um período, o que pode ser interpretado em razão das pressões pelas respostas imediatas que sofrem os profissionais ou mesmo como parte de cultura de organização do trabalho, principalmente quando 28% dos que avaliam afirmam não haver periodicidade e nem regularidade.

A regularidade da avaliação confrontada com a periodicidade dos relatórios de atividades, instrumento utilizado pelos assistentes sociais para a avaliação da prática, permite identificar pressão pelo *quantum* de atendimentos que a lógica da Racionalidade Tecnológica encerra, visto que estes relatórios na grande maioria são quantitativos, cujo objetivo é subsidiar as planilhas institucionais sobre o cumprimento de metas.

TABELA 5 - PERIODICIDADE DO RELATÓRIO DE ATIVIDADE

PERIODICIDADE	QNT.	%
MENSAL	29	58%
ANUAL	08	16%
NÃO FAZ	05	10%
DIÁRIO	03	6%
NR	03	6%
TRIMESTRAL	01	2%
SEM PERIODICIDADE	01	2%
TOTAL GERAL	**50**	**100%**

Dados da pesquisa (2015).

Na análise dos dados, identificamos que 84% dos assistentes sociais fiscalizados realizam relatórios de atividades. Destes, 62% afirmam que os relatórios são apenas quantitativos, 23,8% dos relatórios são qualitativos e 14,2% afirmaram que os relatórios são qualitativos e quantitativos. Os assistentes sociais que afirmaram não elaborar relatórios de atividades do Serviço Social (10%) justificaram de maneiras diversas: 20% alegam não haver uma demanda institucional, 20% por ser elaborado em equipe, 20% justificam dizendo que como não há um plano de atuação do Serviço Social, não faz relatório (é feito um relatório mensal de ações da gerência, comum a todos os técnicos) e 20% justificam dizendo que é atribuição apenas da coordenação. Chama a atenção o fato de que 20% afirmam que produzem os dados, mas o relatório é realizado pela administração.

Tais dados reforçam a importância de um plano de atuação capaz de elencar as prioridades a serem desenvolvidas e que contemple as formas, os instrumentos e a periodicidade de avaliação. Sistematizar e avaliar a prática são processos técnico-operativos importantes para o exercício profissional e suas estratégias de elaboração e execução devem estar claras para os assistentes sociais, visto que manifestam a intencionalidade do fazer, o que não depende (ou não deveria depender) de uma determinação da coordenação ou da instituição.

Por outro lado, a inexistência dos relatórios de atividade, bem como do planejamento, também pode ser justificada pelo excesso de demanda. Em dez ISVF identifica-se que a demanda do Serviço Social é grande, muitos usuários por número

de assistentes sociais, e em um desses ISVF foi constatado que as Secretarias, às quais se vinculam institucionalmente, estabelecem metas de atendimentos por profissional/mês para atingir dado nível de produtividade, o que representa a intensificação do trabalho. No entanto, segundo consta no ISVF, os assistentes sociais não recebem por produtividade, enquanto os demais profissionais, sim. O número excessivo de demandas e a exigência de metas têm causado o adoecimento de profissionais, conforme relatos dos profissionais.

"Identificamos demandas adoecedoras" (ISVF 26).

"Há determinação do quantitativo de atendimento por assistente social" (ISVF 01).

"Apenados têm acesso às informações do relatório e parecer através de advogados e isso é um risco para a segurança dos profissionais" (ISVF 03).

O adoecimento dos profissionais tem a ver com a dinâmica do trabalho atual na sociedade capitalista, e no caso dos profissionais de Serviço Social, também, por trabalhar com as múltiplas expressões da questão social, ficando assim exposto a situação de desgastes e estresses. Os assistentes sociais trabalham em situações adversas e dependendo da sua área de atuação, realizam atividades que provocam um estado de profundo estresse e também porque, além de trabalhar no cotidiano brutal da fome, da miséria, dos diversos tipos e formas de violência, da exploração e opressão, também estar passivo de sofrer diversos tipos e formas de violência e exploração.

No que diz respeito ao registro dos atendimentos individuais, constata-se que a maioria recai sobre o cadastro institucional ou prontuários/fichas individuais, seguido do instrumento da equipe multidisciplinar, conforme explicitado no quadro abaixo.

QUADRO 3 - REGISTRO DE ATENDIMENTO E TIPO DE INSTRUMENTO TÉCNICO OPERATIVO UTILIZADO

REGISTRO DE ATENDIMENTO	QNT.	%
Cadastro institucional/prontuários/ficha individual	58	60%
Instrumento da equipe multidisciplinar	17	18%
Livro de ocorrência/Livro Ata/Livro do Serviço Social/Caderno	11	12%
Não faz registro	03	3%
Relatórios	02	2%

Anamnese/triagem	02	2%
Ficha de Atendimento/ Entrevista Social	02	2%
Boletim de produção ambulatorial (BPA)	01	1%
TOTAL	**96**[80]**.**	**100%**

Dados da pesquisa (2015)

Dos assistentes sociais fiscalizados que afirmaram não realizar registro, cada um apresentou justificativas distintas: por não exercer a função clínica, pelo fato do Serviço Social não ter um espaço profissional para ações mais específicas, então não há o que registrar, e apenas um não apresentou justificativa alguma.

Na pesquisa não foi identificada uma expressiva utilização de instrumentos específicos do serviço social, pois apenas 12% citaram o livro de Serviço Social. Os demais especificaram cadastro, prontuários e fichas individuais (60%) e/ou instrumentos da equipe multidisciplinar (18%) para registrar o atendimento realizado, dentre outros. Tal fato pode ser justificado pela tendência à desespecialização, que é a diluição da formação especializada e equiparação entre diversas profissões do social.

Um dos desafios hoje para o Serviço Social é concretizar o Projeto Ético-Político da profissão no dia a dia do serviço, por isso é importante a reflexão sobre o registro em Serviço Social, pois segundo Matos, “o registro escrito é uma objetivação do trabalho profissional e como tal é uma expressão do exercício profissional” (2013, p. 110),registro é possuidor de intencionalidade.

A reduzida menção aos instrumentos específicos do Serviço Social coloca uma questão para reflexão: quais os tipos de informações estão sendo registrados nestes prontuários e instrumentos multiprofissionais? Esta pergunta remete à finalidade da intervenção profissional, logo ao planejamento. Considerando que 38% afirmam não possuir plano de atuação do Serviço Social, este dado pode tornar-se preocupante. “O planejamento do exercício profissional não é um detalhe, uma vez que é no exercício profissional planejado que encontraremos, também, a intencionalidade do que, para que e como registrar” (MATOS, 2013, p. 120).

Para se registrar adequada e eticamente é preciso ter clareza da finalidade da intervenção. A falta disso pode dificultar a identificação das informações mais

[80] O somatório das respostas excede o quantitativo de 50, porque as assistentes sociais fiscalizadas assinalaram mais de uma alternativa.

relevantes para a continuidade do atendimento pelos demais profissionais que compõem a equipe. Não se trata de refutar o uso de prontuários, pois eles podem ser utilizados com elo na compreensão das diferentes dimensões que envolvem uma demanda de um usuário como também pode cooperar com a comunicação entre os profissionais. O que chama a atenção é a ausência significativa de um planejamento, a reduzida menção dos instrumentos específicos da profissão e também a guarda desse material técnico. Segundo Matos, “tão importante quanto o prontuário único do usuário, é o registro dessas informações em arquivo distinto, sob os cuidados apenas desse setor profissional” (2013, p. 132).

Segundo a Resolução do CFESS n°493/2006, o local de atendimento do Serviço Social deve ter um espaço suficiente para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado. Não havendo esta possibilidade, o arquivo poderá estar em outro espaço físico, desde que seja de uso e acesso restrito aos assistentes sociais, pois este material é de caráter reservado e sigiloso[81].

Foram identificadas poucas informações sobre a guarda do material técnico do Serviço Social, o que se justifica pela existência de pouco ou quase nada instrumentos específicos da profissão e os registros serem realizados na maioria das vezes em prontuários e/ou fichas gerais. Nas informações sobre a guarda do material, apenas em 07 (sete) documentos constataram-se algumas situações conflituosas, quando a gerência teve acesso ao livro de ocorrência do Serviço Social e a existência de armários sem chave o que configura uma quebra de sigilo e desrespeito à autonomia profissional.

Concluída a exposição dos dados relativos à dimensão técnico-operativa da profissão, algumas questões chamam a atenção: ausência de planejamento e de avaliação sistemática da prática, pressão pelos registros quantitativos, como expressão do produtivismo. Vale registrar a necessidade de se refletir mais intensamente sobre as atividades desenvolvidas pelos assistentes sociais e como estão sendo realizadas essas atividades; precisamos discutir sobre os instrumentos operativos da profissão de forma que essa discussão tenha repercussão significativa

[81] Segundo artigo 2° da Resolução do CFESS n° 556/2009, “entende-se por material técnico sigiloso toda documentação, que pela natureza de seu conteúdo, deva ser de conhecimento restrito e, portanto, requeiram medidas especiais de salvaguarda para sua custódia e divulgação”.

no cotidiano profissional, que estes estudos possam investir na apreensão da profissão e de suas múltiplas determinações na atual conjuntura.

3.4 A Dimensão Ético-Política: o Exercício Profissional no Marco das Relações de Poder e de Forças Sociais da Sociedade Capitalista

O assistente social realiza sua atividade profissional nos marcos das relações de poder e de forças sociais, conforme trabalhado no segundo capitulo, portanto, a neutralidade não é uma característica presente no exercício profissional. O fato de essas relações serem contraditórias vai exigir um posicionamento político, por parte do profissional, diante da realidade social na qual atua.

O serviço social possui uma direção social, valores éticos que orientam e sustentam o exercício profissional, os quais são expressos no Código de Ética Profissional do Assistente Social. Segundo Barroco e Terra,

> O Código de Ética se organiza em torno de um conjunto de princípios, deveres, direitos e proibições que orientam o comportamento ético profissional, oferecem parâmetros para a ação cotidiana e definem suas finalidades ético-políticas, circunscrevendo a ética profissional no interior do Projeto Ético-Político e em sua relação com a sociedade e a história (2012, p. 53).

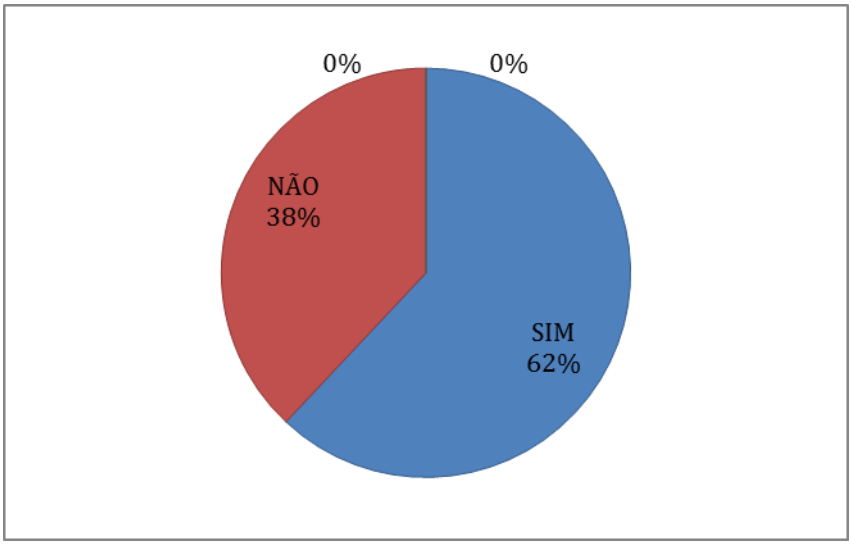
No Código de Ética estão presentes dois projetos, tanto o projeto societário como o projeto profissional, visto que, este possui dimensões de um projeto societário, explícito nos princípios que a nossa intervenção deve ser orientada em prol de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero. Isto se manifesta na defesa intransigente dos direitos humanos, na recusa do arbítrio e do autoritarismo, na ampliação e consolidação da cidadania, no posicionamento em favor da equidade e justiça social, defesa do aprofundamento da democracia, empenho na eliminação de todas as formas de preconceito etc.

Para que o exercício profissional tenha esta direção social, os assistentes sociais precisam ter clareza da finalidade da sua intervenção e assumir o Projeto Ético-Político no cotidiano do seu exercício profissional. Na análise dos dados, identifica-se que 62% dos fiscalizados possuem o código de ética atualizado. No entanto, o fato de 38% terem afirmado que não possuem a edição atualizada do Código chama atenção para um aspecto preocupante. Que Código está orientando o exercício profissional desses assistentes sociais? Como nos relatórios também não

se encontra especificada qual versão o profissional adota do Código de Ética de 1993[82], uma segunda possibilidade é que os profissionais formados há mais tempo tenham tido acesso apenas às versões anteriores do Código Ética aprovado em 1993.

Considerando, ainda, que 28% dos assistentes sociais fiscalizados foram graduados no período entre os anos de 1970 a 1980 (conforme gráfico1) pode ser que esses profissionais estejam orientados por Código de Ética anterior ao de 1993[83].

GRÁFICO 6 - EDIÇÃO ATUALIZADA DO CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL



Dados da pesquisa (2015).

No Relatório de Visita de Fiscalização, a agente fiscal pergunta ao profissional se tem feito algo para aplicar o Código de Ética no seu cotidiano[84]. Apesar da

[82] O Código de Ética Profissional de 1993 está na sua 9ª versão revisada e atualizada em 2011. O texto base é de 1993. A versão atual incorpora as alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº290/94, 293/94, 333/96 e 594/11. As alterações incorporadas incluem as modificações decorrentes das novas regras ortográficas da língua portuguesa, da numeração sequencial dos princípios fundamentais do Código e do reconhecimento da linguagem de gênero, adotando-se em todo o texto a forma masculina e feminina, simultaneamente; esta, além de uma mudança formal, expressa um posicionamento político.

[83] Os Códigos de Ética Profissional anteriores ao de 1993 foram de 1986, 1975, 1965 e 1947, todas essas edições estão disponíveis para consulta no site do CFESS (http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/regulamentacao-da-profissao).

[84] Essa pergunta presente no Relatório de Visita de Fiscalização chama atenção para a finalidade do Código de Ética Profissional, pois o Código não é normativo e sim um conjunto de princípios que deve orientar toda ação profissional, então o termo “aplicar” traz uma conotação técnica e que pode

maioria (62%) afirmar que tem buscado aplicar no seu cotidiano de trabalho o Código de Ética, 22% afirmam não fazer nada e 14% não responderam à questão, o que dá a ideia que 36% ignoram o Código de Ética. Isto é mais um dado preocupante, visto que no Código de Ética estão presentes os princípios que norteiam a profissão e os direitos e deveres de todo e qualquer profissional de Serviço Social. Sendo o Código de Ética uma das peças balizadoras do Projeto Ético-Político, a desconsideração no cotidiano do exercício profissional, pode ser indicativa de uma atuação iluminada pelas inúmeras vertentes do irracionalismo (EVANGELISTA, 1992).

Ao refletir sobre as atribuições e competências profissionais, 80% dos assistentes sociais fiscalizados afirmam relacionar os artigos 4° e 5°[85] da Lei de Regulamentação com o seu exercício profissional. Os demais assim se posicionaram: 6% afirmam que não relacionam; 8% não responderam e 6% afirmam desconhecer o conteúdo da lei. Mesmo sendo uma minoria, é preocupante, pois ter clareza das suas atribuições e competência é imprescindível para o exercício profissional e o fortalecimento do Projeto Ético-Político hegemônico na profissão.

Dos 6% que afirmaram não relacionar os artigos com o seu exercício profissional, apenas um justificou pelo fato de estar na função de gerência, o que também revela desconhecimento da Lei, visto que, no seu artigo 4°, nos incisos I e X aparecem as atribuições de coordenação, organização e administração de serviços na área do Serviço Social. Isto pode ser indicativo de que os demais - que afirmam não identificar relação entre a legislação e a prática - ou mesmo aqueles que responderam à questão estejam, de fato, desconhecendo a Lei ou, por outra, encontrem-se tão submersos no cotidiano que não identifiquem aproximações entre a sua realidade e os instrumentos que regem a sua profissão. Em ambos os casos aqui aventados, o que se denota é um processo de estranhamento em face da atividade profissional.

A dinâmica institucional tem colocado para os assistentes sociais a execução e reprodução de normas e deveres de maneira pragmática que não atendem à ética

induzir ao erro, mesmo assim, optamos colocar o dado, considerando a perspectiva que o uso ou não do Código no cotidiano traz elementos para pensar sobre que princípios estão norteando o exercício profissional na atualidade.

[85] Estes artigos referem-se às competências e atribuições privadas do assistente social. Competências são qualificações profissionais de âmbito geral sem prejuízo do igual reconhecimento a outros profissionais. E atribuições privativas também são competências, porém exclusivas da formação profissional de assistente social.

e nem às atribuições e às competências elencadas na Lei de Regulamentação da Profissão em seus artigos 4° e 5°.

> A vida cotidiana é o espaço de reprodução do trabalho do assistente social. As demandas típicas das instituições rebatem na dinâmica da cotidianidade, ganhando consistência, pois a heterogeneidade, a repetição, a falta de crítica, o imediatismo, a fragmentação, o senso comum, o espontaneísmo são atitudes típicas da vida cotidiana repetidas automaticamente em face da burocracia institucional. Ou seja, a burocracia favorece essa dinâmica (BARROCO, 2012, p. 73).

Ainda analisando os itens sobre os instrumentos normativos, percebemos que há uma minoria, porém significativa (32%), que desconhece algumas das normativas da nossa profissão, mais precisamente sobre a guarda do material técnico[86] e sobre a lacração do material técnico sigiloso do Serviço Social[87].

No “miúdo enfrentado do exercício profissional” (YASBEK, 2011), a discussão sobre guarda do material técnico e sobre lacração do material técnico não estão presentes como deveriam. Identificamos que apenas 21% dos Instrumentos de Sistematização de Visita de Fiscalização (ISVF) têm a informação sobre a guarda do material técnico; destes, muitos são arquivados em armários com chaves (28%), prontuário de usuários (28%), não há arquivos específicos (28%) e 16% afirmaram que são arquivados em armários, no entanto, por determinação da gerência, são armários sem chaves.

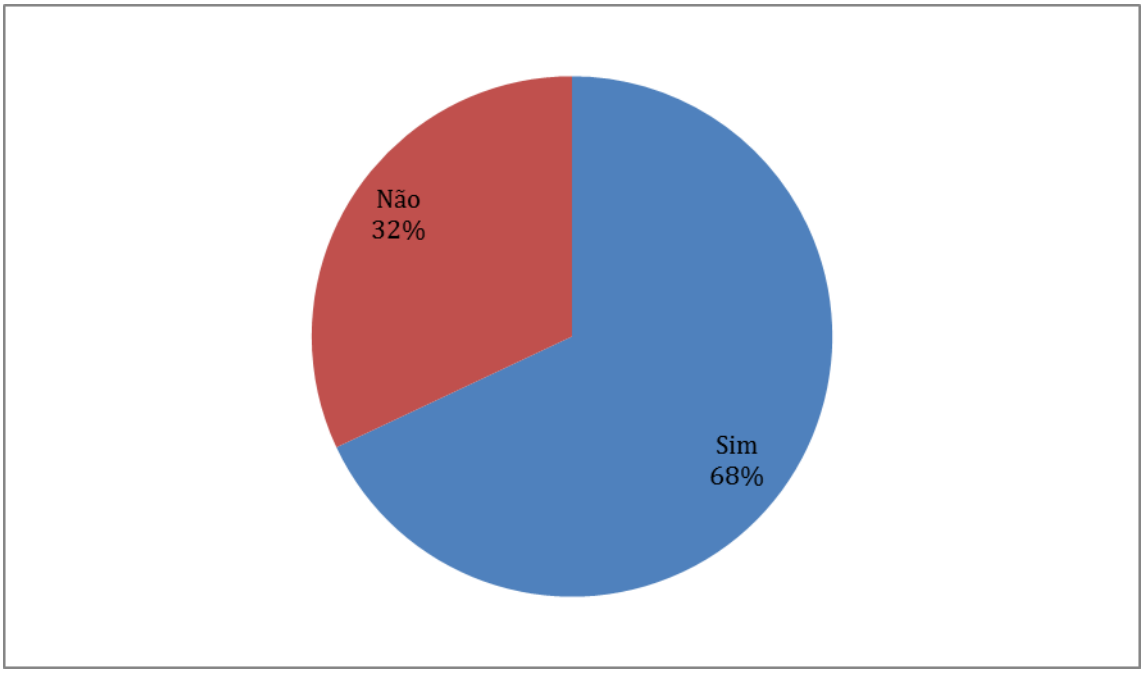
O fato de ser arquivado em prontuários e não haver armários específicos reflete o que identificamos no Quadro 2 em que 60% dos assistentes sociais registram em cadastro institucional/prontuários/ficha individual e 18% em instrumento da equipe multidisciplinar, no entanto, o que precisa de uma atenção, mesmo sendo minoria, é o fato de 16% dos assistentes sociais não arquivarem o material em armários com chaves por determinação da gerência, o que pode sinalizar falta de autonomia profissional ou desconhecimento das Resoluções do CFESS que dispõem sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional e

[86] Resolução do CFESS n° 493/2006 que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Disponível em: http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/Resolucao_493-06.pdf

[87] Resolução do CFESS n° 556/2009 que dispõe sobre os procedimentos para efeito de lacração do Material Técnico e Material Técnico sigiloso do Serviço Social. Disponível em: http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/Resolucao_CFESS_556-2009.pdf

lacração do material técnico sigiloso. Lembre-se que apesar da maioria conhecer (68%) as orientações presentes nesta resolução, estas não são totalmente viabilizadas no cotidiano profissional.

GRÁFICO 7 - CONHECIMENTO SOBRE O PROCEDIMENTO DE LACRAÇÃO DO MATERIAL TÉCNICO SIGILOSO DO SERVIÇO SOCIAL



Dados da pesquisa (2015).

Concordamos com Tonet, ao afirmar que “ética e capitalismo se excluem radicalmente” (2009, p. 11) e se excluem porque os ditames da reprodução da ordem burguesa, presentes nas instituições públicas, determinam a execução de atividades muitas vezes distantes e contrárias às da normatização da profissão. Daí a importância da organização política da categoria, tanto no sentido da socialização e debate sobre a orientação teórica e ideopolítica hegemônica na profissão quanto no sentido do desenvolvimento de mecanismos e formas de atuação negadoras do conservadorismo, o que demanda um posicionamento profissional frente ao um conjunto de valores e princípios.

Um dado importante no tocante à organização política diz respeito ao papel das entidades representativas da profissão, a começar pelo CRESS, visto que parte importante da categoria não considera estar vinculada ao Conselho, apesar de inscritos: 70% dos assistentes sociais fiscalizados negaram ter vinculação a alguma entidade organizativa, e apenas 18% responderam positivamente. Partindo do

suposto de que a totalidade dos assistentes sociais fiscalizados é inscrita no CRESS, a considerada inexistência de vínculos pode ser reveladora tanto do desconhecimento do papel do CRESS, como entidade político-organizativa da categoria, quanto da falta de clareza sobre a organização política de classe e sua relação com os movimentos sociais. Ilustra esta premissa o fato de que ao responderem a qual entidade estão vinculados, alguns responderam Marcha Mundial das Mulheres, Prefeitura etc. Foram citados, ainda, os sindicatos, associações e uma minoria o CRESS.

Estes dados revelam a necessidade de aprofundamento do debate político entre os profissionais, destacando a importância do conjunto CFESS/CRESS, do seu papel político-organizativo, o qual precisa estar cada vez mais atuante e próximo da categoria, discutindo e refletindo sobre todas essas questões; este “tem sido um grande desafio para o Conjunto CFESS-CRESS contribuir no processo de socialização da política e, desse modo, criar estratégias de aproximação da profissão com as forças organizativas” (SILVANA SANTOS, 2012, p. 52).

Na reflexão desses dados, devemos considerar também a dinâmica de desorganização de classe presente no capitalismo reestruturado. De acordo com Antunes, “a crise atingiu também diretamente a subjetividade do trabalho, sua consciência de classe, afetando seus organismos de representação, dos quais os sindicatos e os partidos são expressão” (2011, p. 167). Dias traz um pensamento gramsciano ao afirmar que “um dos principais elementos de subordinação do pensamento e das práticas das classes subalternas é precisamente a brutal dificuldade de elas elaborarem a sua própria identidade” (1997, p. 20). O CRESS tem este papel de construir e fortalecer a identidade da categoria, como classe profissional. A conjuntura tendencialmente reduzida à cotidianidade, à imediaticidade, à fragmentação provoca a perda da “perspectiva da construção do momento ético-político, vale dizer o da construção da sua identidade como classe e, portanto, o projeto de sua hegemonia” (DIAS, 1997, p. 20).

QUADRO 4 - ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS ASSISTENTES SOCIAIS FISCALIZADOS

PARTICIPAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS EM CONSELHO DE POLÍTICA PÚBLICA	
NÃO PARTICIPAM	94% (47)[88]
NR	4% (2)
PARTICIPA	2% (1)
MOTIVOS DA NÃO PARTICIPAÇÃO	
NÃO JUSTIFICARAM	68% (32)
AFIRMARAM NÃO TER TEMPO	20% (9)
AFIRMARAM NÃO TER INTERESSE	4% (2)
AFIRMARAM NÃO TER APOIO DA INSTITUIÇÃO/OPORTUNIDADE	4% (2)
AFIRMOU QUE JÁ PARTICIPOU, MAS NÃO PARTICIPA MAIS	2% (1)

Dados da pesquisa (2015).

Segundo Yazbek, “o trabalho do assistente social pode colaborar na construção de hegemonia ou de contra hegemonia e, sobretudo, pode politizar relações despolitizadas” (2011, ix). Discutir políticas públicas na instituição é extremamente relevante, contribui para subsidiar a reflexão sobre a situação em que a questão social se apresenta hoje e as possíveis formas de enfrentamento. É preciso construir respostas e estabelecer mediações, segundo a autora, capazes de articular a vida social das classes subalternas com o mundo público dos direitos e da cidadania, com vista à construção de uma nova ordem societária.

[88] Na sistematização e análise dos dados, não foi possível identificar que tipo de participação é esse, porque as opções de respostas eram sim ou não, não havendo alternativa para informar se a participação era como conselheiro ou como população no âmbito geral.

QUADRO 5 - DISCUSSÃO SOBRE POLÍTICA PÚBLICA

TEM FEITO ALGUMA DISCUSSÃO SOBRE POLÍTICA PÚBLICA NESSA INSTITUIÇÃO?	
SIM	50% (25)
NÃO	44% (22)
NR	6% (3)
FORMA QUE TEM DISCUTIDO POLÍTICA PÚBLICA	
ATRAVÉS DE GRUPOS DE ESTUDO/TREINAMENTOS/CURSOS E CAPACITAÇÕES	24% (6)
ATRAVÉS DE GRUPO DE TRABALHOS COM OS USUÁRIOS E FAMILIARES	24% (6)
ATRAVÉS DE REUNIÕES TÉCNICAS E GERENCIAIS	36% (9)
NÃO RESPONDEU ADEQUADAMENTE A PERGUNTA (FALOU SOBRE OS TEMAS DISCUTIDOS)	12% (3)
NR	4% (1)
DOS QUE RESPONDERAM NÃO DISCUTIR POLÍTICAS PÚBLICAS NA INSTITUIÇÃO, JUSTIFICARAM.	
POR NÃO HAVER ESPAÇO/OPORTUNIDADE NA INSTITUIÇÃO	23% (5)
POR DISCUTIR APENAS COM A EQUIPE/COLEGAS ASSISTENTES SOCIAIS	5% (1)
Não Justificou (NJ)	72% (16)

Dados da pesquisa (2015).

Os dados acima revelam que 50% dos assistentes sociais fiscalizados está acompanhando as discussões das entidades do serviço social sobre políticas públicas. Por outro lado, 44% dos fiscalizados afirmam não participar de discussões sobre as políticas públicas e 14% não responderam. As justificativas e opiniões não ficaram tão claras, e quase metade não respondeu, deu qualquer justificativa a respeito. Esta falta de respostas induz a pensar sobre o entendimento desses assistentes sociais sobre o papel da profissão na sociedade e sua relação com os direitos sociais. Por sua vez, também coloca a necessidade de aprofundar a reflexão sobre o formato dessas políticas públicas pautando uma intervenção profissional de

natureza essencialmente “técnica”, desvinculando-a de sua dimensão política - 23% dos que afirmam não discutir política pública na instituição alegam falta de espaço/oportunidade - o que acaba, muitas vezes, reafirmando o imediatismo, dificultando reflexões e análises sobre a realidade social e institucional.

Aqueles que afirmaram não acompanhar as discussões justificam não ter tempo (14%) e não têm interesse (5%). Diante desses dados podemos refletir sobre as contradições presentes no exercício profissional e que evidenciam as tensões no processo de ruptura e continuidade com a trajetória conservadora do serviço social, denotando uma dissociação entre o discurso, presente no projeto profissional, e a realidade objetiva e que se fazem presentes no exercício profissional.

O serviço social é formado por profissionais aguerridos, no entanto, precisamos avançar mais na consolidação do Projeto Ético-Político profissional. O conservadorismo continua insidiosamente presente tanto no âmbito da profissão, como também na formação profissional, através de uma formação aligeirada.

O estudo buscou demonstrar as contradições presentes no exercício profissional, contradições estas que distanciadas do simples julgamento moral, indicam as forças presentes na realidade e em permanente oposição como partes de uma totalidade dinâmica. O intento foi, a partir de aproximações sucessivas, descortinar os mecanismos que se pautam o exercício profissional na atual conjuntura, identificando os elementos do Racionalismo Tecnológico que influenciam o cotidiano profissional e que vão à contramão do Projeto Ético-Político profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse e a motivação para discorrer sobre o exercício profissional do assistente social, especificamente sobre as mediações que incidem nas atribuições e competências profissionais a partir do Racionalismo Tecnológico surgiram, conforme já mencionado na introdução desse trabalho, da reflexão sobre a realidade profissional do assistente social que atua em Instituições Públicas.

O percurso teórico realizado foi inicialmente trabalhar a racionalidade exponenciada pela crise do capital. Consideramos a Racionalidade Tecnológica como uma ideologia utilizada pelo sistema capitalista para enfrentamento da crise e com incidência nas políticas sociais, instrumento relevante para atuação do assistente social, o que reflete no Serviço Social, principalmente nas atribuições e competências do assistente social.

O Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho, regulamentada pela Lei n° 8.662/93 e balizada pelo Código de Ética do/a Assistente Social, também aprovado em 1993, e por ser uma profissão inserida na divisão social técnica do trabalho sofre toda exploração em que está submetida a classe trabalhadora, afinal trata-se de trabalhadores assalariados e por atuar através da implementação de políticas públicas, sofrem também com todo o processo de refuncionalização dessas políticas.

Então, por configurar-se numa profissão no âmbito das relações entre Estado e sociedade condicionada por determinantes estruturais e conjunturais, há limites e possibilidades na sua intervenção. As limitações estão relacionadas com o fato de o assistente social ser um trabalhador assalariado, ou seja, precisa vender a sua força de trabalho e consequentemente lutar por melhores condições de trabalho, como por exemplo: redução da carga horária de trabalho, superação dos vínculos precários, falta de concursos, baixos salários, o que provoca a necessidade de plurivínculos e vínculos terceirizados. Esta situação acarreta falta de tempo e condições financeiras para o aprimoramento intelectual e além dessas e outras questões, o profissional tem que lidar no dia adia da sua prática com demandas excessivas e imediatistas, as quais nem sempre são atribuições e competências do assistente social e com espaços que não atendem às condições éticas e técnicas, conforme apresentamos na análise dos dados da pesquisa.

Tais situações colocam o profissional de Serviço Social na condição de exploração de maneira direta e indireta, ou seja, tanto na sua condição de trabalhador, como na sua intervenção profissional junto à classe trabalhadora, usuários do seu trabalho. Nesta situação dupla do assistente social, uma importante contradição, e também fator de limitação, é o fato de o assistente social ser contratado pelo capital para atuar nas diversas expressões da questão social criada pelo próprio capital, ou seja, o assistente social é contratado pelo capital, classe dominante, mas os princípios que norteiam a profissão defendem os interesses da classe dominada, caracterizando a contradição que permeia a atuação profissional.

Identificamos o limite imposto pela conjuntura de crise, pois a ideologia do sistema capitalista caminha por direções políticas opostas às da profissão; por isso, o caminho do exercício profissional, coerente com as dimensões e princípios que norteiam a profissão, deve buscar identificar as contradições existentes e reconhecer a realidade em sua complexidade e não abrir mão da dimensão de totalidade. É no centro das contradições que se localizam os limites, mas também as possibilidades. Faz-se necessário explorar os limites dos espaços sócio-ocupacionais e recuperar a dimensão política da intervenção e não se esconder por trás dos limites institucionais e conjunturais.

Percebemos pouca aproximação dos profissionais das discussões específicas do Serviço Social, a partir dos cursos de especialização realizados e das últimas leituras realizadas, a maioria se caminhando para áreas limítrofes do Serviço Social e buscando leituras sobre leis, decretos, políticas setoriais. Mais uma vez afirmamos que estas leituras são importantes, mas não devem ser as únicas. O preparo teórico-metodológico para responder de forma adequada e coerente com o Projeto Ético-Político às demandas da realidade é de extrema relevância.

Tal situação permitiu identificar uma tendência ao esvaziamento do conteúdo crítico, à normatividade e ao enquadramento profissional a determinadas normas e regras burocráticas em razão da lógica produtivista. Entender o significado social da profissão é importante para compreender as atribuições e competências profissionais e principalmente a finalidade profissional.

Outro elemento que reforça a nossa tese é a ausência ou insuficiente planejamento da intervenção do Serviço Social, o que se traduz numa pouca compreensão do que seja a profissão, a sua finalidade, o seu porquê resultando numa intervenção meramente técnica, burocrática, dominada por normas de

‘racionalidade funcional’, que escondem a realidade social e as suas contradições, através da ideologia do “*racionalismo tecnológico*”.

Identificamos, ainda, a falta de clareza sobre a direção social da profissão, pois identificamos um número significativo de assistentes sociais que não possui o código de ética atualizado e que não tem buscado relacioná-lo no cotidiano do seu exercício profissional, o que fortalece ainda mais a influência do Racionalismo Tecnológico no exercício profissional.

Sinalizamos algumas mudanças positivas, como atividades realizadas a partir do estudo da realidade concreta, mais espaços sócio-ocupacionais e mais áreas de atuação, no entanto a trajetória conservadora permanece ainda muito forte no exercício profissional, com um novo discurso, sob uma nova ideologia, que na verdade não tem nada de novo, são velhas estratégias de dominação e alienação do sistema capitalista, que estão influenciando diretamente as dimensões do exercício profissional e o perfil profissional. Semeando na cultura profissional uma tendência à desespecialização do trabalho, através do partilhamento de atividades com outros profissionais sem respeitar os limites estabelecidos nas competências e atribuições de cada profissão o que configura uma tendência à inespecificidade, a qual afasta e/ou desconsidera o que é prerrogativa de uma profissão, ou seja, o que é estabelecido como conhecimento específico que os profissionais devem dominar em cada área. Ratificamos mais uma vez que o trabalho multidisciplinar não é algo ruim, no entanto, está sendo utilizado como mecanismo de desespecialização do trabalho, visto que a sua finalidade não está sendo eticamente considerada.

Por isso é que a luta tem que ser contínua e precisamos fortalecer a organização política da categoria, precisamos ocupar os espaços de discussões, espaços de controle social, os movimentos sociais e também os espaços que as Entidades Organizativas da profissão dispõem, como assembleia, comissões temáticas e diversos outros encontros e eventos que o conjunto CFESS/CRESS, especificamente em Pernambuco o CRESS/PE, promove. O assistente social deve ser ativo e proativo, analisar sempre as tendências de forma crítica e uma saída diante das contradições está em enriquecer nossas objetivações através de práticas políticas e organizativas de resistência e luta.

É preciso buscar um desenho de sociedade alternativo e claramente contrário à lógica do capital e não ficar na postura defensiva ou totalmente subordinada à lógica do capital. Enfrentar com competência teórico-metodológica, técnico-operativa

e ético-política os mecanismos utilizados pelo racionalismo tecnológico para enfrentamento da crise capitalista, transformando a tendência constante do conservadorismo, em algo cada vez mais distante da cultura profissional.

Nesta perspectiva, os impactos da crise capitalista na profissão e a forma com que as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa da profissão estão sendo requisitadas colocam em xeque a implementação do Projeto Ético-Político profissional, através da lógica da padronização e tecnificação do exercício profissional, cujo sentido é a supervalorização das técnicas, das normas e do *quantum* de procedimentos, em detrimento da qualidade e das dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas do agir profissional.

A compreensão desses elementos possibilitará inferências ou mesmo generalizações para toda a categoria profissional – especialmente para os que intervêm na esfera estatal - tendo em vista tratar-se de processos que se imbricam à dinâmica das políticas sociais brasileiras na atualidade, de caráter nacional. Irá também contribuir para a fiscalização do exercício profissional, refletindo sobre as possibilidades de atuação na luta pela implementação do Projeto Ético-Político profissional.

Para o enfrentamento dessa racionalidade tecnológica, ratificamos que um dos caminhos possíveis seja o fortalecimento da organização da categoria, através dos seus órgãos representativos, dando continuidade à implementação do “Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e contra a Precarização de Ensino Superior”, assim como as ações da Política Nacional de Fiscalização.

Por isso defendemos um trabalho intenso de valorização e divulgação para a categoria, empregadores, usuários e toda sociedade dos valores e dos princípios que norteiam o Projeto Ético-Político Profissional, a reafirmação deles deve ocorrer de forma permanente, contínua e cotidianamente. A campanha alusiva ao Dia do/a Assistente Social deste ano de 2015 buscou cumprir este papel, porque dialoga com toda a sociedade e também por destacar a finalidade da intervenção do Assistente Social. Mas o desafio não termina com uma campanha, porque ela se apresenta de diversas formas e em todo instante e em cada intervenção realizada por um assistente social.

Assim sendo, finalizamos essas considerações com o convite para avançar mais nas possibilidades de um exercício profissional crítico e qualificado, mesmo “que [a] prática às vezes [abale] [as] certezas, levando a duvidar da possibilidade de

provocar alguma mudança no perverso cotidiano que nos cerca” (MORAES *et al*., 2010, p. 450). O conjunto CFESS-CRESS tem um grande desafio, mesmo que tropeçando no possível, mas sem desistir de fazer a descoberta que tem dentro da casca do impossível, como bem é clamado pelo poeta Carlos Drummond de Andrade em seu poema “Procurar o quê?”.

Procurar a utopia que há na ideologia, procurar a esperança que há na luta e a certeza que há nas possibilidades, que há na organização política e demais espaços de organização e luta. Afinal, hegemonia se faz com política, com organização de ideias e bandeiras de lutas. Como nos ensina a *dialética, nada é eterno, nada é absoluto. Tudo é perecível, tudo está sujeito ao caminhar da história*[89]. Então que os Assistentes Sociais possam caminhar organizados no movimento perpétuo, na transformação permanente de todas as coisas, no implementar do Projeto Ético-Político Profissional, que insiste em permanecer hegemônico em meio a tantas contradições e ameaças. Os assistentes sociais são ou não são profissionais presentes, profissionais de luta pelos direitos sociais e pelos direitos humanos?! Certos disso, não podemos permitir que a decadência ideopolítica do mundo burguês venha contribuir para a decadência ideopolítica da profissão e não podemos confundir os objetos da crítica com os sujeitos.

[89] Trecho elaborado a partir da leitura sobre Ideologia de Michael Löwy (2010).

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BABIE, Earl. **Métodos de Pesquisa de Survey**. Belo Horizonte: Edição UFMG, 2003.

BARROCO, Maria Lucia Silva. Materialidade e potencialidade do Código de Ética dos Assistentes Sociais brasileiros. In: CFESS (org.). **Código de Ética do/a Assistente Social comentado** – Parte I. São Paulo: Cortez, 2012.

_____; TERRA, S. H. (Orgs.). **Código de Ética do/a Assistente Social comentado** – CFESS. São Paulo: Cortez, 2012.

BAUER, Martin W.; AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (editores). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social no Capitalismo Tardio**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 9-15.

_____. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOSCHETTI, Ivanete. Os custos da crise para a política social. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (orgs.). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 64-85.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRAZ, Marcelo. A hegemonia em xeque. O Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. **Revista Inscrita 10**. Brasília, CFESS, Ano VII – nº 10 - novembro, 2007.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. A mediação entre conhecimento e práticas sociais: a racionalidade da tecnologia leve, da práxis e da arte**. Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 16, nº 17. Rio de Janeiro. p. 3033-3040, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000800002 Acesso em: 23 abr. 2015 às 22:42.

CAVALCANTE, Girlene M. M.; PRÉDES, Rosa. A precarização do trabalho e das políticas sociais na Sociedade Capitalista: fundamentos da precarização do trabalho do Assistente Social. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 10, n.1, p. 1-24, jan-jun/ 2010.

CFESS. **Resolução do CFESS nº 493/2006**. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Disponível em: http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/resolucoes-e-portarias-cfess

_____. Política Nacional de Fiscalização. In: _____. **Instrumentos para a fiscalização do exercício profissional do/a assistente social**. Brasília, 2007a.

_____. **Resolução do CFESS nº 512** de 29 de setembro de 2007. Reformula as normas gerais para o exercício da Fiscalização Profissional e atualiza a Política Nacional de Fiscalização, 2007b.

_____. O CFESS e os desafios político-profissionais do Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade** nº 95, São Paulo, 2008.

_____. **Resolução do CFESS n° 556/2009** que dispõe sobre os procedimentos para efeito de lacração do Material Técnico e Material Técnico sigiloso do Serviço Social. 2009a. Disponível em: http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/resolucoes-e-portarias-cfess

_____. **Resolução do CFESS n° 557/2009** que dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntos entre o assistente social e outros profissionais. 2009b. Disponível em: http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/resolucoes-e-portarias-cfess

_____. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na Política de Saúde**. Brasília, 2010a.

_____. **Resolução do CFESS nº 569/2010**. Dispõe sobre a vedação da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social. 2010b. Disponível em: http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/resolucoes-e-portarias-cfess.

_____. **Serviço Social e Reflexões Críticas sobre Práticas Terapêuticas**. Disponível em: http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/doc_CFESS_Terapias_e_SS_2010.pdf

_____. **Código de ética do/a assistente social**. Lei de Regulamentação da Profissão. 9.ed. revista e atualizada. Brasília, 2011a.

_____. **Direito se conquista**: a luta dos/as assistentes sociais pelas 30 horas semanais. CFESS – Gestão Atitude Crítica para avançar na luta – Brasília: CFESS, 2011b.

_____. **Atuação de assistentes sociais no sociojurídico**: subsídios para reflexão. Brasília, 2014.

_____. Como você quer ver sua profissão na mídia? In: **Serviço Social é notícia**. Informativo anual do Conjunto CFESS/CRESS. Ano 1, edição n° 01, Brasília/DF, maio, 2015a.

_____. **CFESS Manifesta**: Dia Internacional do trabalhador e da trabalhadora. Gestão Tecendo na luta a manhã desejada. Brasília, 1° de maio, 2015b. Disponível em: http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/2015-CfessManifesta-Trabalhadora.pdf . Acesso em 27 maio 2015 às 09:04.

CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Revista Outubro** n° 5, 2001. Disponível em: http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/05/out5_02.pdf. Acesso em: 05 dez. 2014 às 11:02.

_____. O capitalismo tentou romper seus limites históricos e criou um novo 1929, ou pior. **Revista Carta Maior** em 09/10/2008. Disponível em: http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/O-capitalismo-tentou-romper-seus-limites-historicos-e-criou-um-novo-1929-ou-pior%0D%0A%0D%0A/7/14341. Acesso em: 18 dez. 2014 às 20:43.

_____. Chesnais: “Estamos navegando em águas nunca dantes navegadas”. **Revista Carta Maior** em 20/07/2012. Disponível em: http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Chesnais-Estamos-navegando-em-aguas-nunca-dantes-navegadas-/7/25678. Acesso em: 19 dez. 2014 às 11:25.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Código de Ética Médica**. Brasília, 2009.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CROCHIK, J. L. O desencanto sedutor: a ideologia da racionalidade tecnológica. **Revista da Faculdade de Educação** da UFG, Goiana,v.28, n.01. 2003. Disponível em: http://www.revistas.ufg.br/index.php/interacao/article/view/1438. Acesso em: 11 dez. 2014 às 14:45.

DIAS, Edmundo Fernandes. Hegemonia: racionalidade que se faz história. In: DIAS, Edmundo Fernandes et al. **O Outro Gramsci**. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. **A Liberdade (im)possível na ordem do capital**. Reestruturação produtiva e passivização. Textos Didáticos. IFCH/UNICAMP, 1997.

EVANGELISTA, João E. **Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno**. São Paulo: Cortez, 1992.

FONSECA, Francisco. Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 6. Brasília, julho - dezembro de 2011, pp. 41-69. Disponível em: http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S0103-33522011000200003&pid=S0103-33522011000200003&pdf_path=rbcpol/n6/n6a03.pdf. Acesso em: 03 jun. 2015 às 16:29.

FORTI, V.; GUERRA, Y. (Orgs.). Na prática a teoria é outra? In: FORTI, V.; GUERRA, Y. (Orgs.). **Serviço Social**: Tema, Textos e Contextos. 2.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A nova e a velha face da crise do capital e o labirinto dos referenciais teóricos. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Orgs.). **Teoria e Educação no labirinto do Capital**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

GUERRA, Yolanda Aparecida Demétrio. As dimensões da prática profissional e a possibilidade de reconstrução crítica das demandas contemporâneas. **Libertas**: revista do Serviço Social. Juiz de Fora, 2003.

_____. O conhecimento crítico na reconstrução das demandas profissionais contemporâneas. In: BATTINI, Odaria; BAPTISTA, Myrian Veras. **A prática profissional do Assistente Social**. São Paulo: Veras, 2009.

_____. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. 9. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C. M. dos; BACKX, S.; GUERRA, Y. (Orgs.). **A dimensão técnico-operativa no serviço social**: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012a.

_____.**A instrumentalidade no trabalho do Assistente Social**.2012b. Disponível em: http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/Yolanda-Guerra.pdf. Acesso em: 15 jan. 2015 às 15:38.

_____. Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. **Revista Katálysis**, v.16, numero especial, p. 39-49, Florianópolis, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802013000300004. Acesso em: 09 jan. 2014 às 12:12.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: repercussões na cultural profissional. In: MOTA, Elizabete; AMARAL, Ângela (Orgs.). **Serviço Social Brasileiro nos anos 2000**: cenário, pelejas e desafios. Recife: Editora UFPE, 2014.

GUIMARÃES, Simone de Jesus. Serviço Social, Questão Social e Globalização: aportes para o debate. In: II Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luiz, MA, 2005. **Anais...**Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos2/Simone_de_Jesus_Guimar%C3%A3es.pdf. Acesso em: 01 jul. 2013.

HARVEY, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOLLOWAY, Jonh; PELÁEZ, Eloína. Aprendendo a curvar-se: pós-fordismo e determinismo tecnológico. **Outubro**. Revista do Instituto de Estudos Socialistas, n° 02. Novembro de 1998.

IAMAMOTO, Marilda. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: CFESS. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. Brasília: CFESS, 2012.

_____; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológico. 12. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência social**: elementos para uma análise marxista. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARANHÃO, Cézar Henrique Miranda Coelho. **Sincretismo, tradição marxista e estratégias de atuação profissional**: ensaio sobre a importância histórico-ontológico dos fundamentos para a ruptura com o conservadorismo no Serviço Social. Recife, 2006, mimeo.

_____. **O novo ciclo ideológico do desenvolvimento**: a reconstrução do projeto político burguês e as estratégias de desenvolvimento econômico e social no Brasil. 2009. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de pós-graduação em Serviço Social, UFPE, Recife, 2009.

MARCUSE, Herbert. **A Ideologia da Sociedade Industrial**. Tradução de Giasone Rebuá. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MARX, Karl. **Glosas críticas marginais ao artigo "O rei da Prússia e a reforma social: de um prussiano"**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **O Capital**: crítica da economia políticas. Livro 1: O Processo de Produção do Capital, volume 1; tradução de Reginaldo Sant'Anna. 31. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MATOS, Maurílio Castro de. **Serviço Social, ética e saúde**: reflexões para o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2013 (capítulo 3).

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MORAES, C. A. de S.; JUNCÁ, D. C. de M.; SANTOS, K. de SÁ. Para quê, para quem, como? Alguns desafios do cotidiano da pesquisa em serviço social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo nº 103, 2010.

MORAIS, Janaina Pulcheria Pinheiro. **A Ideologia da Racionalidade Tecnológica interferindo nas diversas dimensões da vida do indivíduo**. 2007. Disponível em: http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteudo/pdf/trab_completo_79.pdf. Acesso em: 18 nov. 2014 às 17:11.

MOTA, Ana Elizabete. Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço Social Brasileiro. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **Desenvolvimento e Construção de Hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

_____; AMARAL, Ângela. Serviço Social brasileiro: cenários e perspectiva nos anos 2000. In: MOTA, Elizabete; AMARAL, Ângela (Orgs.). **Serviço Social Brasileiro nos anos 2000**: cenário, pelejas e desafios. Recife: Editora UFPE, 2014.

_____; _____; PERUZZO, J. O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **Desenvolvimento e Construção de Hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996a.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n° 50, 1996b.

_____.**Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 3. ed. ampliada. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Apresentação. In: BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social no Capitalismo Tardio**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 9-15.

_____. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (orgs.). **Serviço Social e Saúde**. 2. ed. São Paulo: Cortez, OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2007.

_____.**Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. Crise do capital e consequências societárias. **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 111, São Paulo, 2012a.

_____. Capitalismo e barbárie contemporânea. **Argumentum**, Vitória/ES, v.4, n.1, p. 202-222, jan./jun.2012 b. Disponível em: http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/viewFile/2028/2717. Acesso em: 27 jan. 2014 às 23:43.

ORTIZ, Fátima Grave. Serviço Social e Trabalho Interdisciplinar. In: MOTA, Elizabete; AMARAL, Ângela (Orgs.). **Serviço Social Brasileiro nos anos 2000**: cenário, pelejas e desafios. Recife: Editora UFPE, 2014.

POGREBINSCHI, Thamy. **Pragmatismo**: teoria social e política. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005, p. 11-121.

PONTES, Reinaldo. **Mediação e Serviço Social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ROMERO, Daniel. **Marx e a técnica**: um estudo dos manuscritos de 1861-1863. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na prática a teoria é outra?** Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no serviço social. 2.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social Brasileiro**. Coleção Questões da nossa época, v. 132. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Silvana Mara de Morais dos. Desafios contemporâneos do Serviço Social e do Conjunto CFESS-CRESS. **Revista Inscrita** n° 13, ano 9, novembro de 2012.

SILVA, José Fernandes Siqueira da. **Serviço Social**: resistência e emancipação? São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Maria das Graças e. Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

SITCOVSKY, Marcelo. Dez anos de governo do Partido dos Trabalhadores: pós-neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, transferência de renda e hegemonia. **Revista Praia Vermelha**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, 2013. Disponível em: http://praiavermelha.ess.ufrj.br/wp-ontent/uploads/2014/07/Sitcovsky.pdf. Acesso em: 03 jun. 2015 às 11:34.

SOARES, Raquel Cavalcante. **A Contrarreforma na Política de Saúde e o SUS hoje**: impactos de demandas ao Serviço Social. 2010. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Serviço Social, UFPE, Recife, 2010.

_____. A racionalidade da contrarreforma na política de saúde e o Serviço Social. In: BRAVO, M. I. S.; MENEZES, J. S. B. de (orgs.). **Saúde, Serviço Social, movimentos sociais e conselhos**: desafios atuais. São Paulo: Cortez, 2012.

SORIANO, Raúl Rojas. **Manual de pesquisa social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

TONET, Ivo. **Ética e Capitalismo**. 2009. Disponível em: http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/ETICA_E_CAPITALISMO.pdf. Acesso em: 21 maio 2015 às 14:09.

TORRES, Mabel Mascarenhas. Atribuições Privativas Presentes no Exercício Profissional do Assistente Social: uma contribuição para o debate. **Revista Libertas** (on-line), Juiz de Fora, v.1, n.2, p. 42-69, jun/2007. Disponível em: http://arquivos.mp.pb.gov.br/psicosocial/servico_social/atribuicoes.pdf. Acesso em: 27 jun. 2012.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 19 reimpressão. São Paulo: Atlas, 2010.

VELOSO, Renato. **Serviço Social, tecnologia da informação e trabalho**. São Paulo: Cortez, 2011.

WACQUANT, Loic. **As Prisões da Miséria.** 1999. Material digitalizado pelo Coletivo Sabotagem em 2004. Disponível em: www.sabotagem.revolt.rog. Acesso em: jul. 2012.

YASBEK, M. C. Prefácio. In: FORTI, V.; GUERRA, Y. (Orgs.). **Serviço Social**: Tema, Textos e Contextos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

ANEXOS

RELATÓRIO DE SISTEMATIZAÇÃO DE VISITA DE FISCALIZAÇÃO

Instituição:_____

Endereço:_____

Telefones/ Fax: _____

E- mail: _____

Coord. de Serviço social: ( ) Sim Nome: _____ ( ) Não.

Responsável:_____Formação:_____

Data da visita: _____.

Presentes: _____

( ) Visita Agendada ( ) Averiguação de Denúncia

N° de Assistentes Sociais: _____

1._____ CRESS:_____

2._____ CRESS:_____

3._____ CRESS:_____

4._____ CRESS:_____

5._____ CRESS:_____

6._____ CRESS:_____

7._____ CRESS:_____

8._____ CRESS:_____

9._____ CRESS:_____

10._____ CRESS:_____

11._____ CRESS:_____

12._____ CRESS:_____

13._____ CRESS:_____

14._____ CRESS_____

15._____ CRESS:_____

ANOTAÇÕES:_____

_____

_____

_____

Identificação do setor de Serviço Social: _____

Descrição da sala de atendimento:

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Há outros espaços de atendimento do Serviço Social? ( ) Não ( ) Sim, quais?

_____

Identificação das salas:_____

Descrição das salas:

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Atribuições do Serviço social (elencar todas as demandas encaminhadas e as atividades realizadas pelo Serviço Social, mesmo que não estejam de acordo com a Lei n° 8.662/93):

Descrição da guarda do material técnico sigiloso do Serviço Social: _____

_____

_____

_____

Elaboração de Laudos e Pareceres:

_____

Realização de Terapias ou atividades correlatas:

_____

_____

Estagiários/as: (..) Não (..) Sim. Quantos:_____.

UES:_____

Nomes dos/as Estagiários/as:

_____

_____

_____

Supervisora de Campo:

_____

_____

Supervisora Acadêmica: _____ CRESS:_____

Anotações da fiscalização sobre o estágio:

_____

_____

_____

Identificação dos/as Assistentes Sociais sem identificação do CRESS (carimbo):

Espaços para carimbo:

Anotações extras da fiscalização:

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

Encaminhamentos da Fiscalização:

_____
_____
_____
_____
_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Recife, ___/____/_____

_____

Agente Fiscal

Relatório de Visita de Fiscalização

I. DA INSTITUIÇÃO E DO SERVIÇO SOCIAL

1. Instituição

Nome:_____

Endereço:_____

Telefone/ Fax: _____

E- mail: _____

Área de atuação:

( ) Habitação ( ) Cultura ( ) Saúde ( ) Educação ( ) Sócio- jurídico ( ) Meio Ambiente ( ) Empresa ( ) Assistência Social ( ) Outras.

Natureza:

( ) Pública Federal ( ) Pública Estadual ( ) Pública Municipal ( ) Privada ( ) Terceiro Setor ( ) Movimentos Sociais – Populares.

2. Identificação do Serviço Social

Data da implantação:

( ) 0 – 1 ano ( ) 1 – 5 anos ( ) 5 – 10 anos ( ) 10 -20 anos ( ) mais de 20 anos

( ) não soube informar.

Posição no Organograma: Setor específico: sim ( ) não ( )

Número de Assistentes Sociais: _____

Carga horária de trabalho:

( ) menos de 20 h ( ) 20 h ( ) 24 h ( ) 30 horas ( ) 40 horas ( ) mais de 40 horas.

( )30horas antes da lei 12.317/2010 ( )30horas depois da lei 12.317/2010

Vínculo Empregatício:

( ) Concurso Público ( ) Seleção Simplificada ( )Contrato ( ) Cargo Comissionado ( ) outro_____

Principais Ações:

( ) Planejamento e coordenação de política e programas sociais;

( ) Administração de benefícios;

( ) Atendimento direto à população usuária;

( ) Assessoria e consultoria em políticas sociais;

( ) Assessoria e apoio a movimentos sociais e populares;

( ) Outra:_____

População usuária atendida: _____

Campos de Estágios: ( ) sim ( ) não ( ) credenciado ( ) não credenciado

Número de estagiários:

( ) 1 ( ) 2 ( ) 3

Modalidade do Curso: ( ) Presencial ( ) à distância

Existe acompanhamento sistemático do Supervisor Pedagógico:

( ) sim ( ) não

3. Condições Éticas e Técnicas:

Local compatível para a garantia do sigilo profissional:

( ) sim ( ) não

Local de atendimento com adequação física e de recursos necessários:

( ) sim ( ) não

Considerando o número de demandas, quais são as necessidades para o Setor de Serviço Social:

( ) Assistentes Sociais. Quantos? _____

( ) Estagiários. Quantos? _____

( ) Funcionários administrativos. Quais? _____

( ) Outros. Especificar: _____

4. Ação Profissional

a) Existe Plano de atuação do Serviço Social
( ) sim ( ) não

b) Abordagem
( ) Individual ( ) Coletiva ( ) Equipe Interdisciplinar ( )Não. Justificar: _____

c) Relatórios de Atividades/ Periodicidade:
( ) Mensal ( ) Anual ( ) Outros. Especificar: _____

( ) Sem periodicidade ( ) Quantitativo ( ) Qualitativo ( ) Não faz. Justificar:

_____

d) Registro de Atendimento:

( ) Cadastro Institucional ( ) Prontuários ( ) Instrumento da Equipe multiprofissional

( ) Outro, especificar: _____

( ) Não faz. Justificar: _____

e) Realiza levantamentos para formulação de Indicadores?

( ) Sim. Especificar:_____ __

( ) Não. Justificar: _____

f) Instrumentos utilizados para a avaliação da prática:

Nomeá-los:_____

Regularidade da avaliação:_____

( ) Nenhum, justificar;_____

g) Qual a sua opinião quanto ao reconhecimento ou não do Serviço Social na Instituição:

_____

_____

_____

_____

_____

h) Críticas e sugestões em relação ao CRESS:

_____

_____

_____

_____

_____

II. <u>DO ASSISTENTE SOCIAL</u>

1. CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL:

a) Possui curso de pós-graduação?

( ) Sim, qual? _____

( ) Não, justificar:_____

b) Participa das atividades do CRESS:

( ) Semana do Assistente Social ( ) Encontros ( ) Oficinas ( ) Outros, especificar:

_____

_____**Tem participação nos grupos de estudos/ Comissões Temáticas:**

( ) Sim, qual? _____

( ) Não, justificar:_____

c) **Participação em eventos**:

Seminário:_____Período:_____

Encontro:_____Período:_____

Conferência:_____Período:_____

Outro:_____Período:_____

d) Bibliografia que tem lido (citar as mais recentes)

Sobre a área de trabalho:

_____

_____

_____

Específica do Serviço Social:

_____

e) **Revista e jornais que tem assinatura**:_____

f) **A instituição oferece cursos?** ( ) Sim ( ) Não

g) **Referência Salarial** (salário bruto): R$_____

2. **INSTRUMENTO NORMATIVO**:

a) Possui edição atualizada do Código de Ética Profissional/1993?

( ) Sim ( ) Não

Tem feito algo para aplicá-lo? ( ) Sim ( ) Não

b) Tem relacionado os arts. 4° e 5° da Lei 8662/93 com a sua prática profissional (Competências e Atribuições do Assistente Social)?

( ) Sim ( ) Não, justificar:_____

( ) Desconhece o conteúdo da Lei.

c) Tem conhecimento do procedimento de lacração do material técnico sigiloso e em que caso pode ser utilizado?

( ) Sim ( ) Não

d) Conhece os procedimentos necessários para cancelamento do Registro Profissional?

( ) Sim ( ) Não

e) Conhece o instrumento de Desagravo Público?

( ) Sim ( ) Não

f) Conhece recurso de isenção da anuidade aos 60 anos?

( ) Sim ( ) Não

3 . ORGANIZAÇÃO POLÍTICA:

Participa de algum conselho de Política de Direito ?

( ) Sim. Qual ? _____

( ) Não. Justificar: _____

Tem feito alguma discussão sobre Política Pública nesta Instituição?

( ) Sim. De que modo?_____

( ) Não. Justificar: _____

Tem acompanhado as discussões das entidades do Serviço Social sobre as Políticas Públicas.

( ) Sim. Qual a sua opinião ? _____

( ) Não. Justificar: _____

Tem vinculação a alguma entidade organizativa?

( ) Sim. Qual ? _____

( ) Não.

Participa de Comissão de Ética Multidisciplinar da Instituição:

( ) Sim ( ) Não ( ) Não há.

Participa de outra Comissão?

( ) Sim. Qual ? _____

( ) Não.

III. DADOS CADASTRAIS

Nome:

_____

Endereço:

_____

_____

Telefone: Residência: ( )_____ Celular: ( )_____

e-mail: _____

N° do CRESS: _____ **Região:** _____

Tipo de Inscrição Profissional: Principal: ( ) Inscrição Secundária: ( )

Unidade de Ensino que se formou: _____

Ano de formado:_____ Tempo de exercício: _____

Tempo de trabalho na Instituição:_____

Nomenclatura do Cargo:_____

Documentação incompleta no CRESS:

( ) Sim ( ) Não Especificar:_____

Inadimplência:

( ) Não ( ) Sim. Ano: _____

Observações:

_____

_____

Local: _____ **Data:** _____

_____ _____

Assistente Social **Agente Fiscal**